

JACQUES MARCOVITCH

ORGANIZADOR

***CERTIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA***

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Certificação e sustentabilidade ambiental : uma análise crítica / organização
Jacques Marcovitch. – São Paulo, 2012.
148 p.

Trabalhos de conclusão da disciplina EAD-5953 – Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas, oferecida pelo Departamento de Administração da FEA-USP, primeiro semestre de 2012.

Bibliografia.

1. Sustentabilidade 2. Certificação ambiental 3. Desenvolvimento sustentável 4. Gestão ambiental 5. Responsabilidade social I. Marcovitch, Jacques.

CDD – 333.7

Certificação e Sustentabilidade Ambiental: Uma Análise Crítica.***ÍNDICE**

Apresentação <i>Jacques Marcovitch</i>	04
ISO 14001 e a Sustentabilidade <i>Ana Carolina Riekstin</i>	13
Certificação FSC e sua Eficácia <i>Aline Ishikawa</i>	36
Global Reporting Initiative – GRI para monitorar a Sustentabilidade da empresa: Uma avaliação <i>Guerino Antonio Tonin e Sérgio Rossi Madruga</i>	63
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): Uma abordagem crítica <i>Reynaldo Peçanha</i>	88
CDP - Carbon Disclosure Project e sua aplicação <i>José Rafael Motta Neto</i>	113
Análise dos Indicadores Ethos <i>Talita Rosolen</i>	127

* Trabalhos de conclusão da disciplina EAD-5953 – Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas, oferecida pelo Departamento de Administração da FEA-USP no primeiro semestre de 2012.

Docentes responsáveis: Profs. Drs. Jacques Marcovitch e Isak Kruglianskas.

APRESENTAÇÃO

*Jacques Marcovitch**

As políticas ambientais ainda são apresentadas com um viés predominantemente qualitativo, omitindo indicadores que quantifiquem a realidade a ser transformada e metas para alcançar objetivos. Vem se tornando quase uma conduta padrão nas declarações das Conferências das Partes o recurso às subjetividades do fraseado, em prejuízo de compromissos ou formas para cumpri-los.

A Rio+20 saiu das manchetes para entrar na história. Deixou talvez um exemplo de mobilização dado pela sociedade civil e seus múltiplos grupos de representação. Do lado governamental, a herança foi menos exemplar. Chefes de Estado, apoiando-se na competência de seus diplomatas, preferiram a busca de consenso, um novo nome para adiamento. Em lugar das métricas de sustentabilidade, a retórica inspirou na Cúpula do Rio a declaração final, sofridamente redigida. É sempre difícil aplacar as frustrações.

Neste embate entre métricas verificáveis e jogos de palavras, a sociedade organizada vem escolhendo sempre o caminho da quantificação nas propostas. Orienta-se por indicadores, não por exortações. Os procedimentos que gera são muitas vezes imperfeitos, carecem de revisão ou novas metodologias, mas inegavelmente produzem eficácia maior que os discursos repetitivos.

Uma leitura crítica e objetiva de informações dispersas em relatórios, livros, sítios digitais e outros meios de comunicação, revelou um cenário com as mais diversas métricas geradas em organizações sociais e adotadas por empresas em vários países. Todas relacionadas com o ambientalismo, um dos maiores legados éticos do século XX. Aqui, nos limites de uma introdução, busca-se atestar a consistência visível em tais indicadores, mas igualmente contribuir para o seu aperfeiçoamento, pois há notórias falhas a corrigir.

Em contraponto ao apego da governança de Estado pelo artifício da eloquência nas questões ambientais, a sociedade civil vem tentando formas verificáveis de controle nesta área. O leitor encontrará, nas páginas que se seguem, seis estudos numa direção de concretude, elaborados por pós-graduandos na disciplina *Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas*, ministradas pela FEA/USP durante o ano letivo de 2012.¹ Aqui se comenta os conteúdos que foram escolhidos para esta publicação: “A Certificação FSC”;

* Jacques Marcovitch é professor e coordenador, juntamente com o professor Isak Kruglianskas, da disciplina *Estratégia Empresarial e Mudanças Climáticas*, do programa de pós-graduação em Administração da FEA-USP.

¹ A apresentação e discussão dos estudos contou com os comentários do professor Luiz Nelson Carvalho, do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

“ISO 14001 e a Sustentabilidade”; “Global Reporting Initiative – GRI”; “ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial”; “Análise dos Indicadores Ethos” e o “CDP-Carbon Disclosure Project”.

O FSC, selo garantidor da origem florestal de madeiras nos mercados interno e externo, é administrado pela *Forest Stewardship Council*, uma organização não governamental focada na correta gestão das florestas do planeta, as quais, infelizmente, já ocupam o terceiro lugar entre os emissores mundiais de efeito estufa. Em tese, esta certificação garante que os produtos florestais à venda originaram-se de fontes responsávelmente geridas e que a checagem dos antecedentes foi feita em todas as respectivas cadeias de produção.

A inabilidade governamental, em todos os países, para lidar com queimadas e desmatamentos, provocou a criação desta poderosa ONG nos Estados Unidos, em 1993. Foi uma consequência indireta das repercussões de matéria sobre degradação florestal publicada no *The New York Times*. A reportagem ocasionou a estruturação da *Rainforest Alliance*, que arregimentou milhares de associados e contribuiu, decisivamente, para o lançamento do FSC anos depois, vindo a ser a primeira certificadora acreditada pela nova organização. Vê-se, neste detalhe histórico, como se podem articular a imprensa livre e os movimentos sociais para suprir falhas da conduta dos Estados no enfrentamento dos danos ambientais.

Não quer isto dizer, evidentemente, que as medidas da gestão privada sejam infalíveis ou acima de quaisquer ressalvas, pontos levantados mais adiante, com o destaque necessário. Antes, porém, fixemos as dimensões do mercado potencial do FSC e de outras organizações de perfil assemelhado, e também não governamentais.

Somente o Brasil tem 477 milhões de hectares de floresta natural e 5,98 milhões de hectares em florestas plantadas, empregando em sua cadeia produtiva cerca de 9 milhões de pessoas. Para lidar com esta imensa fonte de produtos, o FSC é o segundo maior sistema de certificação do mundo, secundando o Programa para Reconhecimento dos Estoques de Certificação Florestal (PEFC, na sigla em inglês), que se volta para o apoio e melhoria de sistemas nacionais de certificação, como é o caso do Cerflor do INMETRO no Brasil. Mundialmente, o FSC contabiliza 152 milhões de hectares certificados contra 243 milhões com PEFC. Além destes dois, o ISO 14001 também opera na área florestal.

O ambiente de negócios altamente comprometido pela ilegalidade desafia constantemente, na Amazônia, o padrão de excelência perseguido pelo FSC, cuja seriedade é proclamada por ONGs respeitáveis. Permanecem na região, apesar dos esforços em contrário, os métodos para burlar controles. Basta dizer que todo o Estado do Pará dispõe de apenas três agentes para averiguar crimes ambientais. Mesmo lidando com estas dificuldades, o selo mantém bons critérios e, após a certificação, há uma visita da

certificadora responsável. A cada cinco anos faz-se um novo e completo processo de avaliação para a renovação do selo.

Não faltam críticas ao modelo adotado pelo FSC e a sua falta de agilidade para sanar os erros apontados. Um certificado em Sumatra foi denunciado, evidenciou as falhas, mas a investigação do caso consumiu quatro anos de trabalho. Outro exemplo de burocracia excessiva é uma revisão interna, iniciada em 2009, e com desfecho previsto para 2014. A máquina estatal, como se vê, não está sozinha em lentidão para averiguar.

Os desvios apurados por Aline Ishikawa mostram que no ano 2000 a organização confiou a especialistas a tarefa de investigar alguns certificados. O resultado foi preocupante e indicou problemas sistêmicos, dentro do FSC, ocasionando certificações indevidas. A certificadora mantinha uma relação discutível com madeireiras interessadas em certificações, mesmo contrariando as normas vigentes. O selo “Fontes Mistas” é severamente criticado por servir, mesmo a revelia do FSC, como “um mecanismo de lavagem da madeira ilegal”. Entretanto, apesar das deficiências verificadas, “o selo geralmente garante que o produto atende a uma série de exigências ambientais, sociais e econômicas que não existiam antes da certificação”.

O trabalho acadêmico é completado por um estudo de caso sobre a primeira grande empresa de determinado setor a obter certificado de manejo florestal, em 1998. Atualmente mantém como certificadas pelo FSC todas as suas unidades florestais. Está claramente satisfeita com os benefícios obtidos, mas sugere que haja solicitação de “mais informações quantitativas de desempenho para divulgar no resumo público”, indicando a eficiência da certificada em consumo de energia, água e outros insumos de sua produção.

Outro importante aferidor da eficiência na gestão ambiental das empresas, o ISO 14001, é objeto de análise no trabalho de Ana Carolina Riekstein. A norma vem sendo crescentemente adotada pelo setor privado. Já foram expedidos, em todo o mundo, cerca de 250 mil certificados, atestando que as empresas estudadas conseguiram montar um sistema de gestão ambiental conforme as suas prescrições. São benefícios principais das ferramentas previstas no ISO 14001 a redução do uso de energia, matérias primas e lixos.

A origem deste certificado ISO está na Rio 92, quando se formou um grupo voltado para fundamentação de procedimentos de gestão ambiental nas indústrias. O respectivo comitê surgiu no ano seguinte. Em 1993, esta norma ISO foi anunciada e publicada. Seis passos precedem a obtenção do certificado: desenvolver uma política ambiental; identificar as atividades que possuam interação com o meio ambiente; verificar requisitos legais e regulatórios; demonstrar prioridades da empresa e seus objetivos para redução de impacto ambiental; ajustar a estrutura organizacional para tais objetivos, realizando treinamentos, devidamente comunicados e documentados; e checar, para eventual correção, o sistema de gestão ambiental.

A certificação é obtida após a auditoria realizada por agências credenciadas no INMETRO e o primeiro prazo de validade estende-se por três anos, renovada mediante verificação. O ISO 14001 pode ser decisivo para trazer vantagens competitivas, principalmente no caso de concorrências no exterior. No Brasil, esta certificação vem ampliando consideravelmente o seu espaço. Em 2010 o nosso país destacava-se entre os dez com maior aumento na obtenção destes instrumentos, chegando ao número de quatro mil, um recorde na América Latina.

O estudo aqui comentado elegeu, para avaliação de uso, três corporações certificadas no território brasileiro. A nossa petroleira estatal, uma importante mineradora que ocupa o segundo lugar no ranking mundial do setor e a maior indústria nacional de tecnologia da informação. Na petroleira, que faz parte da história do Brasil moderno, a quase totalidade das unidades nacionais e no exterior está certificada nos padrões estabelecidos pela norma ISO. De todos os fornecedores a empresa exige igual certificação. Em seu plano geral de negócios e estratégia corporativa figura, como diretriz principal, a tarefa de “conhecer, prevenir e mitigar os impactos ambientais”. Em parte graças a isso a empresa está bem próxima de superar os bons índices da indústria global do ramo.

Na mineradora, atuante em mais 38 países e notoriamente a maior empresa privada latino-americana, todas as jazidas estão certificadas, o mesmo acontecendo com o total de ferro exportado. Foi ela a primeira companhia do setor em todo o mundo a obter uma unidade certificada pelo ISO 14001. O cumprimento de metas ambientais é uma variável considerada nos aumentos periódicos de salários.

Detalhado estudo de caso contempla, no trabalho de Ana Carolina, uma empresa 100% brasileira no ramo de tecnologia de informação. O setor foi escolhido em função de sua potencialidade como emissor de gases de efeito estufa. O Instituto Gardner, conhecido pela expertise em pesquisa, apontou as práticas de TIC como responsáveis, em média, por 2% das emissões globais de GEE, podendo crescer para 6% até 2020. Na Alemanha, França e Japão, chega a alcançar o índice de 10%. Cerca de 70% de todo o lixo tóxico nos Estados Unidos vêm do lixo eletrônico. Os países do BRICs, excluída a África do Sul, representam uma grande ameaça: Brasil, Rússia, Índia e China terão juntos, até 2015, 775 milhões de novos computadores.

Essa empresa brasileira de TI também possui certificado ISO 9001, além de produzir Relatório de Sustentabilidade nos termos do *Global Reporting Initiative* (GRI) no nível A de aplicação. Mantém Sistema de Gestão Ambiental desde 2001 e foi a primeira empresa brasileira do setor a obter a certificação.

Sobre a eficiência do ISO 14001, sugere-se a incorporação de mecanismos obrigatórios de divulgação de resultados para que sociedade e governo possam monitorar o desempenho ambiental das empresas certificadas. Também se observou que o mecanismo

de certificação em análise, talvez devido aos seus custos elevados, ainda não é acessível às pequenas empresas.

Guerino Antonio Tonin e Sérgio Rossi Madruga ocupam-se mais adiante do *Global Reporting Initiative*, comumente designado Relatório de Sustentabilidade. Focam a sua conceituação, forma e conteúdo, aliando igualmente, com grande objetividade, aspectos dos procedimentos que requerem melhorias e correções.

Trata-se, como se sabe, de um documento autodeclaratório, periódico e circunstanciado, para medição da eficácia das políticas ambientais desenvolvidas por uma corporação. Foi concebido nos Estados Unidos, em 1997, pelas organizações filiadas à Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis e pelo Instituto Tellus. No ano de 2002 o GRI já era uma instituição independente, sem fins lucrativos, estabelecida em Amsterdam.

A partir de 2006 construiu várias alianças e lançou a estrutura dos Relatórios. Em março de 2011 foram divulgadas as diretrizes do G3.1, consideradas as mais completas e que permanecem em vigor. Elas fixam os indicadores para formulação dos Relatórios de Sustentabilidade, com base em diálogos de uma rede de milhares de especialistas em todo o mundo. Atualmente, cerca de 1.500 organizações aderiram a esta prática, incluindo 70 empresas brasileiras.

As diretrizes abrangem seis aspectos na estruturação do documento. Definição de conteúdo, os princípios que devem orientar a qualidade das informações relatadas, seus limites, a estratégia e o perfil organizacional, as formas de gestão adotadas e indicadores econômicos, sociais e ambientais de desempenho. O ciclo de periodicidade anual para divulgação é o mais frequente e o GRI recomenda o uso de verificação externa. São aceitas para este fim empresas de auditoria, com destaque para as quatro maiores: Ernst & Young, Deloitte, KPMG e PwC. O GRI é apontado como um dos mais sofisticados e completos instrumentos disponíveis para balanços sociais no mundo corporativo.

O texto aqui publicado revela substanciais e positivas mudanças na corporação brasileira estudada, um dos maiores bancos privados do país. Está consignado que “as iniciativas carecem de quantificação para efetiva análise dos impactos dessas questões no balanço da empresa”.

Tonin e Madruga desenvolvem uma consistente avaliação crítica dos Relatórios GRI. As falhas que existem devem ser sanadas na elaboração das próximas versões das diretrizes e também pelas empresas que as adotam. Foi percebida uma excessiva concentração nos indicadores sociais, que ocupam mais da metade do conteúdo. As informações econômico-financeiras de modo geral são insuficientes, o que dificulta o procedimento dos tomadores de decisões nesta área.

Foi também notada a falta de exigências mais explícitas para que as empresas meçam adequadamente suas práticas ambientais antes de reportá-las. Observou-se que

não há meios para verificações que demonstrem conexão entre o relato e as ações efetivas. O *benchmarking* é também prejudicado pela ausência de uniformidade na apresentação dos indicadores por várias empresas. As tabelas numéricas obedecem a um padrão, mas os dados qualitativos encontram-se dispersos ao longo do texto, e isso inviabiliza comparações.

Há excesso de fotografias que privilegiam informações genéricas. São raras as empresas que fazem autocrítica. Os relatórios fixam-se exclusivamente nos resultados positivos, jamais nas dificuldades encontradas para atingi-los. Isto se deve à busca ostensiva de benefícios para imagem da empresa, que escolhe, ela mesma, os destaques. Uma solução para este enviesamento seria a mobilização de *stakeholders* externos, para escolher os dados mais significativos e monitorar sua evolução. Neste sentido, cabe o registro das normas éticas para apelos de sustentabilidade na publicidade, divulgadas em junho de 2011 pelo CONAR - Comissão Nacional de Autorregulamentação Publicitária.

Os defeitos do GRI ora ressaltados, embora pareçam muitos quando referidos em grupo, não anulam os méritos do Relatório em si, principalmente no que diz respeito ao engajamento das empresas em políticas de sustentabilidade – o que já é muito quando se sabe do quase absoluto desinteresse por tais questões, em décadas passadas, no meio corporativo.

Segue-se, no conteúdo aqui disponível para consulta, um ensaio de Reynaldo Schirmer Peçanha, tendo por objeto de análise o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), instrumento criado pela BM&F BOVESPA, que agrupa empresas incluídas entre as 200 com ações de maior liquidez e documentadas práticas sustentáveis.

O ISE ainda não atraiu investidores numa proporção que o habilite como um sucesso. Vem conquistando pouco a pouco o seu espaço e depende, naturalmente, da evolução no aprendizado do público alvo a respeito de iniciativas empresariais sustentáveis. Há também, freando a sua expansão, certa complexidade na formação da carteira, baseada em dados apresentados pelas próprias empresas e sem qualquer verificação externa.

Fundos desta natureza existem nos Estados Unidos desde 1980 e já movimentam um volume superior a três trilhões de dólares no mercado de capitais. Segundo o Dow Jones Sustainability Index, o seu desempenho superou em 15% a performance dos fundos vistos como tradicionais. No Brasil, vem operando a partir de 2011, por iniciativa do sistema financeiro. Calcula-se que o investimento socialmente responsável em nosso país atingiu, em 2012, o montando de R\$ 742 milhões, com um incremento da ordem de 55,34% em relação a 2006.

Atualmente, esta carteira especial da BM&F BOVESPA, já em sua sétima edição reúne 38 empresas. Está a dois passos do seu limite autoestabelecido, que é o de 40 companhias. Foi verificado que 21% das empresas participantes autorizaram a divulgação dos respectivos questionários, o que é bastante positivo no quesito transparência.

Registre-se, como inovação das diretrizes para recolhimento de dados, a elevação do item Mudanças Climáticas à categoria de dimensão, considerado que há dois anos era somente um indicador entre outros da dimensão Gestão Ambiental.

Para estudo de caso, Peçanha toma como referência uma das maiores empresas do mundo, atuante em nosso país na área de transportes, concessão de rodovias e mobilidade urbana, com o valor de mercado superior a R\$ 20 bilhões. São três as prioridades sociais informadas em seu credenciamento: redução de acidentes, de emissões de CO₂ e de resíduos. Um projeto que se destaca nas atividades da companhia é o uso de asfalto ecológico e manufaturado a partir de pneus usados. Em cerca de 17% da malha viária sob sua responsabilidade em São Paulo já foi aplicado esse “asfalto borracha”, como é conhecido. Outra qualificação sustentável do grupo é haver publicado, em 2010, o seu inventário de emissão de GEE.

Executivos da empresa, respondendo ao pesquisador, relativizaram, com grande propriedade, a tese de que o ISE reforça a sua imagem institucional e a de seus produtos. Disseram eles nas entrevistas que a vantagem se dá muito mais no plano interno, ou seja, o ISE atua como um guia de aprimoramento da governança.

Os indicadores Ethos como ferramentas de gestão ambiental foram estudados por Talita Rosolen no trabalho para a disciplina *Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas*. A análise foi desenvolvida com base em documentos, entrevistas com especialistas e o estudo de caso numa grande empresa.

Estas métricas foram criadas no emblemático ano 2000, quando se renovaram acentuadamente, em todo o mundo, as formas de engajamento da sociedade civil nas práticas de responsabilidade social. Constituem, hoje, instrumentos amplamente adotados por empresas brasileiras e de toda a América Latina. Está em curso um processo de revisão em suas diretrizes para o lançamento, em breve, de sua terceira geração.

Estamos tratando, neste caso, de procedimentos originários da Agenda 21, elaborada na Rio 92, visando assegurar maior eficiência na mensuração e monitoramento das iniciativas sustentáveis no campo empresarial. Implantado, em 1998, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social vem alargando bastante os espaços de discussão e apresentação de propostas efetivas nesta linha. Dois anos após sua criação, a entidade projetou e lançou os indicadores aqui comentados. Foram usados em sua última versão por cerca de 550 empresas respondentes aos questionários. Buscam elementos que instruem uma avaliação do estágio em que se encontram as políticas ambientais das corporações interessadas. As informações obtidas são sigilosas e não auditadas.

A partir de 2007 foi franqueado o preenchimento eletrônico das informações a serem processadas por um sistema que encaminha à empresa um relatório comparando-as com a média de um banco de dados composto por empresas que obtiveram as dez melhores

notas. Um importante avanço foi a possibilidade de atendimento às micros e pequenas empresas no processo de avaliação, mediante convênio com o Sebrae.

É facultada às empresas a contratação de um facilitador para ajudá-las a realizar todo o processo com recursos internos. O Instituto Ethos disponibiliza, quando necessário, programas de capacitação para que profissionais das empresas tratem do preenchimento.

A terceira geração dos indicadores Ethos, a ser lançada em abril de 2013, encontra-se em fase de construção. Espera-se que seja uma oportunidade para a correção de várias imperfeições detectadas, como a falta de documentos comprobatórios ou evidências que sustentem as informações dadas pelas empresas.

Estes indicadores são de uso gratuito, sem custos para preenchimento dos questionários e recebimento do relatório on-line. Só há cobrança de despesas com uso de consultoria e facilitação do processo. É importante assinalar que mesmo o cumprimento de todas as etapas é insuficiente para visualizar, em sua totalidade, o estágio em que se encontra cada usuário. Tornam-se necessárias providências concretas, dentro das corporações, para garantir a efetividade dos procedimentos descritos no relatório. Em outras palavras, o comprometimento final é uma responsabilidade que cabe às empresas.

Consideremos, por último, neste estudo que encerra a amostra de interpretações, o Carbon Disclosure Project-CDP. Esta certificação tem sua força e sua fragilidade abordadas, em texto conciso, porém certo, de José Rafael Motta Neto. O CDP vem conquistando o respeito mundial de grandes investidores, além das comunidades acadêmicas e governamentais. Alguns analistas independentes afirmam, porém, que o instrumento ganharia mais credibilidade se incorporasse um sistema de auditoria externa, o que ainda não acontece. Isto daria maior substância e efetividade à premissa que orienta as diretrizes gerais do CDP. Uma premissa bastante motivadora em sua forma: “o que pode ser medido pode ser gerenciado”.

Por ocasião da Rio+20 o CDP anunciou uma fusão com a Global Canopy Program (CGP), ampliando seu foco para as florestas e reforçando a difusão dos seus informes ambientais. Os seus investidores, institucionais ou signatários, representam US\$ 78 trilhões em ativos.

Expostos aqui, de forma sumária, os instrumentos de informação mais conhecidos no âmbito da gestão ambiental corporativa, cabe perguntar se é justo fomentar comparações, nesta matéria, entre as ações do governo e da sociedade civil. Entendemos que a resposta é um sim, com ênfase, pois a sustentabilidade constitui dever a repartir-se por igual entre todos para com todos. Difícil estabelecer fronteiras que separem, no caso, agentes públicos e privados.

A nenhuma esfera pode ser atribuída infalibilidade em suas métricas. Foram descritas as falhas mais visíveis nos indicadores em uso pelas empresas. Isto certamente

não os invalida, mas exigem um aprimoramento que, por via de consequência, assegure maior credibilidade às informações.

Já vimos linhas atrás, a frase de um executivo, segundo a qual as métricas na empresa em que trabalha geraram mais vantagens internas, por otimizarem a eficiência, do que externas, por beneficiarem sua imagem no mercado. Em outras palavras, o Brasil ganha muito mais com empresas eficientes do que com empresas simpáticas. O oportuno comentário dele segue a mesma linha do argumento usado por John F. Kennedy sobre os deveres de uma sociedade para com a nação. Sim, ao empresário, antes de tomar decisões, não cabe perguntar o que deve a sustentabilidade fazer por determinados produtos vendidos por ele, mas o que a sua empresa deve fazer para a sustentabilidade ambiental no país que os compra.

Muito se tem falado sobre a transição do atual modelo de produção e consumo para uma economia de baixo carbono. Neste processo, constituem variáveis determinantes, entre outras, os certificados aqui examinados, as cotas internacionais de mitigação de GEE assumidas pelos signatários do Protocolo de Kyoto e o compromisso exitoso do governo brasileiro no combate ao desmatamento. Tais fatores requerem não apenas merecido aplauso, mas o contraponto da crítica independente e construtiva.

Neste quesito, ainda não saímos inteiramente das incertas veredas da utopia. Distantes léguas nos separam de uma sinergia entre as forças do ambientalismo nas empresas, mídia, governos, academias e movimentos sociais. É inegável, porém, que estas forças existem e atuam, apesar de seus equívocos, entre os quais avulta o de supor a iminência de uma “economia verde”. Este modelo ideal por enquanto está no território das longínquas possibilidades. Para abreviar sua chegada ao cotidiano das nações do mundo será preciso fixar objetivos muito claros e adotar métricas verificáveis e continuamente aperfeiçoadas.

ISO 14001 E A SUSTENTABILIDADE

A eficácia do instrumento no alcance do desenvolvimento sustentável

Ana Carolina Rieksti (*)

Resumo:

A norma ISO 14001 estabelece um sistema de gestão ambiental (SGA) e, apesar de críticas, sua adoção tem aumentado - já existem mais de 250 mil certificados no mundo. Neste trabalho, são citados exemplos de grandes empresas que possuem a certificação, sendo detalhado o exemplo de uma companhia do ramo de Tecnologia da Informação, setor que tem ganhado importância quando o assunto é emissão de gases de efeito estufa e resíduos. A empresa é certificada ISO 14001 e tem a sustentabilidade como princípio de gestão. Foi possível concluir que utilizar corretamente a ISO 14001 é um importante passo para o desenvolvimento sustentável ao permitir o estabelecimento de um SGA, ao auxiliar no cumprimento de legislações ambientais, entre outros.

Palavras chave: ISO 14000, Gestão Ambiental, Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A família de normas ISO 14000 trata de gerenciamento ambiental, indicando às empresas o que devem fazer para minimizar os impactos ambientais de suas atividades e melhorar continuamente seu desempenho ambiental (ISO, s.d.). A família contempla as seguintes normas:

- ISO 14001: trata dos principais requisitos para as empresas identificarem, controlarem e monitorarem seus aspectos ambientais, através de um sistema de gestão ambiental (MILAGRE, 2008);
- ISO 14004: complementa a ISO 14001 provendo diretrizes adicionais para implantação de um sistema de gestão ambiental;
- ISO 14031: guia para avaliação de desempenho ambiental;
- ISO 14020: conjunto de normas que tratam de selos ambientais;
- ISO 14040: conjunto de normas para conduzir análises de ciclo de vida de produtos e serviços;
- ISO 14064: contabilização e verificação de emissões de gases de efeito estufa para suportar projetos de redução de emissões;

* Escola Politécnica - Universidade de São Paulo – USP
E-mail: carolina.riekstin@usp.br

- ISO 14065: complementa a ISO 14064 especificando os requisitos para certificar ou reconhecer instituições que farão validação ou verificação da norma ISO 14064 ou outras especificações importantes;
- ISO 14063: trata de comunicação ambiental por parte das empresas (ISO, s.d.).

Além destas, já existem outras normas em desenvolvimento:

- ISO 14045: requisitos para análises de eco-eficiência;
- ISO 14051: norma para MFCA – *Material Flow Cost Accounting*, ou em tradução literal, contabilidade de custos dos fluxos de materiais, uma ferramenta de gerenciamento que busca maximizar a utilização de recursos, principalmente em manufatura e processos de distribuição;
- ISO 14067: norma para pegada de carbono em produtos, tratando de requisitos para contabilização e comunicação de emissões de gases de efeito estufa associados a produtos;
- ISO 14069: guia para as empresas calcularem a pegada de carbono em seus produtos, serviços e cadeia de fornecimento;
- ISO 14005: guia para a implementação em fases de um sistema de gestão ambiental para facilitar sua adoção por pequenas e médias empresas;
- ISO 14006: norma para “ecodesign”;
- ISO 14033: diretrizes e exemplos para compilar e comunicar informações ambientais quantitativas;
- ISO 14066: requisitos para as empresas que farão a validação e a verificação de emissões de gases de efeito estufa.

Todas as ferramentas são desenvolvidas de forma a permitir seu uso conjunto e têm como benefícios de adoção a redução do uso de matérias-primas e de energia, processos mais eficientes, redução de lixo e de custos de descarte e utilização de recursos renováveis. Associados a estes benefícios econômicos, existem também os benefícios ambientais – esta é a contribuição da família ISO 14000 para a sustentabilidade e para o conceito do *Tripple Botton Line*. Além da ISO 14000, outras normas ISO relacionam-se ao conceito do *Tripple Bottom Line*: ISO 26000, sobre responsabilidade social empresarial, ISO 50001, para gerenciamento de energia, entre outras (ISO, s.d)

De acordo com Pombo e Magrini (2008), as normas da série ISO 14000 podem ser divididas em dois grupos: normas orientadas a processos e normas orientadas a produtos, conforme ilustra a figura 1.

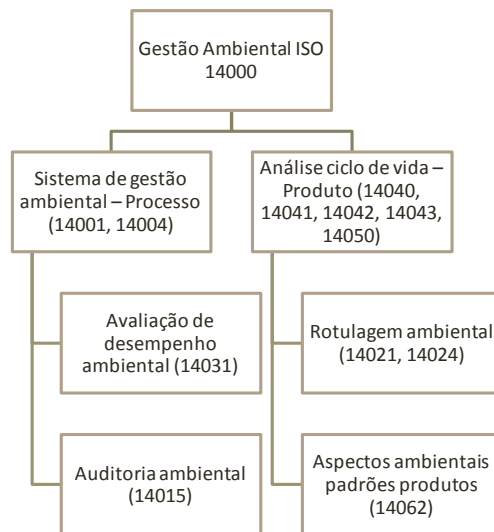


Figura 1 - Classificação família ISO 14000.
Fonte: POMBO; MAGRINI, 2008.

Nesta pesquisa, o foco será dado à norma ISO 14001, que tem sido o instrumento mais utilizado para desenvolver a gestão ambiental em empresas industriais e a única norma “certificável” da família ISO 14000. Busca-se verificar a eficácia do instrumento no alcance do desenvolvimento sustentável, com a seguinte pergunta de pesquisa: “como a implementação da ISO 14001 auxilia no desenvolvimento sustentável da empresa?”.

Para responder à pergunta, foram estudadas as duas maiores empresas brasileiras em valor de mercado segundo a Forbes: Petrobrás e Vale, além de um estudo mais aprofundado em uma empresa de TI, a Itaotec, dada a importância que o setor vem ganhando quando o assunto é emissão de gases de efeito estufa e lixo eletrônico.

Em 2007, o Instituto Gartner² identificou que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) são responsáveis, em média, por 2% do total de emissões de gases de efeito estufa no mundo, com estimativa de crescimento de 6% ao ano até 2020 (GESI, 2010). Em alguns casos, a contribuição do setor é ainda maior, como é o caso de Alemanha, França e Japão, onde corresponde a 10% (BOLLA et al., 2011). Outra preocupação relacionada ao setor refere-se à quantidade de lixo eletrônico, que vem aumentando significativamente. Nos EUA, 2% de todo o lixo é eletrônico (em volume). Porém, 70% de todo o lixo tóxico vem do lixo eletrônico, que cresce três vezes mais que o lixo comum. De acordo com estudo da *Forrester Research*, Brasil, Rússia, Índia e China terão mais de 775 milhões de novos computadores até 2015, com a China indo de 55 milhões em 2007 para 500 milhões em 2015 (CETESB, 2009). Desta forma, a preocupação

² O Gartner é um instituto mundial de pesquisa e consultoria

com o setor, mesmo considerado de médio impacto ambiental, tem crescido nos últimos anos.

As próximas seções estão organizadas da seguinte forma: a seção 2 descreve a norma ISO 14001, desde sua origem até a sua relação com a sustentabilidade; a seção 3 trata da utilização da norma e descreve três exemplos de empresas que utilizam, detalhando a utilização em uma empresa de TI; a seção 4 trata de uma análise crítica da norma e a seção 5 trata das considerações finais do estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção descreve a norma ISO 14001, sua origem, o que verifica, como os dados para a certificação são obtidos e como o desempenho da empresa é divulgado, como é realizada a comprovação, verificação externa e/ou auditoria para certificação e como a norma se encaixa dentro do contexto maior da sustentabilidade.

2.1 – Origem do Instrumento

Todas as preocupações ambientais que têm ganhado importância nos últimos anos levaram a um crescente número de solicitações a institutos normativos para a criação de um padrão para gerenciar os impactos ambientais de uma organização. O *British Standards Institute* (BSI), um respeitado instituto normativo, juntamente com outras partes interessadas, desenvolveu a BS 7750:1992 (“*Specification for Environmental Management Systems*”), o primeiro padrão ambiental do mundo. Outros padrões nacionais existiram em diversos países e a demanda por uma certificação internacional começou a crescer (WHITELAW, 2004). Durante a Rio-92 foi proposta a criação de um grupo para estudar a elaboração de uma norma internacional de gestão ambiental. Em março de 1993, a ISO estabeleceu o Comitê Técnico 207 para desenvolver a série de normas internacionais de gestão ambiental ISO 14000 (ABNT, s.d).

A norma ISO 14001 foi desenvolvida com base na norma BS 7750 e publicada em setembro de 1996. A norma provê um modelo básico de estabelecimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de processos de gerenciamento que requer das empresas a identificação, a mensuração e o controle de seus impactos ambientais (BANSAL; HUNTER, 2003) no meio ambiente em que operam, incluindo aspectos relacionados a ar, água, solo, flora, fauna e seres humanos.

2.2 – O que o Instrumento verifica

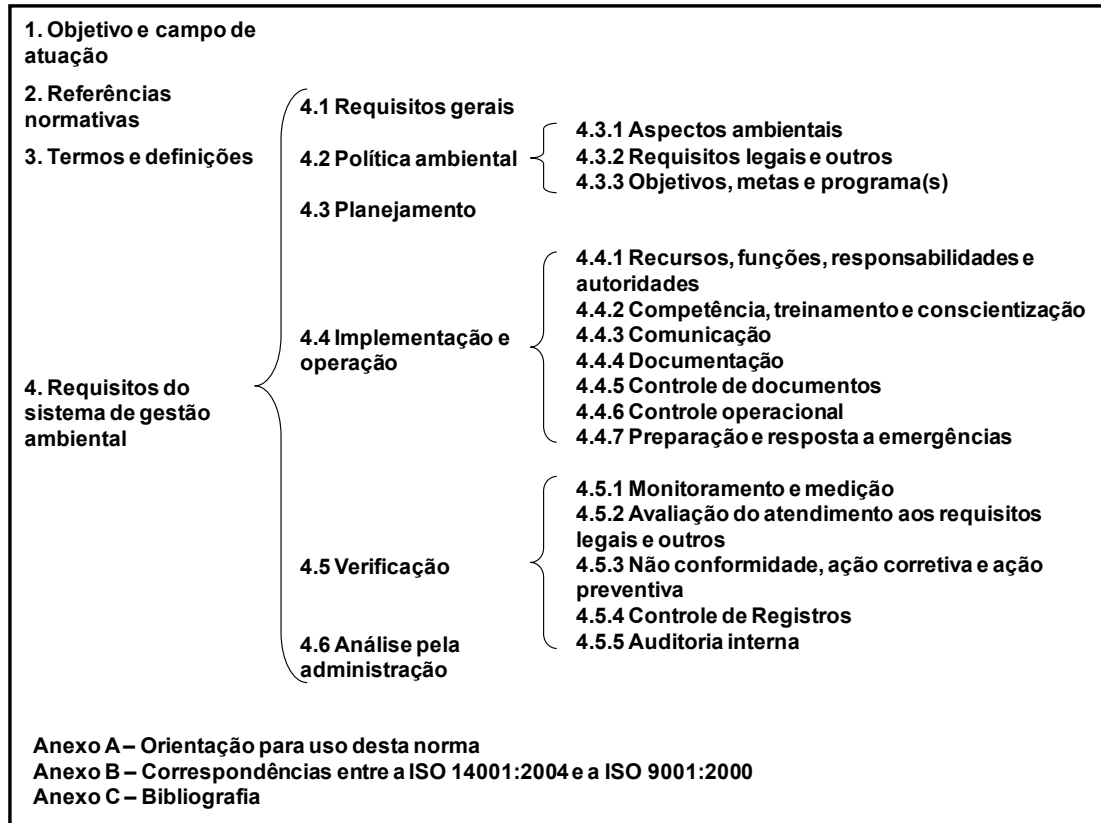
A norma NBR ISO 14001 verifica o SGA da empresa e é baseada no ciclo PDCA (*Plan, Do, Check e Act*). A associação do método PDCA com a norma NBR ISO 14001, segundo Matthews (2003), se dá a partir dos seguintes processos/atividades:

- a) Planejar: definição da política ambiental, impactos ambientais e metas ambientais;
- b) Executar: implementação do SGA e documentação, treinamento;
- c) Verificar: auditorias ambientais e avaliação de desempenho ambiental e
- d) Agir: ações de melhoria contínua.

Seis passos devem ser cumpridos para a obtenção do certificado:

- 1) Desenvolver uma política ambiental;
- 2) Identificar as atividades da empresa, produtos e serviços que possuam interação com o meio ambiente;
- 3) Identificar requisitos legais e regulatórios;
- 4) Identificar as prioridades da empresa e definir objetivos e metas de redução de impacto ambiental;
- 5) Ajustar a estrutura organizacional da empresa para atingir estes objetivos, atribuindo responsabilidades, realizando treinamentos, comunicando e documentando;
- 6) Checar e corrigir o SGA.

A norma estabelece os requisitos para um SGA, sem definir o que se deve fazer exatamente, de forma que as empresas podem desenvolver suas próprias soluções (OLIVEIRA; SERRA, 2010). O Quadro 1 detalha a estrutura da norma.



Quadro 1 - Estrutura na norma ISO 14001.

Fonte: GESTÃO AMBIENTAL, 2005.

A norma ISO 14001 foi formulada de forma alinhada à norma ISO 9001, facilitando a integração entre o sistema de gestão ambiental e o sistema de gestão da qualidade (CICCO, 2006).

2.3 – Obtenção de Dados e Divulgação do Desempenho

Os dados para a certificação ISO 14001 são obtidos em auditoria externa, mas a norma pode ser utilizada para autoavaliação, para avaliação por clientes ou por organizações externas, sem necessariamente certificar a empresa-alvo da avaliação. Internamente, de acordo com a norma, a empresa deve realizar auditorias do SGA em intervalos planejados, verificando se ele é mantido corretamente. Estas auditorias devem ser sistemáticas e independentes.

As empresas que utilizam a norma devem decidir se comunicarão ou não seus resultados externamente. Se resolver comunicar, a empresa deve pré-estabelecer como o fará. As empresas podem divulgar seus resultados em seus relatórios anuais financeiros ou de sustentabilidade, bem como em seus endereços na Internet. Também é possível

consultar listas de empresas certificadas na página do INMETRO, mas nem todas as empresas certificadas já constam desta base de dados (INMETRO, s.d).

2.4 – Comprovação, Verificação Externa e/ou Auditoria

A certificação ISO 140001 é obtida através de uma auditoria realizada dentro da empresa candidata à certificação por entidades credenciadas pelo Inmetro. A auditoria é um processo de investigação que verifica se o SGA estabelecido atende aos preceitos listados na norma. O certificado é válido por três anos.

Quando a empresa está se certificando pela primeira vez, a auditoria externa realiza as pesquisas e dá à empresa um prazo para corrigir eventuais pendências identificadas. A empresa, corrigindo estas pendências dentro do prazo, recebe o certificado. Dentro de um ano, pode ser realizada uma auditoria de manutenção e se espera que, até a recertificação, a empresa mantenha seu SGA e busque a melhoria contínua, um preceito da norma.

2.5 – ISO 14001 e a Sustentabilidade

Já existem estudos que buscaram verificar como a norma ISO 14001 é usada para o desenvolvimento sustentável em empresas. De Vries et al (2012) encontraram evidências de impactos positivos de sua adoção em indicadores ambientais e de negócio. Klassen e McLaughlin (1996) descrevem a relação entre gestão ambiental e rentabilidade da empresa, conforme ilustra a Figura 2. Alberton e Costa Jr. (2007) também encontraram indícios de uma boa relação entre SGA e aumento de rentabilidade na empresa, pois há melhoras em aspectos operacionais pós-certificação. Os autores citam como exemplos de melhorias a redução de desperdícios, o aproveitamento de materiais, a reciclagem e a redução no consumo de energia e água.

Considerando o conceito do *Triple Bottom Line*, o tripé da sustentabilidade, que leva em conta três aspectos, o econômico, o social e o ambiental, a certificação ISO 14001 tem potencial para trazer ganhos ambientais para a empresa e, conseqüentemente, ganhos econômicos – reduzir o consumo de água e energia elétrica, por exemplo, reduz os custos. Além disto, a certificação pode trazer vantagens competitivas – empresas fornecedoras podem ganhar concorrências pelo fato de serem certificadas (em alguns casos, possuir a certificação é uma exigência) e possuir o certificado pode auxiliar a empresa a ficar de acordo com as leis (POTOSKI; PRAKASH, 2005). King et al. (2005) relatam que fornecedores que têm clientes distantes, incluindo estrangeiros, tendem a buscar mais a certificação, uma forma de demonstrar esforços de melhoria. A norma não trata, porém, de aspectos sociais diretamente.

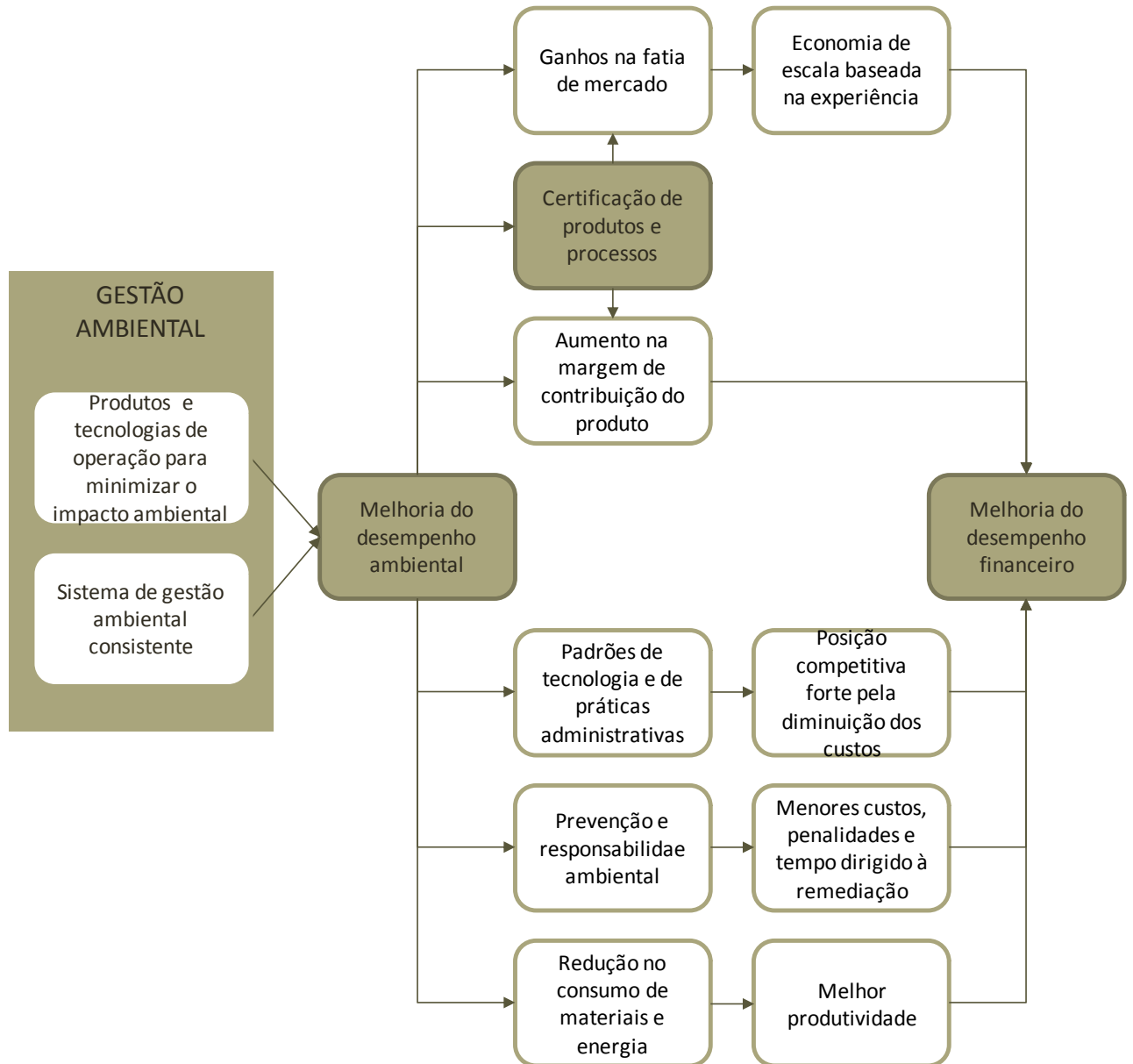


Figura 2 - Relação entre Gestão Ambiental e Rentabilidade da Empresa.

Fonte: KLASSEN; MCLAUGHLIN, 1996.

3. UTILIZAÇÃO DA NORMA

No mundo, de acordo com a ISO (2010), existem mais de 250 mil certificados, fortemente concentrados na Europa e no leste asiático. No Brasil, a adoção da ISO 14001 vem aumentando continuamente nos últimos anos, indicando amadurecimento das questões ambientais empresariais na direção de uma gestão sustentável (OLIVEIRA; SERRA, 2010). Na última pesquisa realizada pela ISO (2010), o país destaca-se entre os 10 países com maior aumento no número de certificações, conforme ilustra a

Tabela 1³.

	País	Certificações
1	China	14468
2	Reino Unido	3434
3	Itália	2522
4	República Tcheca	1945
5	Coréia do Sul	1838
6	Espanha	1820
7	Brasil	1488
8	Romênia	555
9	Coréia do Norte	468
10	Colômbia	466

Tabela 1- Países com maior crescimento no número de certificações ISO 14001 – 2010.

Fonte: ISO, 2010.

De acordo com Jucon (2010), o Brasil atingiu em 2010 a marca de 4.000 certificados emitidos, sendo o país com o maior número de certificados emitidos na América Latina, com grande concentração de certificações na região Sudeste, seguida das regiões Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste (POMBO; MAGRINI, 2008). Ainda segundo o mesmo autor, os setores com maior número de certificações são o de serviços, o automotivo, o de metalurgia e o químico, conforme ilustra a Figura 3. Importante notar que, considerando os impactos ambientais de cada setor estabelecidos na Lei 10.165/2000 (classificação descrita no Anexo I) apenas o de metalurgia e o químico enquadram-se como atividades de alto impacto ambiental, demonstrando que a preocupação ambiental também está muito forte em setores de médio e pequeno impacto.

³ Esta tabela representa apenas os países com maior aumento no número de certificações em 2010. Os dez países com maior total de certificações em 2010 foram: China, Japão, Espanha, Itália, Reino Unido, Coreia do Sul, Romênia, República Tcheca, Alemanha e Suécia. Em 2009, o mesmo relatório listava os mesmos sete primeiros colocados, Alemanha em 8º lugar, EUA em 9º e República Tcheca em 10º.

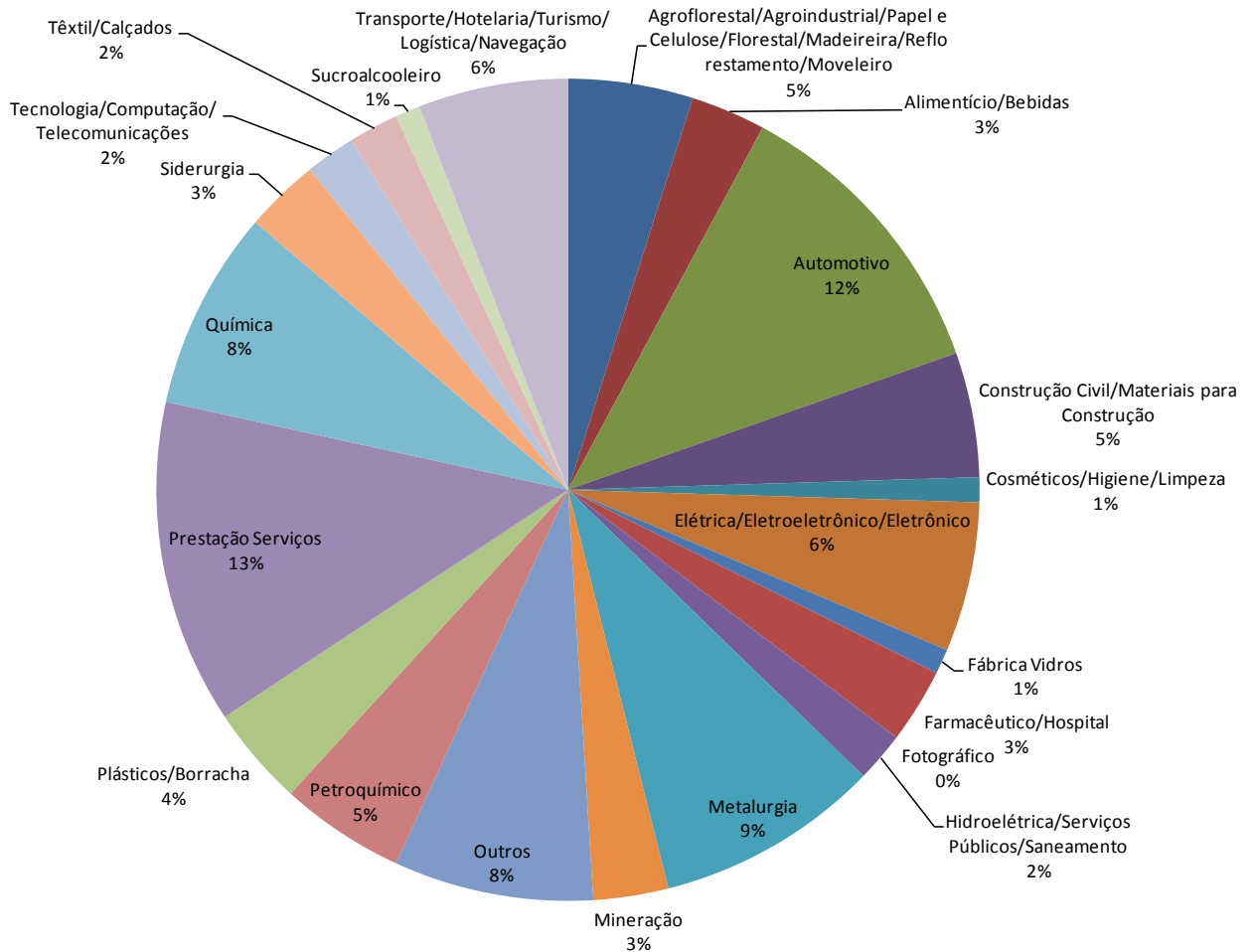


Figura 3 - Certificações no Brasil por setor.

Fonte: JUCON, 2010.

De acordo com Pombo e Magrini (2008), dentre as empresas brasileiras com maior número de certificações estão empresas de diferentes setores, conforme ilustra a Tabela 2. Dentre elas, estão as duas maiores empresas brasileiras em valor de mercado: a Petrobrás e a Vale (FORBES, 2012).

Empresa	Certificados
Petrobrás (sem contabilizar Transpetro e Petrobras Distribuidora)	41
Ouro Verde Transporte e Locação	32
Siemens	30
Eucatex	30
Light	23
Rhodia	23
Rodo Mar Veículos e Máquinas	18
Companhia Vale do Rio Doce	13

Dana Industrial Ltda.	12
-----------------------	----

Tabela 2- Empresas brasileiras com maior número de certificações ISO 14001.

Fonte: POMBO; MAGRINI, 2008.

3.1 – Petrobras

A Petrobras, empresa brasileira controlada pelo governo brasileiro que atua em exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia, tem como um de seus valores o comprometimento com o desenvolvimento sustentável. A quase totalidade de suas unidades no Brasil e no exterior certificadas em conformidade com a norma ISO 14001.

A empresa tem como diretriz de seu plano de negócios e parte de sua estratégia corporativa “conhecer, prevenir e mitigar os impactos ambientais” de suas operações e produtos. A gestão ambiental é integrada à gestão dos aspectos de segurança, eficiência energética e saúde - SMES (Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde). A empresa também exige a certificação de seus fornecedores e, inclusive, impede empresas que não estiverem em conformidade de fornecerem seus produtos e serviços.

Quinze diretrizes corporativas estabelecem requisitos a serem atendidos por este sistema de gestão integrado e padrões derivados destas diretrizes são aplicados em todas as atividades da empresa. A aderência aos padrões é verificada periodicamente por auditorias internas. Na empresa, todos os níveis de liderança são responsáveis pela implementação e utilização do sistema de gestão, bem como pelo seu desempenho, em sua área. A empresa atesta em seu relatório de sustentabilidade que o processo integrado de gestão vem trazendo melhorias de desempenho para a empresa, que hoje se aproxima e, em alguns casos, supera os referenciais de excelência da indústria mundial de petróleo (PETROBRAS, s.d; PETROBRAS, 2011).

3.2 – Vale

A Vale, empresa brasileira que atua em 38 países, considerada a segunda maior mineradora do mundo e a maior empresa privada da América Latina, tem o desenvolvimento sustentável como parte de sua missão e possui a totalidade do minério de ferro exportado saindo de minas certificadas com ISO 14001 (todas as minas de minério de ferro têm certificação). Foi a primeira companhia de mineração do mundo a ter uma unidade certificada pela ISO 14001, adotando desde 1994 o Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental (SGQA) em suas unidades operacionais: minas de ferro, usinas de beneficiamento, unidade de pelletização e porto. O sistema é periodicamente auditado por certificadora externa e, para cada ponto de atenção identificado, é elaborado um plano de

ação a ser executado pela respectiva unidade operacional, acompanhado pela área corporativa de meio ambiente.

A empresa entende que o cumprimento das metas ambientais deve refletir-se na remuneração variável dos empregados e, por isto, avalia as diferentes áreas de negócio identificando quanto cada empregado irá receber em função dos níveis de desempenho alcançados coletiva e individualmente em relação a cada unidade operacional. Em 2006, as áreas tiveram como metas a implementação de programas de redução de consumo, reuso e recirculação de água e projetos de minimização da geração de resíduos e a empresa aprimora continuamente seus indicadores ambientais.

Em 2010, a empresa desenvolveu um SGA para atender a empresa como um todo, dividido em quatro estágios: básico, intermediário, avançado e excelência, para garantir o cumprimento da Política de Desenvolvimento Sustentável e das Diretrizes Ambientais. Este novo SGA tem por principais objetivos: garantir a conformidade legal das unidades de negócio, controlar sistematicamente os aspectos ambientais e promover a melhoria contínua do desempenho ambiental (VALE, s.d; VALE, 2011; BRASIL MINERAL, 2004; ISTO É DINHEIRO; 2006).

3.3 – ITAUTEC – Estudo de Caso Detalhado

Para verificar em profundidade como a implementação da ISO 14001 pode auxiliar no desenvolvimento sustentável da empresa, foi selecionada uma do setor de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, considerado de médio impacto ambiental, de acordo com a Lei 10.165/2000. Este é um setor que tem crescido significativamente nos últimos anos e que continuará crescendo, sendo responsável, em média, por 2% do total de emissões de gases de efeito estufa no mundo, com estimativa de crescimento de 6% ao ano até 2020 (GESI, 2010). Além das emissões, uma grande preocupação no setor é quanto ao lixo eletrônico – nos EUA, por exemplo, 2% de todo o lixo é eletrônico (em volume) e 70% de todo o lixo tóxico vêm do lixo eletrônico, que cresce três vezes mais que o comum.

A empresa estudada é a Itautec, organização com 32 anos que atua em soluções de automação bancária e comercial, soluções de computação e serviços tecnológicos. A Itautec é uma empresa 100% brasileira e pertence ao grupo Itaúsa, estando presente em diversos países da Europa e da América, sendo a 10ª maior base instalada de caixas eletrônicos (ATM, *Automatic Teller Machine*) no mundo e a 3ª na América Latina. A empresa possui mais de 5.900 funcionários e receita líquida superior a 1.500 milhões de reais. Mais de 70% da receita líquida de vendas da empresa vêm de soluções de hardware – automação e computadores, levando a empresa a possuir uma forte preocupação com processos produtivos ambientalmente responsáveis e com o correto tratamento de resíduos sólidos,

tanto na cadeia de produção, quanto à destinação no final de vida dos equipamentos vendidos.

3.3.1 – Sustentabilidade como Princípio de Gestão

A Itautec reconhece a sustentabilidade como um atributo essencial da marca, um de seus valores, zelando pela excelência ambiental tanto em produtos, quanto em processos, importante para competir no mercado e uma tendência muito forte entre empresas e governos. A sustentabilidade ainda não consta da missão e da lista de valores divulgada pela empresa, mas estes itens estão sob revisão após forte reestruturação organizacional. O Código de Ética e Conduta, que serve como referência comportamental para todos os colaboradores da empresa, disponível para consulta no *website* da empresa, reúne princípios de sustentabilidade empresarial.

A área da empresa responsável por desenvolver os projetos relacionados à sustentabilidade e buscar sempre a melhoria contínua está dentro da Vice-Presidência de Operações. Já houve um comitê de sustentabilidade, mas, com a reestruturação da empresa, a área foi alocada dentro de operações, dado que seu maior escopo de atuação encontra-se nesta área. A alta administração da empresa é comprometida com o tema sustentabilidade, o que ajuda muito na implementação e evolução do SGA e de outras iniciativas relacionadas.

A empresa possui certificações ISO 9001 e ISO 14001 e seu relatório anual de sustentabilidade é elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) nível A de aplicação. A empresa já recebeu prêmios relacionados à sustentabilidade e também participou da criação do CEDIR (Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática) da USP, colaborando com sua experiência nos processos e na identificação de empresas recicladoras competentes.

3.3.2 – Histórico

Desde a abertura do mercado brasileiro em 1992, as empresas que buscaram competir no mercado mundial passaram a ter que lidar com barreiras não tarifárias, como o nível de qualidade dos produtos. Em 1996, com o surgimento da ISO 14001, mais um aspecto entrou definitivamente para o rol de preocupações das empresas, o ambiental. No final da década de 1990, o governo brasileiro passou a incentivar as certificações e tanto os governos, quanto as grandes empresas, passaram a exigir a certificação ISO 14001 de seus fornecedores, de forma que possuir a certificação passou a ser estratégia de mercado para muitas empresas.

A Itautec traçou, então, um plano de dois anos e de 1,6 milhões de reais de investimento para estabelecer o seu sistema de gestão ambiental. A empresa mantém um

SGA desde 2001, certificado em 2003, tendo sido a primeira empresa brasileira do setor a obter a certificação.

A empresa buscou criar um modelo de gestão completo não apenas para obter a certificação, mas para mudar comportamentos. Muitas foram as dificuldades iniciais, dado que, à época, o tema sustentabilidade ainda não era amplamente discutido. No entanto, a equipe responsável logo começou a conseguir demonstrar resultados financeiros positivos com a implementação do SGA, incluindo economias operacionais. Hoje, a Itaotec entende que possuir a ISO 14001 já não é mais diferencial competitivo, mas uma obrigação.

3.3.3 – Política Ambiental

A política ambiental da Itaotec trata de assuntos como legislações, gasto de energia e água, comunicação sobre questões ambientais, conscientização de colaboradores e estabelecimento de metas específicas:

- *“Cumprir a legislação ambiental aplicável, as normas regulamentares e os demais requisitos subscritos pela Organização que se relacionem aos aspectos ambientais”;*
- *Prevenir a ocorrência de danos ambientais decorrentes de suas atividades buscando a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas no gerenciamento dos processos e na concepção de novos produtos;*
- *Estabelecer canais permanentes de comunicação das questões do meio ambiente com as partes interessadas;*
- *Criar normas e registrar as ações relativas à conservação do Meio Ambiente, de forma auditável e transparente;*
- *Evitar o desperdício de água e energia;*
- *Promover o treinamento e conscientização de seus colaboradores internos e externos para atuarem com responsabilidade na conservação do Meio Ambiente e na busca de melhorias contínuas;*
- *Estabelecer, revisar e acompanhar, anualmente, os objetivos e metas ambientais específicos de suas atividades. (ITAUTEC, 2010).*

A política ambiental gera programas que, por sua vez, geram indicadores e permitem uma análise para melhorar continuamente o SGA, já maduro. A empresa busca fortemente a melhoria contínua e, através de suas auditorias anuais (de manutenção e, a cada três anos, de recertificação), pressiona gestores a estarem conscientes e alinhados ao SGA, utilizando os organismos independentes de auditoria como uma ferramenta para manter toda a organização alinhada.

A empresa possui um programa de engajamento de fornecedores para integrar princípios da sustentabilidade nas relações comerciais. Hoje, ao comprar de determinado fornecedor, a Itaotec apresenta-lhe a sua política ambiental e exige que ele não fira esta

política. Mas já existe um grande projeto em desenvolvimento (até o final de 2012) envolvendo os principais fornecedores da empresa, em que serão revistas as políticas de compras e em que será desenvolvido um novo processo de auditoria de fornecedores, com base, entre outras normas e modelos, na ISO 14001. A empresa possui um comitê de auditoria e gestão de riscos responsável, entre outros, por acompanhar as auditorias internas e externas. Abaixo do comitê existe uma estrutura responsável pela auditoria interna, área que trabalha com avaliação da eficácia e adequação de processos, sistemas e controles internos e a integridade e confiabilidade das informações e dos registros, trabalhando de acordo com as recomendações e melhores práticas internacionais do *Institute of Internal Auditors* (IIA). Esta área de auditoria será a responsável por verificar em campo os fornecedores, principalmente aqueles sobre os quais a empresa possui influência econômica.

A Itautec ainda não conta com indicadores de gestão (metas para executivos) derivados da ISO 14001, mas estes indicadores não-financeiros são um desejo da empresa e já são utilizados por outras empresas do Grupo Itaúsa.

Quanto à comunicação externa, a empresa possui *website* e *email* para relacionamento com interessados, divulga seu Relatório Anual e de Sustentabilidade e elabora e disponibiliza guias, como o “Guia do Usuário Consciente de Produtos Eletrônicos”, o “Guia para o Gestor de TI Sustentável” e em breve deve lançar um guia para fornecedores.

3.3.4 – Além da ISO 14001

A Itautec realizou Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa de acordo com as regras do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol). O primeiro inventário foi feito em 2010 e o de 2011 já teve importantes melhorias, tendo sido auditado pela empresa BSI⁴. A empresa pretende melhorar principalmente o conteúdo do Escopo 3 de emissões⁵ e também relacionar este inventário ao SGA.

Entre as 1.800 companhias que respondem ao questionário do Carbon Disclosure Project – Cadeia de Fornecedores, a Itautec foi considerada *benchmark*, com destaque no quesito transparência no relato das informações.

Em 2011, a Itautec se adequou para atender às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Entre outros temas, a lei normatiza a obrigatoriedade da logística reversa. A Itautec mantém um centro de reciclagem em sua unidade fabril e um minicentro

⁴ A BSI é uma certificadora global.

⁵ O GHG Protocol prevê o inventário dividido em três escopos: o primeiro, de emissões diretas; o segundo, de emissões provenientes de energia elétrica comprada; e o terceiro, referente às demais emissões indiretas.

em outra localidade para a coleta de equipamentos após o fim da vida útil, atuando de forma alinhada a seu compromisso com a destinação adequada de seus equipamentos ao final de sua vida útil. É possível verificar no relatório anual a porcentagem de resíduos reciclados do total de resíduos gerados: 92,7%.

Além da certificação dos processos, a empresa também busca melhorias em seus produtos, investindo no desenvolvimento de produtos isentos de substâncias nocivas, energeticamente eficientes e visando minimizar qualquer impacto que seus equipamentos possam ocasionar para a saúde e segurança de seus clientes, colaboradores e meio ambiente. A fabricação de equipamentos segue preceitos ambientais internacionais, como os da diretiva Restriction of Certain Hazardous Substances (RoHS), da Comunidade Europeia, que restringe o uso de substâncias químicas nocivas como chumbo, cádmio, mercúrio e cromo hexavalente, entre outras. Os produtos da linha de computação também são registrados na Electronic Product Environmental Assessment Tool (EPEAT), ferramenta de avaliação ambiental criada pela Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA) e pela Organização não Governamental Greener Electronics Council, que avalia 51 critérios ambientais na concepção, produção e no descarte de equipamentos eletroeletrônicos.

Em 2010, a empresa elaborou, em conjunto com uma empresa especializada, um treinamento utilizando por base as normas ISO 14020 (selos ambientais) e ISO 14040 (análises de ciclo de vida de produtos e serviços) e tendo como estudos de caso os próprios equipamentos Itautec, buscando reduzir a quantidade de material utilizada e maior facilidade de desmontagem. A Figura 4 ilustra as ações da empresa em todo o ciclo de vida de seus produtos (ITAUTEC, 2010; ITAUTEC, 2011).

3.3.5 – Social

Em todos os locais onde está presente, a empresa busca estabelecer relacionamentos com a sociedade, contratando funcionários do local e promovendo projetos socioambientais. A Itautec é associada a diversas instituições relacionadas a direitos humanos e destina anualmente recursos a ações de caráter socioeducacionais (recursos financeiros e equipamentos). A empresa, de acordo com o seu Código de Ética e Conduta, repudia o trabalho infantil ou escravo. Também incentiva visitas de estudantes às suas unidades e centro de reciclagem e apoia eventos culturais por meio da Lei Rouanet (ITAUTEC, 2010; ITAUTEC, 2011).

3.3.6 – Conclusão do Estudo de Caso

A Itautec entende a norma ISO 14001 como um modelo de gestão e não apenas como uma norma, evitando, assim, a conformidade “só no papel”. A empresa reconhece que

possuir a ISO 14001 não garante um ótimo desempenho ambiental e que algumas características do processo de certificação podem permitir que empresas se certifiquem sem ter realmente um modelo de gestão ambientalmente responsável, mas a norma seria um excelente modelo dentro de um cenário maior de sustentabilidade para, entre outros, melhorar o conhecimento ambiental, estabelecer um modelo de gestão eficaz e também para mitigar riscos, uma preocupação muito forte no grupo Itaúsa, dado o seu forte componente financeiro. Em um cenário de leis ambientais muito rígidas (350 normas, leis e decretos considerando os âmbitos federal, estadual e municipal), conformidade e gestão de riscos são fatores essenciais e o SGA pode auxiliar e muito neste âmbito.

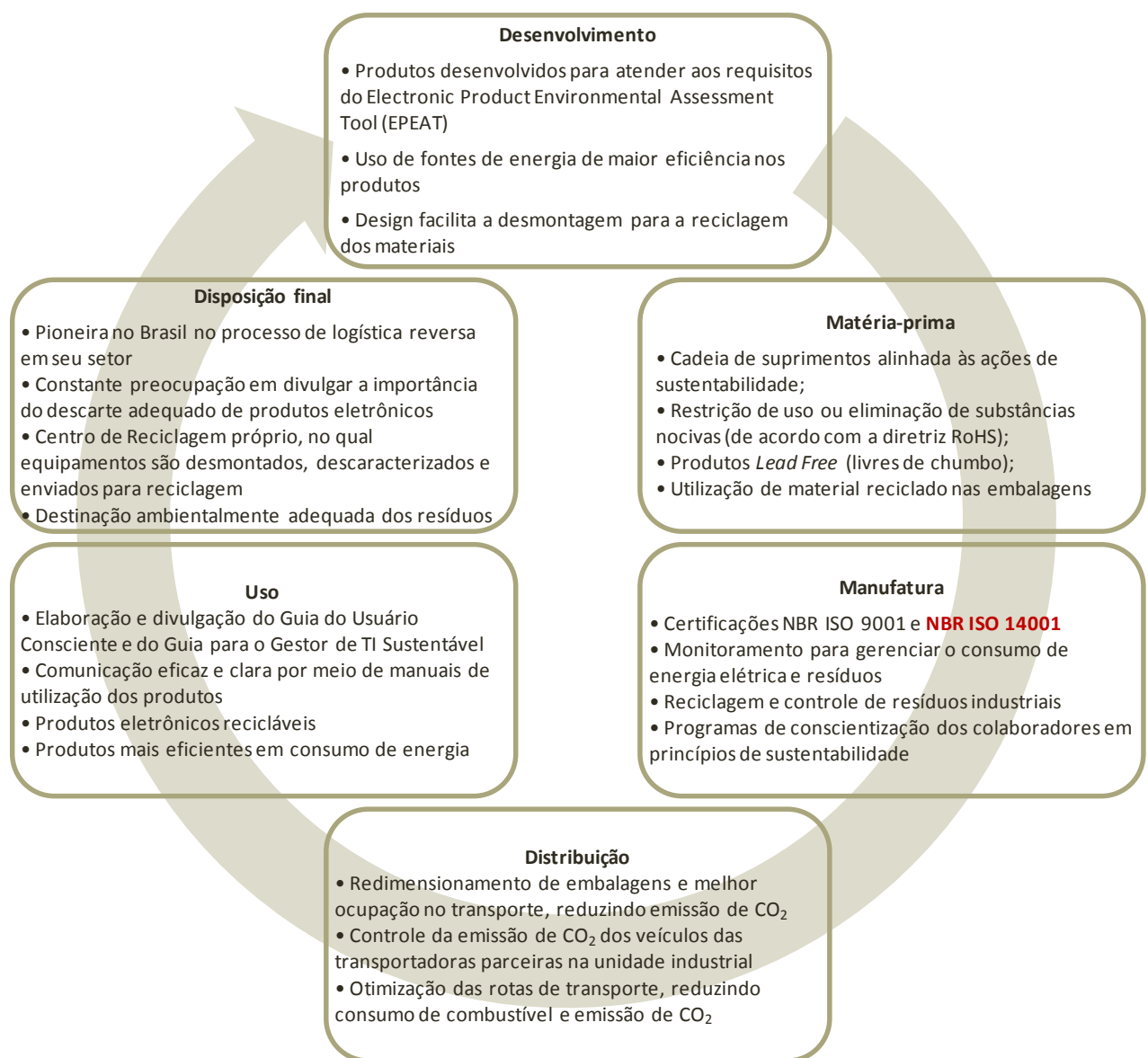


Figura 4 - Ciclo de vida dos produtos.

Fonte: ITAUTEC, 2011

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das críticas à norma descritas na seção anterior, considerando:

1. Os passos que devem ser cumpridos para a obtenção do certificado (desenvolvimento de uma política ambiental; identificação das atividades da empresa, produtos e serviços que possuam interação com o meio ambiente; identificação dos requisitos legais e regulatórios; identificação das prioridades da empresa e definição de objetivos e metas de redução de impacto ambiental; ajuste da estrutura organizacional da empresa para atingir os objetivos definidos, atribuindo responsabilidades, realizando treinamentos, comunicando e documentando; e checagem e correção do SGA) e o princípio de melhoria contínua constante da norma;
2. A verificação externa realizada por institutos credenciados pelo INMETRO;
3. As opiniões de autores da área (DE VRIES et al., 2012; KLASSEN; MCLAUGHLIN, 1996; ALBERTON; COSTA JR., 2007) que relatam que a implementação da ISO 14001 pode auxiliar no desenvolvimento sustentável; e
4. Exemplos de importantes empresas em que o SGA auxilia no cumprimento de inúmeras legislações ambientais e no gerenciamento de riscos ambientais, reduz gastos operacionais, permite a derivação de indicadores de gestão e até mesmo o cálculo da remuneração variável de colaboradores com base no cumprimento das metas ambientais, é possível responder à pergunta da pesquisa “como a implementação da ISO 14001 auxilia no desenvolvimento sustentável da empresa” - utilizar corretamente a ISO 14001 seria um importante passo para a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável ao permitir o estabelecimento de um SGA, ao auxiliar no cumprimento de legislações ambientais e no gerenciamento de riscos ambientais, ao reduzir gastos operacionais e ao permitir a derivação de indicadores de gestão, entre outros.

É importante notar também que a criação da norma foi importante para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de gestão ambiental em empresas de forma padronizada, servindo de base para a readequação em busca do desenvolvimento sustentável de acordo com práticas utilizadas internacionalmente. A empresa que busca esta certificação demonstra preocupação com as causas ambientais e, se corretamente implementada, é importante instrumento para a preservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável.

Como melhoria, a norma poderia incorporar mecanismos obrigatórios de divulgação de resultados, sendo instrumento para que os clientes das empresas, governos e,

principalmente, a sociedade civil, que hoje não tem acesso às informações da certificação, possam cobrar atitudes ambientalmente responsáveis pelas empresas certificadas, reduzindo até mesmo o risco de a norma ser utilizada apenas para obter uma certificação sem ter um sistema de gestão completo e praticado.

É importante destacar que, de acordo com Grajew (2005), a grande maioria das empresas certificadas em ISO 14001 é de médio ou grande porte, indicando uma dificuldade das pequenas empresas em obter o certificado, talvez devido aos altos custos de implantação de um SGA. Sugere-se, como pesquisas futuras, verificar sistemas de gestão ambiental (certificados ou não) em empresas de pequeno porte, além de levantar quais indicadores de gestão podem ser derivados da norma ISO 14001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. **Sistema de Gestão Ambiental ABNT NBR ISO 14001**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=1006>. Acesso em: 14 abr. 2012.
- ALBERTON, A.; COSTA JR., N. C. A. **Meio ambiente e desempenho econômico-financeiro: benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras**. RAC-Eletrônica, 1, p. 153-171, 2007.
- BABAKRI K. A., BENNETT R. A., FRANCHETTI M. **Critical factors for implementing ISO 14001 in United States industrial companies**. Journal Cleaner Production, n. 11:p. 749–52. 2003.
- BANSAL, P.; HUNTER, T. **Strategic explanations for the early adoption of ISO 14001**. Journal of Business Ethics, n. 46, p. 289-299, 2003.
- BOLLA, R.; BRUSCHI, R.; DAVOLI, F.; CUCCHIETTI, F. **Energy Efficiency in the Future Internet: A Survey of Existing Approaches and Trends in EnergyAware Fixed Network Infrastructures**. IEEE Communications Surveys and Tutorials, vol.13, no.4, dez. 2011.
- BRASIL MINERAL. **Política Ambiental: a mineração está tentando fazer o seu dever de casa**. 2004. Revista Brasil Mineral, Edição Especial Mineração e Meio Ambiente, n. 228, Junho de 2004. Disponível em: <<http://www.brasilmineral.com.br/BM/pdf/228/228%20-20Politica%20Ambiental.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- CETESB. **Projeto TI-Verde**. Disponível em: <www.conei.sp.gov.br/ti_verde_cetesb_getic_230609.ppt>. Acesso em 06 jun. 2012.
- CICCO, F. **Sistemas integrados de gestão - agregando valor aos sistemas ISO 9000**. Centro da Qualidade, Segurança e Produtividade, 2006. Disponível em: <<http://www.qsp.org.br/artigo.shtml>>. Acesso: 12 abr. 2012.
- CURKOVIC, S.; SROUFE, R. **Using ISO 14001 to promote a sustainable supply chain strategy**. Business Strategy and the Environment, n. 20, p. 71-93, 2011.

- DARNALL, N.; SIDES, S. **Assessing the performance of voluntary environmental programs: does certification matter?** *The Policy Studies Journal* 36, p. 95–117. 2008.
- DE VRIES, H. J.; BAYRAMOGLU, D. K.; VAN DER WIELE, T. **Business and environmental impact of ISO 14001.** *Int. Journal Quality & Reliability Manag.*, v. 29, n. 4, p.425 – 435, 2012.
- FORBES. **The world's biggest public companies.** 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/global2000/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- GESI; BCG. **Evaluating the carbon-reducing impacts of ICT: An assessment methodology.** 2010. Disponível em: <<http://www.bcg.com/documents/file59352.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2012.
- GESTÃO AMBIENTAL. **Principais mudanças quanto aos requisitos da ISO 14001:2004.** *Gestão Ambiental*, 2005. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=54>>. Acesso em 28 mai. 2012.
- GRAJEW, O. **Responsabilidade Social Empresarial e as Metas do Milênio.** *Revista Meio Ambiente Industrial*. São Paulo, n.55, maio/junho, 2005.
- INMETRO. **Empresas certificadas ISO 14001.** Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/gestao14001/>>. Acesso em: 14 abr. 2012.
- ISO. **Home page ISO, International Organization for Standardization.** Disponível em: <<http://www.iso.org>>. Acesso em: 11 abr. 2012.
- ISO. **The ISO Survey. 2010.** Disponível em: <http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/management_standards/certification/the_iso_survey.htm> . Acesso em: 07 jun. 2012.
- ISTO É DINHEIRO. **A empresa do ano: Vale do Rio Doce.** 2006. *Revista Istoé Dinheiro*, n. 476, Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/4815_A+EMPRESA+DO+ANO+VALE+DO+RIO+DOCE>. Acesso em: 15 jun, 2012.
- ITAUTEC. **Relatório Anual e de Sustentabilidade.** 2010. Disponível em: <<http://www.itaute.com.br/media/700945/relatorio%20anual%20itaute%202010%20-%20portugues.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- ITAUTEC. **Relatório Anual e de Sustentabilidade.** 2011. Disponível em: <http://www.itaute.com.br/media/713969/itaute_relatorio_anual_e_de_sustentabilidade_2011.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- JUCON, S. **A evolução da Norma ISO 14001 e o fortalecimento da sustentabilidade empresarial.** Home page da *Revista Meio Ambiente Industrial*, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://rmai.com.br/v4/Read/290/a-evolucao-da-norma-iso-14001-e-o-fortalecimento-da-sustentabilidade-empresarial.aspx>>. Acesso em: 07 jun. 2012.
- KING A.; LENOX M.; TERLAAK A. **The strategic use of decentralized institutions: exploring certification with the ISO 14001 management standard.** *Academy of Management Journal* 48: 1091–1106. 2005.
- KLASSEN, R. D.; MCLAUGHLIN C. P. **The impact of environmental management on firm performance.** *Management Science*, 42, p. 1199-1214, 1996.

- MATTHEWS, D. H. **Environmental management systems for internal corporate environmental benchmarking**. *Benchmarking: An International Journal*, v. 10, n. 2, p. 95-106, 2003.
- MILAGRE, J. A. **Panorama jurídico e normativo da política de TI verde**. *Webinsider*, 28 de fevereiro de 2008. Disponível em <<http://webinsider.uol.com.br/2008/02/28/o-panorama-juridico-e-normativo-da-politica-de-ti-verde>>. Acesso em 05 mai. 2012.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=323>>. Acesso em: 07 jun. 2012.
- OLIVEIRA, O. J.; SERRA, J. R. **Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo**. *Revista Produção*, v. 20, n. 3, p. 429-438, 2010.
- OLIVEIRA, J. A.; SANTOS, S. R. O.; NADAE, J. A. **ISO 14001 nas indústrias brasileiras: uma análise sobre os benefícios e dificuldades da certificação**. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Bauru/SP, 2010.
- PETROBRAS **Home page Petrobrás, Petróleo Brasileiro S.A.** Disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- PETROBRAS. **Relatório Sustentabilidade 2010**. 2011. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/rs2010/pt/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- POMBO, F. R.; MAGRINI, A. **Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil**. *Gestão da Produção*, v.15, n.1, p. 1-10, 2008.
- POTOSKI, M.; PRAKASH. A. **Green Clubs and Voluntary Governance: ISO 14001 and Firms' Regulatory Compliance**. *American Journal of Political Science*, 49, p. 235–48. 2005.
- VALE. **Home page Vale**. Disponível em: <www.vale.com>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- VALE. **Relatório Sustentabilidade 2010**. 2011. Disponível em: <<http://www.vale.com.br/pt-br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- WHITELAW, K. **ISO 14001 Environmental Systems Handbook**. 2ª Edição. Oxford: Elsevier, 2004. 259p.

ANEXO I

Níveis de impacto ambiental dos setores de acordo com a Lei 10.165/2000.

Categoria	Descrição	Pp/gu
Extração e Tratamento de Minerais	- pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	Alto
Indústria Metalúrgica	- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	Alto
Indústria de Papel e Celulose	- fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.	Alto
Indústria de Couros e Peles	- secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Alto
Indústria Química	- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	Alto
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	Médio
Indústria Mecânica	- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	Médio
Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	Médio

Indústria de Material de Transporte	- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	Médio
Indústria de Madeira	- serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio
Indústria do Fumo	- fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
Indústria de Borracha	- beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e recondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
Indústria de Produtos de Matéria Plástica.	- fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
Indústrias Diversas	- usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno

Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000.

A CERTIFICAÇÃO FSC E SUA EFICÁCIA NO ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA: UM ESTUDO DE CASO NA KLABIN

Aline Ishikawa

Resumo

O setor florestal é o terceiro maior emissor mundial de gases de efeito estufa. A falta de habilidade dos governos nacionais em lidar com o problema incentivou a criação, em 1993, do Forest Stewardship Council (FSC), uma organização não governamental com foco na gestão responsável de florestas. Este estudo tem como objetivos conhecer o FSC e verificar sua eficácia no alcance da sustentabilidade na empresa. A revisão da literatura foi sucedida por uma análise da certificação na Klabin, produtora de papel e madeira. Conclui-se que o FSC promove melhorias dentro de seu escopo de produtos florestais, mas seu impacto não é mensurável e não há foco no combate às mudanças climáticas.

Palavras chave: certificação florestal, *Forest Stewardship Council*, eficácia, sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O aquecimento global decorrente das emissões de gases de efeito estufa é uma das grandes preocupações mundiais. Mesmo que as atuais ações de mitigação forem bem sucedidas, há 50% de chance de a temperatura terrestre aumentar em 3°C, nível não visto nos últimos 3 milhões de anos; há risco de o aumento ser de 5°C. Os impactos na biodiversidade, e, conseqüentemente, na vida humana, são incertos (BRUNDTLAND *et al*, 2012).

De acordo com a UNEP (2012), o setor florestal é o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa, sendo responsável por 17% das emissões antropogênicas, atrás apenas do setor energético (26%) e da indústria (19%). Isto ocorre principalmente por causa do desmatamento mundial, uma vez que as árvores cortadas para suprir a demanda por madeira ou abrir espaço para a agricultura e outros usos da terra não podem mais absorver dióxido de carbono, e se deixadas para apodrecer ou forem queimadas, emitem o gás armazenado em seus troncos e folhas (UNEP, 2012; FSC, 2011).

A complexidade da gestão de florestas pode ser ilustrada pelo modelo de “tragédia de comuns” de Hardin (1968 *apud* SCHEPERS, 2010), em que o dilema dos prisioneiros é adaptado para o meio ambiente. Por um lado, há o desejo coletivo de cooperar para sua preservação (sustentabilidade); por outro, há incentivos individuais para o desmatamento (rendimentos extras). A falta de habilidade dos governos nacionais e a transposição de fronteiras geográficas decorrentes da globalização têm incentivado a transição da gestão governamental para a governança corporativa (SCHEPERS, 2010).

É o caso do *Forest Stewardship Council* (FSC), criado em 1993. Pioneiro na gestão responsável das florestas no mundo todo, o FSC é uma organização não governamental, independente e sem fins lucrativos. Sua certificação permite que consumidores e empresas façam decisões de compra que tragam benefícios sociais e ambientais, além de ser um agregador de valor econômico. Por meio do instrumento, é possível ter controle das práticas produtivas florestais e valorizar, no mercado, os produtos originados do manejo responsável. O sistema de certificação florestal do FSC é o de maior credibilidade internacional, tanto no setor corporativo como em entidades ambientais e grupos sociais. Atualmente, a área total certificada pelo FSC é de 152 milhões de hectares, distribuídos em 80 países (FSC, 2012c).

O escritório central – *FSC International Center* - está localizado na Alemanha, mas há representantes nacionais em mais de 50 países, além de escritórios regionais na África, Ásia, Europa e América Latina. No Brasil, as atividades do FSC são conduzidas pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil), reconhecido como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e com cadastro no CNEA (Cadastro Nacional de Entidades Ambientais). Sua missão é difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios do FSC (FSC Brasil, 2012).

Considerando a ampla atuação do FSC nas florestas do mundo todo, este artigo tem como objetivos: (a) conhecer o certificado - sua origem, princípios, atividades e desafios; e (b) verificar os impactos da obtenção do selo por uma empresa certificada, especialmente em relação ao meio ambiente e mudanças climáticas. Para o segundo objetivo, foi feito um estudo de caso da Klabin, maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil e com certificado FSC desde 1998.

O artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. Na segunda, há uma descrição do panorama do setor florestal brasileiro e os problemas do controle de desmatamento. A seção seguinte apresenta o FSC, desde sua origem e atividades até as críticas e desafios enfrentados. A quarta seção consiste no estudo de caso realizado na Klabin. Por fim, são expostas as considerações finais acerca do instrumento e sua eficácia no alcance da sustentabilidade nas empresas, especialmente em relação às mudanças climáticas.

2. PANORAMA DO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO

O Brasil tem 477,7 milhões de hectares (ha) de floresta natural e 5,98 milhões de ha de florestas plantadas, que correspondem a mais da metade do nosso território. A atividade florestal empregou, em toda a sua cadeia produtiva, 8,6 milhões de pessoas em 2007 (SBS, 2008). Devido à ilegalidade no setor, esses trabalhadores nem sempre têm seus direitos respeitados, resultando em qualidade de vida baixa. Segundo o Instituto Homem e Meio

Ambiente da Amazônia (Imazon), quanto maior a ação predatória e ilegal, menor o IDH dos municípios produtores de madeira na Amazônia (ADEODATO *et al*, 2011).

Apesar da queda no ritmo de desmatamento no país na primeira década deste século, os números continuam altos. Nos últimos dez anos foram derrubados 13 milhões de hectares de florestas por ano, contra 16 milhões de hectares anuais na década de 1990. Estima-se que 33% da produção madeireira amazônica são ilegais e que 73% da área explorada no Pará - maior produtor de madeira do país - entre 2008 e 2009 não foram autorizadas pelo órgão ambiental. A produção ilegal emitiu 55,8 milhões de toneladas de carbono na atmosfera em 2009, e coloca em risco empregos e relações justas de trabalho (ADEODATO *et al*, 2011).

2.1. Legislação Florestal⁶

O Código Florestal atualmente em vigor foi sancionado em 1965, pela Lei Federal nº4.771, e estabeleceu limites mínimos de área para conservação nas propriedades rurais e o conceito de manejo florestal, o qual foi regulamentado depois de 29 anos.

Há duas formas de extrair madeira legalmente: pelo desmatamento ou a partir do manejo florestal. No primeiro caso, o objetivo é abrir a floresta e converter a área para agricultura, pecuária ou outras atividades econômicas. O corte deve ser autorizado pelo órgão do Estado ou pelo IBAMA e é preciso respeitar a Reserva Legal (de 20% na Amazônia). Apesar de permitido por lei, o desmatamento não é ambientalmente sustentável. No segundo caso, o manejo florestal, a floresta é dividida em parcelas de exploração ou talhões, e cada uma é explorada por 12 meses, enquanto as demais se regeneram para aproveitamento posterior.

Em ambos os casos, é preciso protocolar documentação sobre a propriedade, técnicos responsáveis, mapas, estimativa do volume e nome das espécies que serão comercializadas, a partir de um inventário florestal. A documentação percorre várias instâncias de análise técnica e jurídica, comprovando se o título de propriedade do imóvel é regular e verificando se a área não está sobreposta a unidades de conservação ou terras indígenas.

O manejo florestal bem executado minimiza danos à floresta, garantindo sua conservação e a lucratividade do produtor. As etapas para o licenciamento são:

- I. Apresentação dos primeiros dados e emissão da Autorização Prévia à Análise Técnica (APAT). Este documento contém a identificação do produtor, propriedade, mapa da reserva legal, áreas desmatadas e preservação permanente.

⁶ Para mais detalhes dos tópicos 2.1 e 2.2, ver Adeodato *et al* (2011).

- II. Apresentação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Trata-se de um único documento contendo o plano de manejo de 25 a 30 nos. A propriedade é dividida em parcelas de exploração e um inventário florestal indica o volume e espécie de árvore que será explorado em cada ano. Técnicos verificam possíveis inconsistências, e o produtor assina o Termo de Manutenção da Floresta Manejada, comprometendo-se a não abandonar a área durante o ciclo.
- III. Registro da atividade econômica no Cadastro Técnico Federal (CTF).
- IV. Aprovação do Plano de Operação Anual (POA). Exigida anualmente, antes de extrair toras nas áreas de manejo.
- V. Emissão da Licença de Operação (LO) / Autorização de Exploração Florestal (Autex). O órgão ambiental insere no sistema eletrônico uma determinada quantidade de créditos referente ao volume de madeira autorizado para exploração. A Autex contém placas de identificação, possibilitando o rastreamento da madeira desde o local de extração até o uso industrial.

Para comercializar a madeira, tanto o vendedor como o comprador devem ter registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA. A oferta de venda é feita no sistema, e o comprador, ao aceitar uma oferta, recebe um documento atestando a origem da madeira, o qual deve acompanhá-la no transporte.

Há duas plataformas de monitoramento: o Documento de Origem Florestal (DOF) e o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora). O primeiro foi criado em 2006 para substituir a Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), que era manual e dava brecha a inúmeras irregularidades. É gerenciado em nível nacional pelo IBAMA e adotado na maioria dos estados. O segundo, Sisflora, é adotado em poucos estados, como o Mato Grosso. Há esforços para integrar as duas plataformas a fim de melhorar a fiscalização.

2.2. Fraudes

A despeito do avanço dos sistemas, os métodos para burlar o controle evoluíram igualmente. Em todo o estado do Pará há apenas três agentes para investigar os crimes ambientais. As fraudes ocorrem desde o licenciamento: servidores corruptos aprovam exploração em locais indevidos e manipulam dados, enquanto madeireiras contratam *hackers* para invadir o sistema e falsificar registros. Moradores de áreas florestais entrevistados por uma equipe de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas afirmaram que “sem propina, o manejo não avança” e que “a ilegalidade é mais barata e menos burocrática” (ADEODATO, 2011).

Outro problema é que o sistema considera que 50% da madeira cortada podem ser comercialmente exploradas, mas na prática o aproveitamento é menor. Assim, “sobram” créditos que são transferidos para madeira extraída em áreas ilegais. Existem empresas fantasmas especializadas em “esquentar” madeira – ou seja, regularizar a exploração ilícita. Por outro lado, serralherias mais eficientes precisam informar seu aproveitamento da madeira em um órgão ambiental para que toda a sua produção fique dentro da lei.

Com a Lei sobre Gestão de Florestas Públicas (2006) o governo federal transferiu a responsabilidade pela promoção, licenciamento e controle do manejo florestal para os nove estados da Amazônia. O objetivo alegado foi o de aproximar a gestão florestal das áreas de exploração. No entanto, os estados não estavam – e ainda não estão – preparados para as novas funções. A falta de pessoal qualificado gera morosidade, prejudicando bons planos de manejo e deixando brechas para a ilegalidade. O IBAMA passou a analisar apenas desmatamentos acima de dois mil hectares na Amazônia e planos de manejo a partir de 50 mil hectares.

Além dos problemas citados, somam-se às causas da ilegalidade a impunidade, poucos investimentos, falhas humanas, longas distâncias, acessos difíceis, infraestrutura precária, baixo nível de qualidade na floresta, violência (sendo comuns conflitos, invasões e pistolagem), e ação ainda incipiente do Estado.

Apesar dos vários pontos negativos, a tendência daqui em diante é que apenas empresas legalizadas e cumpridoras das exigências ambientais sobrevivam no setor. Contribuem para esse cenário os avanços da tecnologia – em especial o monitoramento por imagens de satélite –, e a união de madeireiras, ONGs, pecuaristas e grandes empresas compradoras para banir a exploração predatória e garantir que sejam comercializados apenas produtos legais. O aumento da consciência ecológica da população em geral, aliado ao seu poder de compra, é a aposta do *Forest Stewardship Council* (FSC) para alcançar a sustentabilidade no setor de produtos florestais.

3. FOREST STEWARDSHIP COUNCIL (FSC)

3.1. Origem

Em 1986, quando a sociedade em geral ainda não estava ciente da extensão dos problemas ambientais, um grupo de ambientalistas se reuniu em Nova Iorque para discutir o futuro das florestas tropicais. O encontro resultou em uma conferência e, posteriormente, na primeira reportagem sobre a crise nas florestas no jornal *The New York Times*. Foi fundado o *Rainforest Alliance*, que cresceu rapidamente nos anos seguintes – em 1988 já havia cinco mil associados – e transformou a questão da gestão florestal em um assunto amplamente discutido na mídia. A organização criou, em 1989, um programa de certificação florestal chamado *SmartWood* (RAINFOREST ALLIANCE, 2012).

No ano seguinte, outro grupo formado por usuários de madeira, negociantes e representantes de direitos humanos e ambientais realizou sua primeira reunião na Califórnia, Estados Unidos. Esse grupo eclético identificou a necessidade de criar um sistema capaz de identificar florestas geridas de forma sustentável como fonte para a confecção responsável de produtos florestais. Nessa reunião, foi decidido que tal sistema deveria definir o conceito de manejo florestal sustentável baseado em um consenso global. O nome “*Forest Stewardship Council*” também foi criado nessa ocasião. Nos três anos seguintes foi feito um trabalho intenso em dez países para busca de apoio para a criação e validação do sistema, de modo a incluir todos os tipos de florestas, tanto naturais como plantadas, independentemente da propriedade ou localização geográfica (FSCa, 2012).

No mesmo período foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida também como Eco-92 e Rio-92). Apesar de não produzir compromissos jurídicos em matéria de gestão florestal, a conferência resultou na Agenda 21 e Princípios Florestais, um documento sem vínculo jurídico com recomendações para as operações florestais. Além disso, o evento proporcionou um fórum para que organizações não governamentais se reunissem em apoio a uma ideia inovadora de criação de um sistema de certificação florestal por uma organização não governamental, independente e internacional (FSCa, 2012).

Em 1993, o Rainforest Alliance ajudou a fundar o FSC, tornando-se a primeira certificadora acreditada pela organização (RAINFOREST ALLIANCE, 2012). Os indicadores do SwartWood foram aproveitados na criação dos critérios FSC, e por isso, é possível obter os dois certificados em um único processo. Nesse ano foi eleito o primeiro quadro de diretores do FSC e emitidos os primeiros certificados, no México. Foi nesse país que a organização nasceu oficialmente, em 1994, após a aprovação dos Princípios e Critérios do FSC pelos membros fundadores, bem como de seu estatuto. Em 2002, foi estabelecida a sede internacional em Bonn, Alemanha, para onde o escritório do México foi transferido no ano seguinte (FSCa, 2012).

A certificação teve início no México devido a participação ativa do Conselho Civil Mexicano para a Silvicultura Sustentável (CCMSS), uma organização civil que integra pessoas e organizações não governamentais interessadas em promover a gestão sustentável de florestas. Seu forte compromisso com a silvicultura gerou confiança e interesse entre comunidades florestais e instituições para desenvolver uma certificação florestal no país. O CCMSS ficou responsável pela promoção e estabelecimento de relacionamentos com o FSC e agências certificadoras como o SmartWood (FONSECA, 2004).

Desde sua fundação, o FSC realiza, quase todos os anos, eventos com participação de membros de diversos países. O Brasil foi escolhido como sede de alguns desses eventos. Ao longo de sua trajetória, a organização recebeu prêmios como o City of Göteborg

International Environmental Prize (2001) e o prêmio ALCAN de Sustentabilidade (2004). Atualmente, é membro do International Social and Environmental Accreditation and Labelling Alliance (ISEAL) e do International Union for Conservation of Nature (IUCN)⁷.

3.2. Governança

Por se tratar de uma organização com *stakeholders* de diferentes setores, o FSC é governado por três câmaras – ambiental, econômica e social – de igual poder de voto para tomar decisões cooperativamente. Cada uma é dividida em subcâmaras do hemisfério norte e do sul, de forma a garantir poder de voto e influência de representantes de países em diferentes condições econômicas. O conjunto de todos os associados ao FSC forma a Assembleia Geral, o mais alto órgão de decisão da organização.

Ser associado é diferente de ser certificado. Qualquer pessoa ou organização, com ou sem fins lucrativos, que apoia a ideia de melhorias na gestão florestal sustentável pode se associar e tornar-se um membro do FSC, ganhando o direito de participar e votar nas assembleias gerais. Entretanto, a associação não dá o direito de utilizar a logomarca FSC. Para obter essa licença a empresa deve ser certificada, provando que está em conformidade com os mais elevados padrões sociais e ambientais do mercado.

Além da Assembleia Geral, o FSC conta com um quadro de diretores⁸ e um diretor geral. O quadro é formado por nove representantes eleitos pelos membros, sendo três de cada câmara e com mandato de três anos. O diretor geral lidera um grupo multicultural na sede internacional na Alemanha e tem o papel de mediador nas decisões.

A rede do FSC no mundo está organizada em quatro níveis. O escritório central – FSC Centro Internacional – está localizado em Bonn, Alemanha. De lá são coordenadas as atividades dos escritórios regionais e ações de integração com as iniciativas nacionais. Os escritórios regionais têm o objetivo de integrar as iniciativas nacionais da região, além de apoiar os processos de certificação em países que não possuem uma iniciativa nacional. Atualmente existem quatro escritórios regionais do FSC: África, Ásia, Europa e América Latina.

Já as iniciativas nacionais representam o FSC em determinado país, podendo ser uma pessoa de contato, um grupo de trabalho ou um escritório permanente. Este é o caso do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, que foi reconhecido pelo FSC Internacional em 2002. Por fim, os agentes nominais são indivíduos ou organizações que administram e

⁷ O ISEAL se dedica a fortalecer os impactos de normas sociais e ambientais existentes, enquanto o IUCN tem como missão demonstrar o papel da biodiversidade na gestão dos principais desafios globais, como a obtenção de energia sustentável e o combate ao aquecimento global.

⁸O perfil do atual quadro de diretores encontra-se no anexo II.

monitoram o uso da logomarca do FSC no país. O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é também o agente nominal que monitora o uso da logo do FSC no Brasil.

3.3. Recursos Financeiros e Custos de Certificação

A organização é mantida por meio de taxas e doações. Os empreendimentos comerciais pagam taxas às certificadoras, as quais, por sua vez, pagam taxas ao FSC. Para manter sua legitimidade, a organização não permite a associação de governos e não aceita contribuições de empresas. As doações vêm de fundações e outras fontes (SCHEPERS, 2010).

Os empreendimentos interessados em certificar incorrem em dois tipos de custos: os diretos, relacionados com o processo de avaliação, licenciamento e monitoramento do uso do selo; e os indiretos, relacionados às ações necessárias para atender as normas da certificação. Os custos diretos variam conforme a localização, acesso às unidades de manejo, perfil socioeconômico da operação florestal, entre outros fatores. A taxa anual de certificação varia de acordo com o tamanho da unidade produtiva. Operações regulares, que seguem a lei e utilizam técnicas de manejo adequadas estão mais aptas a receber um certificado, e devem incorrer em menores custos indiretos do que as que não obedecem a esses critérios. Já como exemplos de custos indiretos, temos gastos com treinamento e capacitação, adequação às leis trabalhistas, inventários, monitoramento da floresta, mudanças no método de cultivo e processamento dos produtos (FSC BRASIL, 2012).

3.4. Princípios FSC e Indicadores

O certificado FSC é um instrumento de adesão voluntária e baseado no mercado. Seu selo garante que os produtos florestais vieram de fontes responsabilmente geridas e foram verificados ao longo de toda a cadeia de produção. Seus indicadores são baseados nos dez princípios e critérios do FSC, os quais descrevem como as florestas devem ser geridas para atender necessidades sociais, econômicas, ambientais, culturais e espirituais. Tais princípios e critérios são universais e foram desenvolvidos em um processo com múltiplos *stakeholders*. São a base para que as iniciativas nacionais desenvolvam indicadores adequados à realidade local (FSC, 2012a).

Um processo de revisão dos princípios e critérios vem ocorrendo desde 2009 a fim de esclarecer aspectos de linguagem e definições, incorporar novas definições, evitar termos ambíguos ou inaudíveis, englobar novas questões e se atualizar com as decisões da Assembleia Geral e Quadro de Diretores desde 1993, além de reforçar as exigências atuais. Espera-se que haja melhoras na gestão florestal, com novas exigências e maior consistência, e que o entendimento dos *stakeholders* se uniformize e fique mais claro (FSC, 2012d). Os Princípios e Critérios Revisados foram aprovados em fevereiro de 2012 e

atualmente está sendo desenvolvido um trabalho para operacionalizá-los (FSC, 2012f). Em maio de 2012, foi criado um grupo interno para desenvolver Indicadores Genéricos Internacionais (IGI) que fornecerão os requisitos básicos para o desenvolvimento de padrões nacionais alinhados com os novos princípios. A transferência dos IGI para os padrões nacionais está prevista para terminar em dezembro de 2014 (FSC, 2012d). A tabela 1 apresenta os princípios originais, sua descrição e as mudanças propostas.

Tabela 1 - Os 10 princípios FSC de manejo florestal responsável

Princípios aprovados em 1993	Descrição	Mudanças aprovadas em 2012
1. Conformidade com as leis e aos princípios do FSC	O manejo florestal deve respeitar toda a legislação aplicável no país onde ocorrem, os tratados e acordos internacionais aos quais o país é signatário e cumprir com todos os Princípios e Critérios do FSC.	Revisado para melhorar a compatibilidade com sistemas de verificação legais e acordos internacionais.
2. Posse e direitos de uso & responsabilidades	As posses de longo prazo e os direitos de uso sobre a terra e recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.	Substituído por “Direitos dos Trabalhadores e Condições de Emprego”.
3. Direitos dos povos indígenas	Os direitos legais e costumeiros das comunidades indígenas e comunidades tradicionais de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.	Fortalecidos para exigir os direitos e identificar de forma explícita as questões controversas.
4. Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores	As operações de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social dos trabalhadores florestais e comunidades locais no longo prazo.	Focado em comunidades, incluindo os povos indígenas.
5. Benefícios da floresta	As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtores e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.	Enfoque mais amplo sobre todos os produtos florestais e definição de “sustentabilidade” de forma mais estrita.
6. Impacto ambiental	O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares. Dessa forma estará mantendo as funções ecológicas e a integridade das florestas.	Fortalece exigências para avaliar os valores ambientais, proteger espécies e estende proibição de conversão.
7. Plano de manejo	Um plano de manejo – apropriado à escala e intensidade das operações – deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem estar claramente definidos.	Menos prescritivo, enfatiza que o planejamento deve ser coerente com as políticas e os objetivos.
8. Monitoramento e Avaliação	O monitoramento deve ser realizado - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para avaliar a condição da floresta, os rendimentos dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.	Maior foco na gestão adaptativa.
9. Manutenção de florestas de alto valor de conservação	As atividades nas florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem tais florestas. Decisões relacionadas às florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.	A definição de “alto valor de conservação” fica mais clara e é fornecida uma definição operacional de “abordagem de precaução”.

10. Plantações	As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar uma série de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, elas devem complementar o manejo, reduzir as pressões, e promover a recuperação e conservação das florestas naturais.	O princípio passa a se chamar “Implementação de Atividades de Gestão”, com foco na gestão operacional e seus impactos.
----------------	--	--

Fonte: SmartWood e Imaflora, 2006; FSC, 2012d.

Antes da revisão, a questão do carbono e mudanças climáticas não era abordada de forma explícita. O pedido para a incorporação de indicadores nesse aspecto surgiu dos próprios associados por meio da Assembleia Geral de 2008, a qual resultou na formação de um grupo de trabalho sobre carbono na floresta. O estudo resultante foi entregue em 2011 e suas considerações acerca do potencial de atuação do FSC na mitigação de mudanças climáticas influenciou no processo de revisão dos princípios e critérios (FSC, 2011). O tema do carbono e mudanças passou integrar alguns critérios dentro do princípio sobre valor ambiental e impactos negativos. Assim, a empresa que deseja se certificar precisa identificar se o sequestro e armazenamento de carbono estão entre as funções do ecossistema que podem estar em risco devido a intervenções planejadas na unidade de gestão. Se assim for, a organização terá de tomar medidas para evitar ou atenuar os seus impactos negativos (FSC, 2012b).

Apesar do avanço na inclusão de questões relacionadas às mudanças climáticas, a implicação prática é restrita, pois não há um método definido para medir e auditar estoques de carbono na floresta. Outro ponto em discussão é a proposta para classificar florestas com elevado estoque de carbono como de “alto valor de conservação”, inserindo-as no princípio 9 (FSC, 2012d).

3.5. Tipos de Certificado

Existem dois tipos de certificado FSC: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia. O primeiro é voltado para administradores ou proprietários de florestas que queiram provar que suas operações florestais são socialmente benéficas e geridas de modo ambientalmente adequado e economicamente viável. Os parâmetros utilizados derivam dos dez princípios e critérios, após adaptação para particularidades locais. Há adaptações para operações pequenas e de baixa intensidade (SLIMF- *Small and Low Intensity Managed Forests*).

Para vender material originado de uma floresta certificada com a logomarca do FSC, o administrador deve obter também o segundo tipo de certificado, de Cadeia de Custódia. Este verifica os produtos florestais ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a extração em uma floresta certificada até sua distribuição. É voltado para empresas de manufatura, processamento e comercialização de produtos florestais, tanto madeira como outros, que desejam demonstrar aos consumidores seu comprometimento em utilizar matéria-prima

produzida de forma responsável. O selo FSC é o elo entre produção e consumo responsáveis, sendo um diferencial no crescente mercado preocupado com o meio ambiente.

O processo de certificação de cadeia de custódia pode também ser utilizado para certificar a fabricação de produtos com material reciclado. Para receber o selo “FSC Reciclado” os produtos devem ser compostos por 85% de material que já passou pelo consumidor final uma vez e 15% provindos de desperdícios ocorridos durante o processo de fabricação, antes de chegar ao consumidor final. Este selo indica que 100% do produto é composto por material reciclado, mas não significa que a matéria-prima original é oriunda de florestas certificadas.

Além dos dois certificados, o FSC criou o padrão “Madeira Controlada” para que os fabricantes pudessem lidar com a oferta insuficiente e flutuante de material certificado. Esse padrão evita que seja utilizada madeira de extração ilegal, de áreas de conservação, de terrenos sendo convertidos para outros usos da terra, de locais onde árvores geneticamente modificadas foram plantadas, e extraídas com violação de direitos civis. A verificação da fonte pode ser feita tanto por uma certificadora acreditada pelo FSC como internamente pela própria empresa. No segundo caso, o FSC exige que o programa de verificação seja auditado por uma certificadora e revisado ao menos uma vez por ano. O material fornecido nesse padrão recebe o código de Madeira Controlada FSC e pode ser misturado ao material certificado para ser vendido com a logomarca “FSC Fontes Mistas”.

A madeira controlada é diferente da madeira certificada, pois não cumpriu todas as exigências dos princípios e critérios do FSC, apenas o que é considerado mínimo para o material ser aceitável. A empresa fornecedora não pode declarar o uso dessa madeira para fins promocionais nem vender produtos ao consumidor final com o rótulo “Madeira Controlada FSC”. Essa identificação pode ser feita apenas durante o processo produtivo. Para usar o selo “FSC Fontes Mistas”, o produto deve obrigatoriamente ser composto por ao menos 70% de material certificado.

Os dois tipos de certificado – manejo florestal e cadeia de custódia – e o padrão de madeira controlada dão origem a quatro tipos de selos: (a) FSC 100%, para produtos florestais que cumpriram integralmente os princípios e critérios do FSC desde a origem na floresta; (b) FSC Reciclado, para produtos feitos 100% com material reaproveitado; (c) FSC Fontes Mistas, que inclui madeira controlada; e (d) FSC Fontes Mistas com Material Reciclado. A figura 1 ilustra os quatro tipos de selos.

Figura 1 – Selos FSC.



Fonte: NNRG, 2012.

3.6. Processo de Certificação

O FSC não emite certificados, mas apenas habilita certificadoras independentes a realizarem a tarefa. O empreendimento interessado em obter a certificação deve procurar diretamente uma certificadora credenciada. No Brasil existem atualmente dez certificadoras acreditadas pelo FSC⁹. As etapas do processo são as mesmas tanto para o Manejo Florestal como para a Cadeia de Custódia e consistem em: (BUREAU VERITAS CERTIFICATION FRANCE, 2010).

- I. **Requerimento e proposta para certificação:** o empreendimento entra em contato com uma ou mais certificadoras credenciadas e fornece informações básicas de suas operações para estimativa dos custos. Os preços variam conforme a certificadora, e o interessado é livre para escolher qual deseja contratar. No caso de comunidades e proprietários de pequenas áreas de manejo florestal há a possibilidade de se reunirem e aplicar um único processo de certificação, no esquema de Certificação em Grupo.
- II. **Pré-avaliação (opcional):** após a assinatura do contrato a certificadora define o escopo, a equipe de avaliação e as fases da auditoria de campo. O contratante pode solicitar uma pré-avaliação do manejo florestal. Esta não é obrigatória para áreas menores que 10.000 hectares ou fora de áreas de alto valor de conservação, mas permite que a operação florestal saiba como está em relação aos padrões de certificação para aquele tipo de manejo ou de floresta.
- III. **Consulta a lideranças locais ou regionais - consulta pública:** nesta etapa a equipe de auditores colhe comentários das populações locais em relação às operações florestais do empreendimento. As partes interessadas – representantes da comunidade, clientes, instituições acadêmicas e de pesquisa, organizações ambientais, organizações não governamentais, organizações sociais, prestadores de serviços, sindicatos e outros – são informadas e convidadas via carta-anúncio a participarem da consulta pública através de questionários

⁹ A lista de todas as certificadoras acreditadas pelo FSC encontra-se no Anexo I.

impressos e disponíveis na internet. Pode ser realizada também uma reunião pública (RAINFOREST ALLIANCE, 2009).

- IV. Auditoria principal: é realizada a avaliação de campo em que as áreas de manejo e escritórios da empresa são visitados para verificar o cumprimento dos princípios e critérios FSC.
- V. Relatório e revisão do processo: a partir dos dados coletados em campo, os auditores elaboram um relatório identificando as não-conformidades e ações corretivas (CARs). Uma não-conformidade ocorre quando um ou mais critérios não são atendidos. Uma “não-conformidade maior” é uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério e deve ser resolvida obrigatoriamente antes da concessão do certificado; uma “não-conformidade menor” é temporária, não-usual ou não-sistemática, e pode ser resolvida após a certificação. Muitas não-conformidades menores podem caracterizar uma não-conformidade maior. Para cada não-conformidade é exigida uma CAR. Além das CARs, no tópico “observações”, são recomendadas ações para que as operações se enquadrem melhor aos padrões exigidos (RAINFOREST ALLIANCE, 2009).
- VI. Disponibilização de um resumo público referente à certificação: ao dar licença para o uso da logomarca FSC a certificadora elabora e disponibiliza um resumo público do processo aos interessados. Estes ficam disponíveis no *site*¹⁰ do FSC.
- VII. Monitoramento: após a certificação o empreendimento florestal recebe anualmente a visita da certificadora responsável. É verificado se as não-conformidades do ano anterior foram resolvidas, sob pena de suspensão ou cancelamento do certificado. Podem ser solicitadas novas ações corretivas, a serem resolvidas até o ano seguinte. Caso haja denúncia de irregularidades a certificadora poderá realizar visitas extras. O certificado FSC tem validade de cinco anos; após esse período, é realizado um novo processo de avaliação completo para que seja feita a renovação. Os consumidores também podem colaborar no monitoramento verificando no *site* se o certificado de determinado produto é legítimo. Ao inserir o número que acompanha a logomarca é possível acessar o relatório público sobre o respectivo processo.

3.7. Críticas e Desafios

Embora seja a certificação de maior credibilidade para produtos florestais, o FSC tem enfrentado desafios para crescer e manter sua legitimidade (SCHEPERS, 2010). Os problemas começam em sua própria estrutura organizacional. Concebida para ser democrática e garantir que todos os seus membros tenham representatividade, a estrutura dificulta – quando não inviabiliza – a tomada de decisões e atitudes ágeis. Um exemplo é o caso de um certificado na Sumatra que recebeu denúncias formais com fortes evidências de desrespeito às regras, levou quatro anos para ser investigado e resultou na concordância de que era necessário maior monitoramento (COUNSELL 2008 *apud* HANCE, 2008). Outro exemplo é o próprio processo de revisão dos princípios e critérios FSC descrito

¹⁰ FSC CertificateDatabase: <<http://info.fsc.org/>>.

anteriormente, que se iniciou em 2009 e cuja finalização dos documentos de transição é prevista para 2014.

Os primeiros relatórios preocupantes datam de 2000, quando membros do próprio FSC contrataram especialistas para investigar casos de certificados emitidos a companhias com resultado ambiental e social pobre. Os resultados foram alarmantes e mostraram que não se tratavam de casos isolados, mas de um problema sistêmico dentro do FSC. Como agravante o FSC não promove a discussão aberta acerca desses pontos, fazendo com que poucos membros tenham conhecimento profundo dos problemas e possam contribuir na sua mitigação (HANCE, 2008).

Mesmo com a divisão gerencial entre Norte e Sul, e depois em subcâmaras econômica, social e ambiental, há dúvidas quanto ao real balanceamento de interesses que parecem beneficiar o Norte e aspectos econômicos. Além de delimitadas de forma imprecisa, as subcâmaras têm composição heterogênea; a resolução de conflitos entre FSC e governos regionais é problemática (GARRELTS e FLITNER, 2011).

Outro ponto crítico é a relação direta entre a certificadora e as madeiras que desejam ser certificadas, ambas com interesse econômico na emissão dos certificados. Há casos de certificadoras que não cumpriam as exigências do FSC (FSCWATCH, 2012). Para evitar que a descrença dos consumidores em relação ao selo torne-o irrelevante, são necessárias sanções mais rígidas para certificadoras e empresas que desrespeitam os princípios e critérios FSC. Em relação a pontos difíceis de serem controlados pelo mecanismo de mercado da certificação, sugerem-se legislações rigorosas (COUNSELL 2008 *apud* HANCE, 2008; LEE, 2009).

O selo “fontes mistas” é considerado um dos maiores erros do FSC, pois não se sabe de onde vem a parte do produto rotulada como “Madeira Controlada” e que pode representar, teoricamente, até 30% do produto final. Dessa forma, o selo torna-se um mecanismo de lavagem de madeira ilegal. Se essa política for mantida como está, o FSC pode ser acusado pela legislação de proteção ao consumidor de enganar os compradores (COUNSELL 2008 *apud* HANCE, 2008)¹¹.

Counsell (*apud* HANCE, 2008) afirma que uma das falhas principais do modelo é a análise de cada operação de extração de madeira de maneira individual, o que acaba tirando o foco da visão geral da indústria e seu impacto às florestas. No nível de pequena escala, a concessão de extração de madeira pode parecer sustentável, mas o modelo de desenvolvimento que a acompanha pode ser altamente não sustentável e destrutivo. Além disso, qualquer mudança na paisagem florestal, mesmo certificada, tem um impacto negativo no habitat da vida selvagem.

¹¹De acordo com o FSC Brasil, está em fase de desenvolvimento um padrão mais rígido para o uso de “Madeira Controlada”.

Há dúvidas quanto aos benefícios gerados às populações indígenas (COUNSELL 2008 *apud* HANCE, 2008). Em alguns casos, a área certificada era antes povoada por tribos que conviviam de forma equilibrada com a floresta natural. Além disso, a extração de plantações antigas para dar lugar à monocultura tem destruído ecossistemas naturais, tanto florestas como não-florestais, a exemplo de pastos na África do Sul e pântanos de turfa na Irlanda. Assim, o certificado pode estar legitimando a exploração em áreas que seriam mais sustentáveis se permanecessem intocadas. Segundo Lee (2009), plantações antrópicas não podem ser consideradas florestas, principalmente porque sua grande demanda por água acaba secando rios e afetando comunidades ribeirinhas.

O custo de certificação, o qual varia entre US\$50.000 e US\$150.000 (ESPACH, 2006 *apud* SCHEPES, 2010), também é alvo de críticas. Para torná-lo mais acessível, foi desenvolvida a certificação em grupo e a política SLIMF, voltada a florestas manejadas em pequena escala e com manejo de baixa intensidade. No entanto, essas opções são mais viáveis em países do Norte, cujas florestas são mais homogêneas, e para o manejo de baixa intensidade. Ou seja, ainda não há soluções práticas para a indústria florestal do Sul, caso do Brasil (SCHEPERS, 2010).

Para informar a sociedade dos problemas da certificação e monitorar suas atividades, foi criado o FSC Watch, um *site* que tem como membros Simon Counsell, um dos fundadores do FSC; Hermann Edelmann, membro de longa data do FSC; e Chris Lang, que analisou criticamente diversas certificações e encontrou problemas na Tailândia, Laos, Brasil, Estados Unidos, Nova Zelândia, África do Sul e Uganda. O objetivo do FSC Watch não é destruir o selo, mas tornar as pessoas mais conscientes das falhas e incentivar a discussão (FSC WATCH, 2012).

No FSC Watch, são postadas reportagens acerca dos problemas sistêmicos da certificação por meio de exemplos reais e casos de flagrantes desrespeitos aos princípios de gestão florestal envolvendo certificadoras e certificadas. Qualquer pessoa pode fazer comentários e mandar informações que julgue relevantes. Segundo o *site*, o FSC normalmente faz o possível para não ser responsabilizado pelos escândalos, o que faz parecer que não há disposição para agir e corrigir erros internos do sistema (FSC WATCH, 2012).

Além das críticas apontadas, o FSC lida com desafios que não estão relacionados com o sistema de certificação em si. Um deles é ser reconhecido no mercado para poder crescer. Por se basear no mecanismo de mercado, a organização lida com questões de oferta e demanda que se relacionam como num ciclo vicioso. Para que a madeireira decida ofertar produto certificado, é preciso que haja reconhecimento e valorização do selo no mercado, sendo possível cobrar um valor *premium* por ele. Por outro lado, a demanda depende da oferta de produtos certificados. Somando a esse quadro a ilegalidade que

permeia o setor e os custos da certificação, reduzem-se os incentivos econômicos para a certificação (SCHEPES, 2010).

Há casos de empresas que divulgam falsamente que possuem o certificado FSC. Por exemplo, duas grandes lojas inglesas de construção e decoração, B&Q e Wickes, foram flagradas vendendo madeira compensada com selo falso. A fornecedora era certificada até 2011, mas continuou vendendo produtos com o selo após a expiração do certificado. Ambas as lojas afirmaram que pararam de comprar o material assim que souberam da irregularidade, mas não foram relatadas medidas de punição nem de formas para evitar que o problema volte a ocorrer (FSC WATCH, 2012). Ao tomar conhecimento de casos como este, o FSC entra em contato com a companhia para que cesse o uso da logomarca e remova afirmações falsas sobre a posse do certificado. Se não obtiver resposta, o nome da empresa é divulgado no *site* do FSC e são tomadas as medidas legais.

Outro desafio é a concorrência com outros sistemas de certificação, como o Programa para o Reconhecimento dos Esquemas de Certificação Florestal (PEFC, na sigla em inglês). O PEFC é uma organização internacional, não governamental e sem fins lucrativos que promove a gestão sustentável de florestas por meio do apoio e melhoria de sistemas de certificação nacionais – no caso do Brasil, o Cerflor do INMETRO. Com apoio a 30 sistemas nacionais e 243 milhões de hectares certificados – contra 152 milhões do FSC –, o PEFC é a maior organização de certificação florestal do mundo (PEFC, 2012). Além do FSC e PEFC, o ISO 14001 também trabalha com certificações florestais.

Devido aos problemas apresentados, o FSC deixou de ser recomendado por ONGs como Friends of the Earth England Wales and Northern Ireland, mas ainda é apoiado pelo WWF e o Greenpeace (LEE, 2009). O WWF apoia o integralmente o FSC (WWF, 2012), enquanto o Greenpeace faz algumas ressalvas. Em janeiro de 2012, a entidade enviou uma carta aos membros do FSC pedindo-lhes que votassem contra os novos princípios e critérios, por ainda carecerem de soluções para problemas ambientais considerados relevantes (GREENPEACE, 2012). Mesmo ciente das deficiências, Counsell (2008, *apud* HANCE, 2008) acredita que o FSC ainda é melhor que outros esquemas de certificação florestal.

4. ESTUDO DE CASO NA KLABIN

4.1. Metodologia

O segundo objetivo do presente estudo é verificar como a certificação FSC auxilia a empresa no alcance da sustentabilidade, especialmente em relação às mudanças climáticas. Para isso, foi feito um estudo de caso na Klabin, uma das maiores empresas do setor de papel e celulose no Brasil. De acordo com Campomar (1991), o estudo de caso

investiga um fenômeno dentro de seu contexto de vida real, analisando intensivamente um número reduzido de situações, que pode se reduzir a um. A abordagem é qualitativa e permite explicitar relações que não seriam encontradas com outros métodos.

A empresa escolhida foi a Klabin, que atua nos setores de madeira e de papel e celulose. De acordo com a lei número 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, ambas as indústrias são potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, sendo a de madeira classificada como de potencial médio e a de papel e celulose como de potencial alto. Conforme a classificação e o porte da empresa, esta é obrigada a pagar a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (BRASIL, 2000).

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário respondido em junho de 2012 pela pessoa responsável pelo certificado na Klabin, de resumos públicos anuais disponíveis na página eletrônica do FSC e do relatório de sustentabilidade da empresa de 2010. A principal preocupação na aplicação do questionário foi verificar se os impactos do certificado são mensurados, em especial em aspectos relacionados às mudanças climáticas.

4.2. Resultados

Fundada em 1899, a Klabin é a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do país, sendo líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, além de produzir e comercializar madeira em toras para a indústria moveleira e a construção civil. Além dos escritórios no Brasil, tem uma filial nos Estados Unidos e um agente na Europa. Em 2010, obteve lucro líquido de R\$ 560 milhões e o valor de mercado atingiu R\$ 5,2 bilhões.

A Klabin foi a primeira empresa do setor de papel e celulose no Hemisfério Sul a obter a certificação de manejo florestal pelo FSC, em 1998, e atualmente todas as suas unidades florestais e etapas do processo de produção são certificadas. Segundo a entrevistada, a preocupação com o correto manejo florestal e suas práticas já existia desde a implantação do projeto florestal da empresa, há mais de 70 anos, portanto, a obtenção do selo foi mais uma consequência do que uma causa do bom desempenho ambiental. A empresa planta pinus e eucaliptos entremeados por matas nativas preservadas, seguindo um modelo chamado de mosaico. Os produtos químicos são aplicados de forma controlada, para que minimizem os riscos nas áreas protegidas.

A decisão por certificar-se pelo FSC teve três motivos principais: (a) aumento da credibilidade junto aos consumidores (ter reconhecimento de mercado); (b) aumento da credibilidade junto a instituições com trabalhos relacionados aos temas socioambientais; e (c) garantia de acesso ao mercado internacional, em especial o europeu. Todos esses benefícios foram observados de fato pela empresa com a obtenção do certificado.

Além do FSC, a empresa é certificada pelo ISO 14001, segue as diretrizes do GRI desde 2010 e participa de diversos movimentos em prol do meio ambiente. O programa Empresas Pelo Clima, iniciativa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, orienta e dá ferramentas para a gestão de gases de efeito estufa (GEE). O Índice de Carbono Eficiente, da BM&FBovespa em parceria com o BNDES, pondera o número de ações em circulação e o coeficiente de emissões de GEE. O projeto de Pegada de Carbono mensura a quantidade de gás captada pela fotossíntese e a emitida nas atividades da empresa.

O objetivo dessas ações é reduzir os impactos causados ao meio ambiente e melhorar a eficiência energética. As emissões diretas e indiretas de dióxido de carbono – ou seja, considerando a energia elétrica adquirida externamente – em todas as unidades da Klabin foram de 3.106 mil toneladas em 2010, volume 4,4% inferior ao do ano anterior. Conforme a entrevistada, parte dessa redução foi resultado da substituição de caldeiras a óleo por caldeiras de biomassa nas unidades industriais. No entanto, não foi apenas o FSC que promoveu esse resultado.

Como são várias as atividades da empresa que podem reduzir a emissão de GEE, é difícil distinguir os impactos decorrentes especificamente da certificação do FSC. Para entender melhor o impacto do instrumento em estudo de forma mais específica, foram revisados os resumos públicos da unidade florestal de Angatuba (RAINFOREST ALLIANCE, 2009; RAINFOREST ALLIANCE, 2010; RAINFOREST ALLIANCE, 2011). A Klabin possui três unidades florestais, todas com certificado de Manejo Florestal: Paraná (2008), Angatuba (2009) e Santa Catarina (2009). Nos documentos, pode-se verificar a abordagem qualitativa do instrumento, baseado em um *checklist* relativo à existência ou não de documentos e ações definidas para cada indicador. Em relação aos aspectos ambientais, diversas CARs (ações corretivas) foram feitas para a fauna, flora, solos e recursos hídricos, mas não há dados numéricos, não sendo possível avaliar a magnitude do impacto destas na emissão de GEE.

Isso não significa que esse cálculo não é realizado. O relatório de sustentabilidade de 2010 (KLABIN, 2011) apresenta o caso do cartão LPB (*Liquid Packaging Board*): em 1998, cada tonelada do produto tinha uma emissão de 1.766 kg equivalentes de dióxido de carbono; em 2008, o saldo passou a ser negativo em 1.010 kg. Ou seja, há maior absorção na fotossíntese do que no processo produtivo. Houve redução no consumo de energia (38%), água (30%), madeira (40%) e uso da terra (69%). Apesar de o ano de início do exemplo ser o mesmo da obtenção do primeiro certificado FSC pela empresa, não se pode concluir que esses resultados decorrem somente dele.

O instrumento é focado em seus indicadores e aspectos legais. Na consulta pública para a certificação da unidade de Angatuba, foi relatado que a empresa não faz reuso da água. A resposta da certificadora é que esta questão está fora do escopo da certificação. No

mesmo documento, há uma queixa da comunidade sobre o plantio exacerbado de eucalipto. A certificadora afirma que o empreendimento cumpre com as normas de proteção ao meio ambiente e desenvolve sistema de manejo que minimiza os impactos ambientais.

Além dos aspectos ambientais, é possível afirmar, a partir dos resumos públicos, que o FSC tem promovido melhoras nas condições de trabalho e relações com a comunidade, mas não um salto na sustentabilidade, pois a empresa já tinha um programa de gestão florestal antes da implementação do certificado. Impactos econômicos não são explicitados, mas podem ser previstos a partir do que foi relatado na entrevista: a obtenção do selo aumentou a credibilidade do empreendimento junto a consumidores e instituições com trabalhos relacionados aos temas socioambientais, garantindo acesso ao mercado europeu.

5. CONCLUSÃO

O FSC é tido como um caso exemplar de governança não estatal e centrada na sociedade (BELL e HINDMOOR, 2012). Certamente existem deficiências, mas é possível tirar lições importantes de gestão de um bem comum por mecanismos de mercado. A partir da revisão da literatura e do estudo de caso, foi possível extrair os principais pontos fortes e fracos deste sistema de certificação florestal (tabela 2).

A grande contribuição do FSC é a ligação que realiza entre a produção de produtos florestais e o consumidor final. Embora tenha algumas falhas sistêmicas e casos de certificados duvidosos, o selo geralmente garante que o produto atendeu uma série de exigências ambientais, sociais e econômicas que não existiam integralmente antes da certificação. Mesmo no caso da Klabin, que afirma ter plano de gestão florestal sustentável há mais de sete décadas, o resumo público evidencia pontos que tiveram que ser melhorados para obtenção e manutenção de seus certificados.

Tabela 2 - Principais pontos fortes e fracos da certificação FSC

Pontos fortes	Pontos fracos
Ampla credibilidade e reconhecimento internacional	Carência de métricas quantitativas para mensuração dos impactos
Abrangência: aspectos ambientais, sociais e econômicos	Morosidade na tomada de decisões
Inclusão de interesses de múltiplos <i>stakeholders</i> nas decisões	Relação direta entre certificadora e certificada
Disposição de resumos públicos sobre cada processo de certificação realizado	Visão individual de cada operação florestal
Abertura para melhorarias, como no caso da revisão dos Princípios e Critérios	Custo elevado
Autossustentado financeiramente	Selo “fontes mistas”
	Ausência de exigências específicas em relação às mudanças climáticas

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação às emissões de GEE e mudanças climáticas o instrumento não possui exigências específicas. Mesmo com a revisão recente dos Princípios e Critérios, o tema é tratado apenas indiretamente em dois princípios: “valores ambientais e impactos” e “implementação de atividades de gestão”. Evidentemente, a preservação da biodiversidade e recursos naturais pregadas pelo instrumento influi positivamente no combate ao efeito estufa, mas este não é um assunto prioritário e os impactos não são medidos quantitativamente.

A dificuldade de mensuração ocorre também porque o FSC não é o único instrumento adotado pelas empresas e que afeta na sua relação com o meio ambiente. Além da legislação, há outros certificados ambientais, como o PEFC e o ISO 14001, que muitas vezes são exigidos em conjunto para atender determinados mercados, especialmente em países desenvolvidos. Mesmo que seja mais importante o resultado final agregado de todos os instrumentos, seria interessante que o FSC divulgasse algumas informações quantitativas, especialmente em relação à emissão de gases de efeito estufa, visto que o setor florestal é um dos que mais contribuem para o aquecimento global (UNEP, 2011).

Pode-se notar uma concorrência entre o FSC e o PEFC, ambos sistemas de certificação florestal (NEPCON, 2012). Em vez de despender esforços disputando os empreendimentos que desejam se certificar, o meio ambiente e a sociedade seriam mais beneficiados se as duas organizações trabalhassem em conjunto e se empenhassem somente na questão florestal, sem se preocuparem com qual ganha mais adeptos.

Cabe lembrar que não é só a indústria madeireira ilegal que causa o desmatamento. A pastagem de gado é responsável por mais de 70% do volume de árvores tombadas na região amazônica. De acordo com o Imazon, o rebanho aumentou 180% entre 1990 e 2006. Como agravante parte dos frigoríficos que atuam na região recebem financiamento do BNDES, contrariando o princípio de sempre vincular o crédito público a exigências ambientais (MARCOVITCH, 2011). Seria interessante estudar como funciona o controle nesses casos.

Concluindo, sob o ponto de vista das empresas, o FSC pode ter bons resultados, mas não é possível afirmar que a obtenção do certificado está necessariamente vinculada a um salto na sustentabilidade da empresa. Assim como no caso estudado, os empreendimentos que se submetem ao processo de certificação geralmente possuem processos sustentáveis incorporados às suas atividades antes de serem auditados. Sob o ponto de vista das florestas, o sistema não toca em um ponto importante do problema: as emissões de GEE decorrentes da conversão de áreas para pastagem. Por isso, tanto do ponto de vista da empresa como da floresta, o FSC tem impactos limitados, mas isso não anula sua importante contribuição na promoção do consumo sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEODATO, S.; VILLELA, M.; BETIOL, L.S.; MONZONI, M. **Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo**. 1ª edição. São Paulo: FGV RAE, 2011.
- ASI.Certification bodies for FSC.Disponível em: <<http://www.accreditation-services.com/archives/standards/fsc>>. Acesso em 23 jun 2012.
- BELL, S.; HINDMOOR, A. Governance without government? The case of the Forest Stewardship Council.**Public Administration**, v. 90, n. 1, 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10165.htm>. Acesso em 17 jun. 2012, Anexo VIII.
- BRUNDTLAND et al. **Environmental and development challenges: the imperative to act**. Final Draft 1 17-2-2012. Disponível em: <http://www.unep.org/pdf/pressreleases/Blue_Planet_synthesis_paper.pdf>. Acesso em 16 jun. 2012.
- BUREAU VERITAS CERTIFICATION FRANCE.**Description of the FSC certification process Forest Management and Controlled Wood for Forest Management Enterprises GP01** version 2.6.2010. Disponível em: <http://www.bvqi.com.br/media/13664/gp_01_fsc_br_-_certificacao_fsc_fm_and_cw_for_fme_-_rev._08_2010.pdf>. Acesso em 17 abr. 2012.
- CAMPOMAR, M.C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração**, São Paulo v.26, n.3, p.95-97, julho/setembro 1991.
- FONSECA, S.A. Forest certification in Mexico. In: *Forest Certification in Developing and Transitioning Societies: Social, Economic, and Ecological Effects*. 2004, Connecticut: Yale School of Forestry and Environmental Studies, 2004.
- FSC. About us. Disponível em: <<http://www.fsc.org/about-us.1.htm>>. Acesso em 17 abr. 2012a.
- FSC. Carbon and climate change. Disponível em: <<http://vote.fsc.org/ccc-2.htm>>. Acesso em 15 jun. 2012b.
- FSC. Facts and figures, June 2012.Disponível em: <http://www.fsc.org/ppt_graphs.html>. Acesso em 18 jun. 2012c.
- FSC. Key changes in the P&C and putting them into practice. 2012. Disponível em: <<http://igi.fsc.org/>>. Acesso em 15 jun. 2012d.

- FSC. Strategy paper: strategic framework for an FSC climate change engagement. 2011. Disponível em: <<http://www.fsc.org/download.strategic-framework-for-an-fsc-climate-change-engagement.47.htm>>. Acesso em 14 jun. 2012.
- FSC BRASIL. Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – FSC Brasil. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br/index.cfm>>. Acesso em 17 abr. 2012.
- FSC WATCH. Disponível em: <<http://www.fsc-watch.org/about.php>>. Acesso em 24 maio 2012.
- GARRELTS, H.; FLITNER, M. Governance issues in the Ecosystem Approach: what lessons from the Forest Stewardship Council? **European Journal Forest Research**, v. 130, 2011.
- GREENPEACE. The Forest Stewardship Council. **Letter requesting FSC members to vote NO to the proposed revised version of the Principles and Criteria**.2012. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/Global/international/publications/forests/2012/FSC%20Vote%20NO%20letter%20-%20Jan%202012.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2012.
- HANCE, J. Simon Counsell responds to an interview from the forest certification group. Abr. 2008. Disponível em: <http://news.mongabay.com/2008/0417-hance_interview_counsell.html>. Acesso em 24 maio 2012.
- KLABIN. **Relatório de sustentabilidade 2010**. Abr. 2011. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/rs2010/#/home>>. Acesso em 15 jun. 2012.
- LEE, M. Can we trust FSC? Set. 2009. Disponível em: <http://www.theecologist.org/trial_investigations/325243/can_we_trust_the_fsc.html>. Acesso em 24 maio 2012.
- MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia**: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- NNRG. FSC labels. Disponível em: <<http://nnrg.org/files/FSC%20Labels.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2012.
- NEPCON. **Comparative analysis of the PEFC system with FSC Controlled Wood requirements**. Maio 2012. Disponível em: <<http://www.fsc.org/download.nepcon-comparative-analysis-pefc-and-fsc-cw.370.htm>>. Acesso em 8 jul. 2012.
- PEFC. Who we are. Disponível em: <<http://www.pefc.org/index.php/about-pefc/who-we-are>>. Acesso em 14 jun. 2012.
- RAINFOREST ALLIANCE. **Resumo público de certificação FSC programa SmartWood da: Klabin S/A. - Unidade Angatuba**. 2009. Disponível em: <<http://info.fsc.org/PublicCertificateDetails?id=a0240000005sSDtAAM>>. Acesso em 16 jun. 2012.

RAINFOREST ALLIANCE. **Resumo público de auditoria anual 2010 de manejo florestal**

da: Klabin S/A. - Unidade Angatuba. 2010. Disponível em:

<<http://info.fsc.org/PublicCertificateDetails?id=a0240000005sSDtAAM>>. Acesso em 16 jun. 2012.

RAINFOREST ALLIANCE. **Resumo público de auditoria anual 2011 de manejo florestal**

da: Klabin S/A. - Unidade Angatuba. 2011. Disponível em:

<<http://info.fsc.org/PublicCertificateDetails?id=a0240000005sSDtAAM>>. Acesso em 16 jun. 2012.

RAINFOREST ALLIANCE. Rainforest Alliance timeline. Disponível em:

<<http://www.rainforest-alliance.org/about/history>>. Acesso em 14 jun. 2012.

SCHEPERS, D.H. Challenges to legitimacy at the Forest Stewardship Council. **Journal of**

Business Ethics, v. 92, 2010.

SMARTWOOD; IMAFLORA. **Princípios, critérios e indicadores para avaliação do manejo**

de plantações florestais no Brasil (versão 1.0). Jan. 2006. Disponível em:

<<http://www.rainforest-alliance.org/forestry/documents/smartwoodbrazilinterimstandardplantationsjan06por.pdf>>. Acesso em 08 de jul. 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA. **Fatos e números do Brasil florestal.**

Dezembro de 2008. Disponível em:

<<http://www.sbs.org.br/FatoseNumerosdoBrasilFlorestal.pdf>>. Acesso em 21 maio 2012.

UNEP. **Keeping track of our changing environment:** From Rio to Rio+20 (1992-2012).

Division of Early Warning and Assessment (DEWA), United Nations Environment Programme (UNEP), Nairobi. 2012.

WWF. A sure investment in improved forest stewardship. Disponível em:

<http://wwf.panda.org/what_we_do/footprint/forestry/certification/>. Acesso em 17 jun. 2012.

ANEXO I - Lista de Certificadoras Acreditadas pelo FSC*

AQA Certificazioni Fondazione Edmund Mach (AQA)

Acreditada desde 05 de maio de 2011 (FSC-ACC-034)

Escopo: Cadeia de Custódia na Itália. Suspenso em 07 de maio de 2012¹²

Asociación Española de Normalización y Certificación (AENOR)

Acreditada (FSC-ACC-037)

Escopo: Cadeia de Custódia na Espanha

BM Trada Certification Ltd. (TT)

Acreditada desde 19 de maio de 2000 (FSC-ACC-008)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo

Bureau Veritas Certification (BVC)*

Acreditada desde 25 de julho de 2005 (FSC-ACC-020)

Escopo: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no mundo todo

Certification Association “Russian Register” (RR)

Acreditada desde 08 de dezembro de 2010 (FSC-ACC-031)

Escopo: Cadeia de Custódia Bulgária, Geórgia, Latvia e Lituânia, exceto para operações SLIMF

Certiquality (CQ)

Acreditada desde 13 de outubro de 2004 (FSC-ACC-017)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo

Control Union Certifications B.V. (CU)*

Acreditada desde 13 de outubro de 2005 (FSC-ACC-019)

Escopo: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no mundo todo

CTIB-TCHN Belgian Institute for Wood Technology (CTIB)

Acreditada desde 25 de novembro de 2008 (FSC-ACC-026)

Escopo: Cadeia de Custódia para todos os países da União Europeia e EFTA (European Free Trade Association)

Det Norske Veritas Certification AB (DNV)*

Acreditada desde 15 de agosto de 2007 (FSC-ACC-022)

Escopo: Cadeia de Custódia para mundo todo e Manejo Florestal na Suécia

Forest Certification LLC (FC)

Acreditada desde 30 de março de 2009 (FSC-ACC-028)

Escopo: FSC Manejo Florestal e Cadeia de Custódia os países do CIS (Commonwealth of Independent States), exceto para operações SLIMF

*Segundo o ASI (2012). O asterisco após o nome indica que a certificadora atua no Brasil, conforme consta no *site* do FSC Brasil.

¹² O ASI não divulga a razão da suspensão, e esta informação não foi localizada no *site* da empresa.

GFA Consulting Group GmbH (GFA)*

Acreditada desde 01 de junho de 2000 (FSC-ACC-009)

Escopo: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no mundo todo

Global-Mark Pty Ltd (GMP)

Acreditada desde 01 de março de 2012 (FSC-ACC-036)

Escopo: Cadeia de Custódia para Oceania (Austrália, Nova Zelândia), Indonésia, Papua Nova Guiné e Malásia

Holz Cert Austria (HCA)

Acreditada desde 13 de agosto de 2008 (FSC-ACC-024)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo

ICILA S.r.l (ICILA)

Acreditada desde 01 de janeiro de 2001 (FSC-ACC-014)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo e Manejo Florestal na Itália

KPMG Forest Certification Services Inc. (KF)

Acreditada desde 01 de dezembro de 2002 (FSC-ACC-010)

Escopo: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no mundo todo

LGA InterCertGmbH (IC)

Acreditada desde 20 de novembro de 2007 (FSC-ACC-023)

Escopo: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no mundo todo.

PricewaterhouseCoopers LLP (PWC)

Acreditada desde 11 de outubro de 2011 (FSC-ACC-035)

Escopo: Cadeia de Custódia para Canadá e Estados Unidos

QMI-SAI Global Assurance Services (QMI)

Acreditada desde 11 de agosto de 2008 (FSC-ACC-025)

Escopo: Manejo Florestal, Madeira Controlada e Cadeia de Custódia no mundo todo

Rainforest Alliance SmartWood Program (SW)*

Acreditada desde 01 de julho de 1995 (FSC-ACC-004)

Escopo: Manejo Florestal, Madeira Controlada e Cadeia de Custódia

Scientific Certification Systems (SCS)*

Acreditada desde 01 de julho de 1995 (FSC-ACC-003)

Escopo: Manejo Florestal, Madeira Controlada e Cadeia de Custódia no mundo todo

SGS – South Africa (Pty) Ltd (SGS)*

Acreditada desde 01 de julho de 1995 (FSC-ACC-015)

Escopo: Manejo Florestal, Madeira Controlada e Cadeia de Custódia no mundo todo
 Suspenso para Manejo Florestal no Brasil a partir de 17 de fevereiro de 2011¹³

SGS Hong Kong Ltd. (SGS HK)

Acreditada desde 31 de março de 2011 (FSC-ACC-032)

Escopo: Cadeia de Custódia para China, Hong Kong, Macau, Taiwan, Japão, Vietnã e Mongólia

¹³ Mesma situação do AQA *CertificazioniFondazione Edmund Mach* (AQA).

SGS Systems & Services Certification, N.America (SGS NA)

Acreditada desde 23 de dezembro de 2009 (FSC-ACC-030)

Escopo: Cadeia de Custódia para Estados Unidos, Canadá e México

Soil Association Woodmark (SA)*

Acreditada desde 01 de julho de 1995 (FSC-ACC-002)

Escopo: Manejo Florestal, Madeira Controlada e Cadeia de Custódia no mundo todo

Stichting Keuringsbureau Hout (SKH)

Acreditada desde 28 de julho de 2009 (FSC-ACC-029)

Escopo: Cadeia de Custódia na Holanda

Swiss Association for Quality e Management Systems (SQS)*¹⁴

Acreditada desde 28 de dezembro de 2002 (FSC-ACC-013)

Escopo: Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no mundo todo

Technological Institute FCBA (FCBA)

Acreditada desde 25 de maio de 2004 (FSC-ACC-016)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo

TÜV Nord Cert GmbH (TUEV)*

Acreditada desde 25 de março de 2009 (FSC-ACC-027)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo

TÜV SÜD Czechs.r.o. (TUEVS)

Acreditada desde 16 de maio de 2011 (FSC-ACC-033)

Escopo: Cadeia de Custódia no mundo todo

¹⁴ No Brasil, trabalha em conjunto com a certificadora APCER.

ANEXO II – Perfil do Quadro de Diretores¹⁵

Presidente: **Michael Conroy**, dos Estados Unidos, representante das câmaras Social e Norte. Fundador e diretor do Colibri Consulting – Certification for Sustainable Development, uma empresa dedicada relacionar sistemas de certificação, responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável global.

Vice-presidente: **Margareta Renström**, da Suíça, representante das câmaras Ambiental e Norte. Gestora de certificações florestais na WWF Internacional.

Vice-presidente: **Ana R. Young**, do Chile, representante das câmaras Econômica e Sul. Tem experiência em gestão ambiental e já foi diretora executiva do FSC Chile.

Tesoureiro: **Mario Abreu**, da Suécia, representante das câmaras Econômica e Norte. Diretor de suporte ambiental à floresta e cadeia de suprimentos da Tetra Pak.

Pedro González Chaverri, da Costa Rica, representante das câmaras Ambiental e Sul. Diretor de operações da Fundecor, ONG dedicada à proteção e desenvolvimento dos bosques da Costa Rica localizados na Cordilheira Vulcânica Central.

Larry Joseph, do Canadá, representante das câmaras Social e Norte. Conhecedor da cultura indígena e pesquisador de recursos naturais e mudanças climáticas.

Jaime Levy, do Equador, representante das câmaras Social e Sul. Diretor executivo da Fundação para o Desenvolvimento de Alternativas Comunitárias de Conservação do Trópico (ALTROPICO), ONG comprometida a causas sociais e ambientais na região entre Colômbia e Equador.

Roberto Waack, do Brasil, representante das câmaras Econômica e Sul. Ex-diretor executivo do Grupo Orsa e atual CEO da AMATA, ambas empresas florestais.

Wang Xiaoping, da China, representante das câmaras Ambiental e Sul. Secretário geral da Beijing Forestry Society, uma plataforma de troca de informações e serviços relacionados à ciência florestal e tecnologia, onde se reúnem os especialistas na indústria florestal de Pequim.

¹⁵ Formação em 8 de julho de 2012, conforme o *site* (<http://www.fsc.org/board-of-directors.210.htm>).

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI PARA MONITORAR A SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA: UMA AVALIAÇÃO

*Guerino Antônio Tonin**
*Sergio Rossi Madruga***

RESUMO

O presente estudo é sobre um Relatório de Sustentabilidade com base nas Diretrizes do Global Reporting Initiative – GRI, e consiste na descrição da sua origem, a forma de obtenção e divulgação dos dados bem como a forma de comprovação dos critérios para os níveis de aplicação. Inclui também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório. Os resultados do estudo apontam mudanças consideradas significativas em processos e práticas internas na organização estudada, mas as iniciativas carecem de quantificação, para efetiva análise do impacto dessas questões no balanço da empresa.

Palavras-chave: sustentabilidade; indicadores; desempenho.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais vêm transformando o ambiente de negócios, afetando e modificando o ambiente empresarial. Interagindo com o ambiente com tais paradigmas, as empresas também vêm promovendo mudanças, tornando-se mais flexíveis e suscetíveis a seus ambientes. Programas de qualidade, responsabilidade social e ambiental estão sendo incorporados à sua agenda de negócios como estratégia organizacional, em resposta aos mutantes padrões da competitividade impostos pelas mudanças das condições gerais da concorrência.

As empresas estão sendo continuamente desafiadas na sustentação da competitividade. Dentro deste contexto, uma das estratégias empresariais mais evidenciadas ultimamente é a responsabilidade socioambiental, especialmente nas grandes corporações.

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria, doutorando em Administração da FEA/USP. Consultor de micro e pequenas empresas na área de gestão estratégica. Participante de projetos para formação de redes empresariais.

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria, doutorando em Administração da FEA/USP. Coordenador/participante de projetos de pesquisa e extensão nos temas: controladoria, micro e pequenas empresas, gestão, sustentabilidade e processo decisório.

Em resposta às demandas sociais com relação à sustentabilidade as empresas estão implementando instrumentos de medição das políticas e ações adotadas na preservação do meio ambiente. O mercado disponibiliza, atualmente, inúmeros instrumentos de certificação, todos válidos. A preferência da adoção de qualquer instrumento é facultada à liberdade de escolha de cada entidade.

O presente estudo é sobre o Relatório de Sustentabilidade com base nas Diretrizes do *Global Reporting Initiative* – GRI, analisando um relatório publicado com base nas orientações GRI. A organização escolhida para a entrevista foi o BANCO BRADESCO S.A., o qual publica seu Relatório de Sustentabilidade GRI no nível máximo previsto (A+).

Inicialmente, o estudo apresenta uma revisão teórica sobre a origem e conteúdo do Relatório GRI. Em seguida é feita a apresentação dos dados da empresa estudada e uma análise comparativa dos seus dados com as orientações do GRI com a finalidade de se verificar na prática como se dá o processo de divulgação dos dados da empresa. Destacam-se, ainda, aspectos relevantes abordados na entrevista realizada seguida de uma análise dos impactos sobre a utilização do Relatório GRI.

Finalmente, é feita uma análise crítica do relatório GRI referente à sua adequabilidade como instrumento de elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. São apontados aspectos positivos e negativos sobre suas orientações e sugestões de melhorias. Assim, cabe dizer que as observações dizem respeito ao GRI e não ao relatório do banco.

Ressalta-se ainda que todo o referencial teórico a respeito do GRI foi extraído do site: <http://www.globalreporting.org/>, cujo acesso se deu a partir do dia 13/04/2012.

1.1 – Justificativa

O GRI é instrumento apropriado para as organizações aportarem suas práticas de sustentabilidade. É um relatório criado com a finalidade de atender organizações de todos os portes, setores ou local, que possibilita incluir conteúdos gerais e específicos sobre o desempenho socioambiental das organizações.

Com a finalidade de melhor qualificar o trabalho e compreender o GRI como instrumento orientador dos relatórios de sustentabilidade, procedeu-se à análise de um relatório de sustentabilidade elaborado seguindo as orientações do GRI. A organização escolhida foi o BANCO BRADESCO S.A. A escolha deve-se ao fato do BANCO BRADESCO S.A. publicar seu Relatório de Sustentabilidade conceito A+. Portanto, o relatório atende de forma adequada as orientações do GRI. O objetivo deste trabalho não é avaliar as políticas e práticas de sustentabilidade das organizações, mas, sim, verificar se o conteúdo e as diretrizes do GRI são úteis às organizações na construção de seus relatórios.

Neste sentido, justifica-se a escolha desta organização, apesar de ser do setor comercial, menos poluidor do que o industrial. O fato de ser uma empresa do ramo financeiro não significa que não tenha impactos ambientais, tanto diretos pelas suas atividades, como indiretos pelo financiamento ou não de projetos de alto impacto ambiental.

2. A ORIGEM DO GRI

Fundado em Boston em 1997, suas raízes estão dentro das organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos, especificamente nas organizações *da Coalition for Environmentally Responsible Economies* - CERES (Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis) e do Instituto Tellus.

A primeira diretoria executiva da CERES criou, em 1990, um departamento denominado "*Global Reporting Initiative*", integrado por consultores com o objetivo de criar um mecanismo de responsabilização para garantir que as empresas estavam seguindo os Princípios CERES de conduta ambiental responsável, acreditando ser esta uma forma de facilitar a disseminação de suas diretrizes para as corporações divulgarem voluntariamente seu desenvolvimento econômico e suas atividades sociais e ambientais. Os investidores foram o público-alvo do quadro original.

Uma abordagem *multi-stakeholder* foi estabelecida no início, quando ainda era um departamento da CERES. No ano de 1998 foi criado um Comitê *multi-stakeholder* para desenvolver orientações da GRI. Este Comitê incluiu além do meio ambiente, as questões sociais, econômicas e de governança. A orientação do GRI tornou-se uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade, tendo por foco o Reporting Guidelines. Atualmente os órgãos de governança estão assim estabelecidos: Conselho Diretor, Conselho de *Stakeholders*, *Technical Advisory*, *Committee Stakeholders* Organizacionais e Secretaria, cuja formação e descrição estão no Anexo I.

A primeira versão das diretrizes foi lançada em 2000, onde no ano seguinte já era uma instituição independente. A segunda versão de diretrizes, conhecido como G2, foi inaugurada em 2002 época em que estabeleceu sua sede em Amsterdam como uma organização independente sem fins lucrativos.

Após o lançamento do G3, em 2006, a GRI expandiu sua estratégia e estrutura de relatório, e construiu alianças poderosas. Parcerias formais foram firmadas com o *United Nations Global Compact*, da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento¹⁶, e outros. A presença GRI regional foi estabelecida com os pontos focais,

¹⁶ A *United Nations Global Compact* é uma iniciativa política estratégica para empresas que estão comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento é uma [organização internacional](#) de 34 países que aceitam os princípios da [democracia representativa](#) e da [economia de livre mercado](#). Os membros da

inicialmente no Brasil e na Austrália e depois na China, Índia e EUA. O alcance da GRI foi reforçado pela sua Conferência bianual em Amsterdam sobre Sustentabilidade e Transparência, com início em 2006.

Em março de 2011, GRI publicou as Diretrizes G3.1 que é a última atualização do G3 e considerado o mais completo e compreensível relatório de orientação para a sustentabilidade, incluindo matéria para avaliação dos direitos humanos, impactos na comunidade local e sexo.

O principal objetivo do GRI é a criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, por meio de uma rede de diálogo multi-*stakeholders*, composta por milhares de especialistas de todo o mundo. Aproximadamente 1500 organizações já aderiram ao relatório, destas, em torno de 70 empresas brasileiras adotam as diretrizes GRI para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade.

3. CONTEÚDO DO RELATÓRIO

A Estrutura de Relatórios da GRI visa servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Leva em conta as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui o conteúdo geral e o específico por setor, acordados globalmente por vários *stakeholders*, como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização.

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório.

As diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade estão divididas em duas partes sintetizadas no Quadro 1.

OCDE são economias de alta renda com um alto [Índice de Desenvolvimento Humano](#) (IDH) e são considerados [países desenvolvidos](#), exceto México, Chile e Turquia.

Quadro 1: Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade

Parte 1	Definição de conteúdo	materialidade, inclusão dos stakeholders, contexto da sustentabilidade e abrangência.
	Qualidade	equilíbrio, exatidão, periodicidade, comparabilidade e confiabilidade.
	Limite do relatório	controle e influência significativa
Parte 2	Perfil	estratégia e análise, perfil organizacional, parâmetros para o relatório, governança, compromissos e engajamento
	Forma de gestão	sustentabilidade, riscos e oportunidades.
	Indicadores de desempenho	econômico, ambiental e social

Fonte: adaptado de *Global Reporting Initiative*, 2012.

3.1 – Definição de conteúdo

Determina o conteúdo a ser coberto pelo relatório para assegurar uma apresentação equilibrada e razoável do desempenho da organização, identificando os temas e respectivos indicadores relevantes, os princípios da materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangência.

3.2 – Qualidade

Os princípios devem orientar as escolhas e assegurar a qualidade das informações relatadas, incluindo sua apresentação. A qualidade das informações possibilita que os *stakeholders* realizem avaliações de desempenho consistentes e justas e tomem as medidas adequadas, com base nos seguintes princípios: equilíbrio, exatidão, periodicidade, comparabilidade e confiabilidade.

3.3 – Limite do relatório

O relatório de sustentabilidade deverá incluir em seu limite todas as entidades que gerem impactos de sustentabilidade significativos (reais e potenciais) e/ou todas as entidades sobre as quais a organização relatora exerça controle ou influência expressiva sobre políticas e práticas financeiras e operacionais.

3.4 – Perfil

Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança. Abrangem estratégia e análise, perfil organizacional e parâmetros para o relatório, governança, compromissos e engajamento.

3.5 – Forma de gestão

As informações sobre a forma de gestão devem fornecer uma breve visão da abordagem da gestão da organização no que tange aos aspectos definidos sob cada categoria de indicador, visando estabelecer o contexto para informações sobre desempenho. A organização poderá estruturar suas informações sobre a forma de gestão de modo a cobrir a totalidade dos aspectos sob determinada categoria ou agrupar suas respostas para os aspectos de outra forma. Entretanto, as informações sobre a forma de gestão deverão tratar todos os aspectos relacionados a cada categoria, independentemente do formato ou agrupamento.

As informações sobre a forma de gestão visam mostrar o próximo nível de detalhe da abordagem da organização para gerir os temas de sustentabilidade associados aos riscos e oportunidades.

3.6 – Indicadores de desempenho

Expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação. Sendo que os indicadores de desempenho social da GRI identificam aspectos de desempenho fundamentais referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

4. A FORMA DE OBTENÇÃO DE DADOS E DIVULGAÇÃO DO DESEMPENHO DA EMPRESA

4.1 – Coleta de Dados

4.1.1 – Avaliação de viabilidade

O processo de definição do conteúdo do relatório resultará em um conjunto de temas e indicadores que a organização deve abordar. Entretanto, desafios práticos, tais como a disponibilidade de dados, o custo para sua coleta, a confidencialidade de informações, a privacidade ou outras preocupações legais e a confiabilidade das informações disponíveis, entre outros fatores, poderão redundar numa decisão legítima de não divulgar determinadas informações. Caso sejam omitidas informações relevantes, o relatório deverá fazer uma clara indicação do fato e de suas razões.

4.1.2 – Agregação e desagregação de dados

As organizações relatoras precisarão determinar o nível de agregação das informações apresentadas. A agregação de informações pode resultar na perda de muitos detalhes significativos, além do risco de não dar destaque a um desempenho especialmente forte ou fraco em áreas específicas. Por outro lado, a desagregação desnecessária de dados pode dificultar a compreensão das informações. As organizações relatoras deverão aplicar a desagregação de informações num nível apropriado, utilizando os princípios e a orientação dos indicadores do relatório. A desagregação pode variar de indicador para indicador, mas geralmente torna a informação mais compreensível e clara do que um dado único e agregado.

4.2 – Forma e Periodicidade do Relatório

4.2.1 – Definição de relatório de sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade é uma publicação única e consolidada, que apresenta de maneira razoável e equilibrada o desempenho da organização em determinado período de tempo. Os *stakeholders* devem ter fácil acesso a todas as informações do relatório, a partir de um único local, como o sumário de conteúdo da GRI.

4.2.2 – Meio de divulgação

As versões eletrônicas (CD-ROM, por exemplo) ou publicadas na internet, assim como as impressas em papel, são meios apropriados para a divulgação de relatórios. As organizações podem utilizar uma combinação de mídias – com relatórios publicados na internet e também impressos em papel – ou somente uma mídia. Uma mídia (internet ou papel) deve propiciar aos usuários acesso ao conjunto completo de informações referentes ao período coberto pelo relatório.

4.2.3 – Periodicidade da divulgação

As organizações devem definir um ciclo consistente e periódico para produzir um relatório. O ciclo anual é o mais comum, mas algumas organizações preferem relatórios bianuais. Pode-se também optar por atualizar as informações regularmente no intervalo entre as publicações dos relatórios consolidados de desempenho. Entretanto, as organizações devem manter um ciclo previsível, em que todas as informações relatadas sejam referentes a determinado período de tempo.

4.3 – Atualização do conteúdo do relatório

Ao preparar um novo relatório, a organização relatora poderá identificar informações que não sofreram mudanças desde o relatório anterior (como uma política que não foi alterada, por exemplo). Nesse caso, é possível optar por atualizar somente os temas e indicadores que sofreram mudanças e publicar novamente as informações que permaneceram inalteradas.

5. PROCESSO DE COMPROVAÇÃO E VERIFICAÇÃO EXTERNA

As organizações usam uma série de abordagens distintas para aumentar a credibilidade dos relatórios e pode fazer uso de sistemas de controle interno, com funções de auditoria, como parte de seus processos de gestão e divulgação de informações. Tais sistemas são importantes para a integridade e a credibilidade de um relatório como um todo. Para relatórios de sustentabilidade, entretanto, a GRI recomenda o uso de verificação externa, além dos recursos internos.

Variadas abordagens são usadas atualmente pelos responsáveis pela elaboração de relatórios para implementar a verificação externa, incluindo o uso de empresas especializadas, comitês constituídos por *stakeholders* e outros grupos ou indivíduos externos. No entanto, seja qual for a escolha, a verificação deverá ser conduzida por grupos ou indivíduos externos à organização, que sejam competentes e obedeçam a normas profissionais de verificação, ou envolver abordagens que sigam processos sistemáticos, documentados e comprovados, mas não dirigidos por uma norma específica.

O objetivo do processo de verificação externa é oferecer às partes interessadas constatações independentes sobre a veracidade dos relatórios. A GRI usa o termo “verificação externa” para se referir as atividades que visam resultar em conclusões publicadas sobre a qualidade do relatório e das informações nele contidas. São aceitas pelo GRI, as verificações realizadas por empresas de auditoria que mantêm uma área de asseguração de relatórios específica para este fim. As quatro maiores empresas deste ramo possuem esta qualificação, são elas: *Ernst & Young, Deloitte, KPMG e PwC*.

6. NÍVEIS DE APLICAÇÃO DO GRI

Uma grade do Nível de Aplicação da GRI deverá ser incluída no relatório para mostrar que nível está sendo declarado e quem fez esta avaliação. Para que um relatório seja reconhecido como baseado na GRI, exige-se a autodeclaração de um nível. Os relatores podem optar por obter pareceres de terceiros ou da Secretaria da GRI sobre a exatidão de sua autodeclaração.

A GRI somente reconhecerá relatórios em seu site na Internet como baseados na GRI se eles contiverem uma grade do Nível de Aplicação refletindo, no mínimo, um nível autodeclarado. Figurar no site independe de uma verificação por terceiros ou pelo GRI. Qualquer uso da terminologia específica “Níveis de Aplicação das Diretrizes da GRI” deverá se basear nos critérios para os Níveis de Aplicação da GRI especificados no Quadro 2.

Quadro 2: Critérios para os Níveis de Aplicação

Relatório Níveis de Aplicação		C	B	A
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.	O mesmo exigido para o Nível B.
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador.
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.	Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.	Responder a cada indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.
Para alcance dos Níveis C+, B+, e A+, somente com verificação externa por auditoria independente.				

Fonte: GRI – Adaptado do *Global Reporting Initiative*, 2012.

Os relatórios que visam à classificação em nível C, C+, B, B+, A ou A+ deverão conter cada um dos critérios apresentados na coluna referente ao nível escolhido. As análises empreendidas e recomendações abordarão o uso de métricas por empresas ou setores específicos.

7. METODOLOGIA

O enfoque metodológico empregado no estudo é o de uma pesquisa exploratória, pois se buscará maior familiaridade com a proposta do Relatório de Sustentabilidade da GRI, elaborado pela organização estudada.

A importância e utilidade da pesquisa exploratória são destacadas quando o pesquisador está orientado para a descoberta e neste estudo a utilização da entrevista se bem aplicada, abrirá uma janela para a percepção de comportamentos.

“A pesquisa exploratória é útil na identificação de práticas inovadoras de produção e administração. Por exemplo, a pesquisa exploratória foi empregada para o desenvolvimento de sistemas de compensação de incentivos para executivos de divisões de empresas com o objetivo de aumentar a capacidade de inovação de cada unidade” (HAIR *et al.* 2005, p. 84).

Segundo as bases lógicas da investigação descritas por Diehl e Tatim (2004), caracteriza-se como método fenomenológico, onde a descrição direta da experiência a ser constatada é a preocupação principal dos investigadores quando da realização das entrevistas dirigidas. Constitui-se numa abordagem qualitativa uma vez que a análise dos dados será desenvolvida no decorrer do processo de levantamento, os quais serão descritos conforme relatados pelos sujeitos investigados e relacionados com a literatura estudada. O instrumento escolhido para coleta de dados primários foi a entrevista, para serem analisados juntamente com os dados secundários oriundos do Relatório de Sustentabilidade da organização.

8. A EMPRESA

“O Bradesco foi fundado em 1943, em Marília, no interior de São Paulo, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos, objetivando a atração do pequeno comerciante, funcionários públicos e pessoas de posses modestas, contrario as estratégias dos bancos da época. Em 1946, a matriz é transferida para a capital paulista, na Rua Álvares Penteado, no centro da cidade”. Esta e as demais informações relativas a empresa constam do site: <http://www.bradescom.com.br/site/conteudo/visao/historia.aspx?secaold=774>.

Na década de 1950, torna-se com oito anos de vida, o maior banco privado do Brasil, quando em 1956 é criada a Fundação Bradesco. Em 1962, adquire o primeiro computador da América Latina, possibilitando o acesso a extratos diários aos clientes, seguindo com a implantação do Cartão de Crédito Bradesco em 1968.

Nos anos 1970 passa a atuar fortemente no segmento de crédito, incorporando outros 17 bancos, e passa também a atuar em projetos agropecuários. Seguem-se os anos 1980 com a formação do Grupo Bradesco de Seguros e a instalação de autoatendimento e os anos 1990 com o sistema de *Internet Banking* com todas as agências trabalhando *on-line*. É implantado também o Bradesco *Mobile Banking* que permite operações de consulta e pagamentos pelo celular.

O Bradesco segue fortalecendo sua liderança na virada do século (2000). Continua se expandindo de duas maneiras: por meio do crescimento orgânico a expansão dos negócios e inauguração de novas agências e pontos de atendimento e também por aquisições de outras instituições. São quase vinte incorporações apenas entre 2000 e 2007, entre elas diversos bancos. Atualmente a Instituição está composta pelas seguintes companhias, demonstrada na Figura 1.

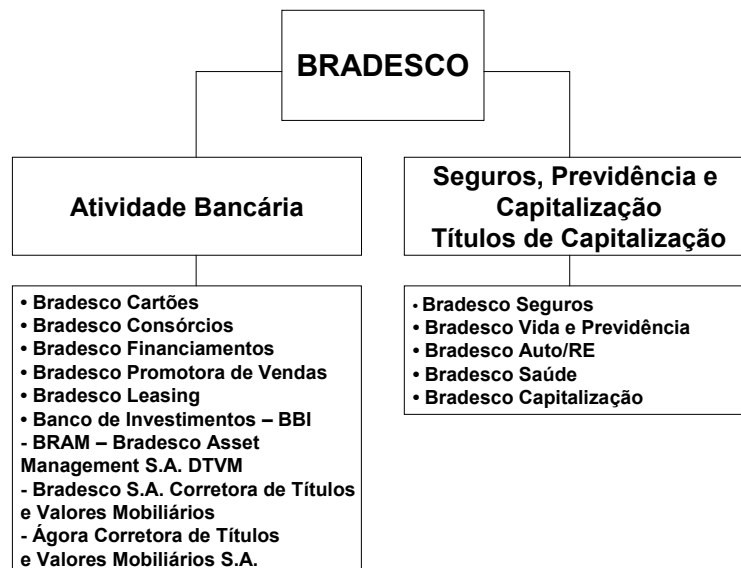


Figura 1: Companhias do Bradesco

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Bradesco 2011.

Entre as iniciativas de TI Verde empreendidas desde 2010 no âmbito da empresa cabe destacar:

- Campanha Interna e Externa de Arrecadação de Resíduo Tecnológico: mais de 16 toneladas de "lixo eletrônico" foram arrecadadas em três meses de campanha. A iniciativa contou com a participação dos funcionários das Unidades Administrativas de São Paulo e Rio de Janeiro e da comunidade de Osasco.
- Certificação ISO 14064 - Parte 1, norma que estabelece diretrizes para a quantificação e elaboração de relatórios de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Desde então a Gestão das emissões no Bradesco estão baseadas nos seguintes objetivos:

- Quantificação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) geradas, propiciando o conhecimento dos impactos e a contribuição destes para o agravamento do efeito estufa.
- Divulgação de dados relevantes e ações desenvolvidas referentes às emissões de GEE's, a todas as partes interessadas da organização (*stakeholders*).
- Estabelecimento em toda a corporação de uma sistemática de avaliação periódica de suas emissões de gases de efeito estufa embasada na norma NBR ISSO 14064 - Gases de Efeito Estufa.
- Avaliação das emissões de outros poluentes, tais como (HCFCs e HFCs), óxidos nitrogenados (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx), como apoio ao programa de ecoeficiência corporativo
- Aprofundar na Organização Bradesco sua compreensão sobre o perfil das suas emissões.
- A partir do inventário de 2008, a Organização passou a seguir as diretrizes e metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, tendo a Organização obtida em 2011 o reconhecimento de seu inventário na categoria Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, conferido para empresas que fornecem a contabilização por completo de todas as emissões de GEE, com verificação por uma terceira parte independente.

9. COMPARATIVO DAS ORIENTAÇÕES GRI COM O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DO BANCO BRADESCO S/A.

A forma estabelecida para o tratamento dos dados coletados tomou por base uma análise de consistência, uma vez que apresenta as orientações da GRI em relação ao Relatório de Sustentabilidade do Banco Bradesco S/A, seguida de uma análise crítica.

9.1 – Conteúdo do Relatório

Orientações do GRI	Banco Bradesco S/A
<p>Definição de conteúdo: Determina o conteúdo a ser coberto pelo relatório para assegurar uma apresentação equilibrada e razoável do desempenho da organização, identificando os temas e respectivos indicadores que sejam relevantes a serem relatados, seguindo os princípios da materialidade, inclusão dos stakeholders, contexto da sustentabilidade e abrangência.</p>	<p>O relatório é composto por 80 indicadores que indicam a <i>performance</i> econômica, social e ambiental distribuídos em 16 setores de indicadores, abaixo relacionados.</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do capital humano Eco-eficiência Relações com os interessados e engajamento Práticas trabalhistas Critérios sociais e ambientais para investimentos Critérios sociais e ambientais para a concessão de crédito Princípios do Equador Produtos sociais e ambientais Inclusão bancária Acessibilidade Saúde e segurança ocupacional

	<p>Crédito responsável Visão de sustentabilidade Ética / corrupção Cliente servisse Questões relevantes</p>
<p>Qualidade: Os princípios devem orientar as escolhas e assegurar a qualidade das informações relatadas, incluindo sua apresentação.</p>	<p>Os princípios de equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade e clareza, se encontram dispersos e dispostos ao longo do texto, tornando assim de difícil localização pontual.</p>
<p>Limite do relatório: O relatório de sustentabilidade deverá incluir em seu limite todas as entidades que gerem impactos de sustentabilidade significativos.</p>	<p>As informações incluídas neste Relatório abrangem as atividades desenvolvidas pela Organização Bradesco no Brasil e no exterior, bem como por Bradesco e Bradesco Esportes e Educação.</p>
<p>Perfil: Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança. Abrangem estratégia e análise, perfil organizacional e parâmetros para o relatório, governança, compromissos e engajamento.</p>	<p>Nome da organização. Principais marcas, produtos e / ou serviços. Perfil Organizacional e Indicadores GRI. Estrutura operacional . Endereços e contatos. Países onde a organização atua. Natureza da propriedade. Mercados atendidos. Mudanças significativas no período de referência. Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório</p>
<p>Forma de gestão: Devem fornecer uma breve visão da abordagem da gestão da organização no que tange aos aspectos definidos sob cada categoria de indicador, visando estabelecer o contexto para informações sobre desempenho.</p>	<p>Presidente do Conselho de Administração. Independentes ou membros não executivos do Conselho. Mecanismos para os acionistas e empregados para fornecer recomendações ao Conselho. Ligação entre remuneração para gestão de topo e desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental). Prevenção de conflitos de interesse. Qualificações dos membros do conselho. Valores internos, códigos de conduta e princípios. Responsabilidades para a implementação de políticas sociais, econômicas e ambientais. Processos próprios para a avaliação do desempenho Diretoria. Abordagem de precaução. Cartas externas, princípios e iniciativas para que a organização subscreve ou endosse. Mensagem da Presidência, visão de sustentabilidade. Composição nacional ou internacional. Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização. Base para identificação e seleção de stakeholders com . Abordagens para o engajamento de stakeholders. Principais temas e preocupações levantados por meio do envolvimento das partes interessadas.</p>
<p>Indicadores de desempenho Expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação. Sendo que os indicadores de desempenho social da GRI identificam aspectos de</p>	<p>Desempenho Econômico: Apresenta 8 indicadores distribuídos entre os seguintes aspectos: presença no mercado impactos econômicos indiretos.</p> <p>Desempenho Ambiental Apresenta 30 indicadores distribuídos entre os seguintes</p>

<p>desempenho fundamentais referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.</p>	<p>aspectos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes, resíduos, produtos e serviços, observância, transporte e global.</p> <p>Desempenho Social Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente Apresenta 15 indicadores distribuídos entre os seguintes aspectos: emprego trabalho / gerência de relações, segurança e saúde ocupacional, treinamento e educação.</p> <p>Direitos Humanos Apresenta 10 indicadores distribuídos entre os seguintes aspectos práticas de investimento e contratos, não-discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado e compulsório, as práticas de segurança, direitos indígenas.</p> <p>Sociedade Apresenta 8 indicadores distribuídos entre os seguintes aspectos os seguintes aspectos: comunidades locais, corrupção, políticas públicas, observância.</p> <p>Responsabilidade sobre o Produto Apresenta 19 indicadores distribuídos entre os seguintes aspectos: saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicação e marketing, observância, indicadores do setor,</p>
---	--

FONTE: GRI e BRADESCO

9.2 – A forma de obtenção de dados e divulgação do desempenho da empresa

Orientações do GRI	Banco Bradesco S/A
<p>Avaliação de viabilidade e agregação e desagregação de dados</p> <p>O processo de definição do conteúdo do relatório resultará em um conjunto de temas e indicadores que a organização deve abordar. Entretanto, desafios práticos, tais como a disponibilidade de dados, o custo para sua coleta, a confidencialidade de informações, a privacidade ou outras preocupações legais e a confiabilidade das informações disponíveis, entre outros fatores, poderão redundar numa decisão legítima de não divulgar determinadas informações. Caso sejam omitidas informações relevantes, o relatório deverá fazer uma clara indicação do fato e de suas razões.</p>	<p>Estes itens não estão claros no relatório, porém por ocasião da entrevista com os responsáveis, foi dada a seguinte resposta:</p> <p>“A metodologia utilizada para a definição dos assuntos que devem ser tratados nos relatórios de sustentabilidade do Banco compreende da construção de uma Matriz de Materialidade em 2008, onde os assuntos foram identificados em um Painel com <i>Stakeholders</i>, agrupados e ponderados a partir de dois eixos: sociedade e estratégia de negócios. Além disso, realizamos entrevistas com executivos da Organização para colhermos as percepções do <i>management</i> sobre o desempenho durante o ano. No Relatório de 2011, utilizamos assuntos abordados pelos Índices <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade e de Sustentabilidade Empresarial e confrontamo-os com os Indicadores GRI a fim de delinear os temas da publicação”.</p>
<p>Definição de relatório de sustentabilidade e Meio de divulgação</p> <p>As versões eletrônicas (CD-ROM, por exemplo) ou publicadas na internet, assim como as impressas em papel, são meios apropriados para a divulgação de relatórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sites do Banco Bradesco S.A.: www.bradescori.com.br/site/relatorios-sustentabilidade www.bancodoplaneta.com.br - CD-ROM. - Impresso. - Intranet. - Aplicativo para Ipad.

<p>Periodicidade da divulgação As organizações devem definir um ciclo consistente e periódico para produzir um relatório.</p>	<p>Periodicidade anual. O último relatório abrange o período de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.</p>
<p>Atualização do conteúdo do relatório Ao preparar um novo relatório, a organização relatora poderá identificar informações que não sofreram mudanças desde o relatório anterior (como uma política que não foi alterada, por exemplo).</p>	<p>O relatório não indica as alterações com relação aos anos anteriores.</p>

FONTE: GRI E BRADESCO

9.3 – Processo de comprovação e verificação externa

Orientações do GRI	Banco Bradesco S/A
<p>Deverá ser conduzida por grupos ou indivíduos externos à organização, que sejam competentes e obedeçam a normas profissionais de verificação, ou envolver abordagens que sigam processos sistemáticos, documentados e comprovados, mas não dirigidos por uma norma específica.</p>	<p>Bradesco adota dois tipos de garantia externa para seu relatório: - Auditoria de dados, realizada pela KPMG. - Auditoria de confiabilidade e de processo de preparação do relatório, realizada pela BSD Consulting.</p>

FONTE: GRI E BRADESCO

9.4 – Aspectos relevantes para a análise do instrumento

Orientações do GRI	Banco Bradesco S/A
<p>Uma grade do Nível de Aplicação da GRI deverá ser incluída no relatório para mostrar que nível está sendo declarado e quem fez esta avaliação.</p>	<p>O Relatório apresenta nas páginas 62 e 63 a grade correspondente.</p>

FONTE: GRI E BRADESCO

9.5 – Itens e indicadores utilizados

Orientações do GRI	Banco Bradesco S/A
<p>Perfil Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança.</p>	<p>ANEXO A Itens e indicadores gerais e de desempenho do GRI e sua localização no relatório</p>
<p>Forma de gestão Dados cujo objetivo é explicar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização passíveis de comparação.</p>	<p>ANEXO A Itens e indicadores gerais e de desempenho do GRI e sua localização no relatório</p>
<p>Indicadores de desempenho Expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização, comparáveis.</p>	<p>ANEXO A Itens e indicadores gerais e de desempenho do GRI e sua localização no relatório</p>

FONTE: GRI E BRADESCO

O Banco Bradesco também utiliza outros instrumentos de avaliação relativos à sustentabilidade do mercado de capitais brasileiro e internacional. Desde 2006, compõe o *Dow Jones Sustainability World Indexes* (DJSI), índice da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) que reúne as companhias globais com as melhores práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental; e desde 2005 o Bradesco está entre as empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, a principal referência nacional para o investimento socialmente responsável e indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Pela análise do Relatório de Sustentabilidade do Banco Bradesco S.A. constatou-se que o relatório elaborado atende de uma forma consistente as orientações do GRI, o que justifica sua qualificação máxima no Nível A+.

10. PRINCIPAIS ASPECTOS ABORDADOS NA ENTREVISTA

A entrevista foi realizada no Departamento de Relações com o Mercado, do Banco Bradesco S.A., com o Sr. Luciano de Souza e a Sra. Aurélia Garcia Nunes, responsáveis diretos pela organização, compilação e elaboração do Relatório de Sustentabilidade da Organização, relativo a todas as unidades de negócios.

A ideia e o fator motivacional de migração para a utilização das Diretrizes do GRI foram a possibilidade de mapear as atividades realizadas pelo Banco, seguindo a orientação de critérios aceitos internacionalmente e alinhados com compromissos globais, cujo objetivo principal é atender aos princípios de transparência, confiabilidade, abrangência, relevância e comparabilidade. No processo de implantação e acompanhamento, duas áreas foram envolvidas: a Área de Comunicação e a Área de Sustentabilidade, localizadas no Departamento de Relações com o Mercado, com apoio de assessoria externa especializada.

A principal dificuldade encontrada durante o processo de implantação diz respeito a mudança de cultura e as condições necessárias para se “vender a ideia” da necessidade desta implantação. Por outro lado, um fator facilitador foi o envolvimento da diretoria, tanto na implementação quanto na capacitação interna.

A organização não abandonou os instrumentos até então utilizados, porém apresenta importantes diferenças entre estes e o modelo GRI. Enquanto estas são padronizadas e possuem indicadores padrão, o Relatório GRI propõe orientações de ações de sustentabilidade, sua ampla difusão e divulgação, utilizando valores qualitativos.

Perguntado sobre até onde as ações propostas pela GRI impactaram internamente a Organização, foi declarado que os seguintes fatos passaram a ser mais percebidos: inclusão bancária (produtos e serviços que possibilitam a inclusão bancária) com critérios

socioambientais no fornecimento de crédito; política de gestão socioambiental baseada na valorização dos funcionários e integrantes de toda a cadeia de valor (incentivo a carreira e treinamento de gestão sustentável), reforçando seu envolvimento com os compromissos do Pacto Global, com os Objetivos do Milênio e com os Princípios do Equador, materializados nos indicadores quantitativos seguidos pelo *Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI)*, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono eficiente (ICO2), também utilizados pelo banco, bem como em outras certificações e reconhecimento. Outras ações de investimentos socioambientais em educação, esporte, conservação, recuperação e preservação do meio ambiente. Impactaram diretamente na atual visão e missão da organização, alteradas em 2010. Promoveram a melhoria dos processos de coleta e informações da organização e o Compromisso crescente com as questões socioambientais nos grupos internos.

Para elaboração do relatório, a Organização construiu uma metodologia própria que compreendeu os seguintes passos: realização de ciclo de reuniões presenciais para capacitação dos gestores de departamentos; construção de uma matriz de materialidade, com auxílio de *stakeholders* a partir dos eixos sociedade e estratégia de negócios; realização de entrevistas com executivos da organização e por fim o cruzamento de dados com os índices *Dow Jones* e ISE com os do GRI. Este processo tornou-se permanente.

Foi solicitada uma breve descrição da avaliação externa do relatório, mais especificamente com relação aos procedimentos operacionais, que teve a seguinte resposta: *“Os procedimentos de asseguarção limitada¹⁷ do Relatório de Sustentabilidade 2011 realizados pela KPMG compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração do relato; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; (c) confronto, em base de amostragem, das informações quantitativas e qualitativas com os indicadores divulgados no Relatório; e (d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis. A BSD Consulting também executou um processo de verificação independente do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2011. A abordagem de verificação do processo AA1000 constitui em: avaliação do texto do Relatório de Sustentabilidade 2011, análise da*

¹⁷ Trabalhos de asseguarção: que não sejam de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas, que estão sujeitos a normas específicas. Asseguarção Limitada: é reduzir o risco do trabalho a um nível aceitável de circunstâncias, para dar suporte a uma conclusão do auditor independente na forma negativa, ou seja, o auditor independente conclui que não tem conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações sujeitas à Asseguarção Limitada.

continuação do projeto de implantação da norma AA1000ES, análise do mapa de stakeholders atual, análise de assuntos relevantes no contexto atual e entrevistas com participantes do processo. Foram entrevistados executivos gestores e funcionários de áreas-chave em relação à relevância das informações para o relato”.

Após a avaliação externa, ocorre a divulgação do relatório para todos os públicos estratégicos da organização, apresentado anualmente na Assembléia Geral de Acionistas, de forma impressa e eletrônica. Oportunamente, em eventos para acionistas e investidores.

A estrutura de gestão e controle das práticas socioambientais é a seguinte: O Departamento de Relações de Mercado é o responsável, dividido em duas áreas de controle (Área de Responsabilidade Socioambiental e Área de Gestão e Monitoramento Socioambiental de Projetos), responsáveis por projetos estratégicos e discussão de grandes temas ligados à sustentabilidade, possuindo um Comitê Executivo de Sustentabilidade que se reporta diretamente ao Diretor Presidente.

O planejamento estratégico incluiu, a partir de 2011, os temas da sustentabilidade. Passou a compreender o conceito de negócio sustentável, previu a inclusão financeira, incluindo os valores do Bradesco a todos os serviços e produtos bancários. Adequou os produtos, serviços e soluções às necessidades dos diversos segmentos e clientes. Encontra-se em 2012 na segunda fase, buscando a consolidação e expansão por meio de painel de diálogo com os *stakeholders*.

A adoção das Diretrizes do GRI foi considerada como causadora de impacto positivo da Organização com o reconhecimento internacional. Como lição apreendida, destaca-se o aprimoramento e aperfeiçoamento de práticas socioambientais. O relatório, além de sensibilizar, está promovendo o engajamento dos *stakeholders* em relação ao desenvolvimento sustentável.

Não foi possível ainda aperfeiçoar um sistema de apuração dos custos específicos desta implantação, tais gastos são atualmente apropriados ao Departamento de Relações com o Mercado.

11. UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA SOBRE O RELATÓRIO GRI

O progresso acelerado vivenciado pelas sociedades ao redor do mundo exigiu um elevado custo social e ambiental, fato que vem preocupando cada vez mais cientistas, acadêmicos e políticos. Esta preocupação tem levado a responsabilidade na busca das formas mais adequadas de avaliação dos reflexos socioambientais das atividades desempenhadas pelas organizações.

Na onda das reflexões socioambientais o conceito de ecoeficiência se expande e se alinha às expectativas da sustentabilidade corporativa das empresas adotando vários modelos de gestão ambiental de forma conjugada como a ISO 14001, ACV, produção mais

limpa e emissão zero, entre outros. A necessidade de transparência incentiva as organizações a buscar melhor desempenho socioambiental e de investirem nessa direção. A adoção de práticas de sustentabilidade exige forma adequada de avaliação e de acompanhamento.

Segundo Pereira (2005), a avaliação do desempenho organizacional e a efetividade na implementação de medidas ecoeficientes são reveladas a partir do uso de indicadores, que, ao serem transformados em números índices, podem ser objeto de comparação. E é a partir da medição desses indicadores que a empresa pode reportar o seu desempenho sob a forma de balanços sociais, de relatórios sócio-ambientais ou ainda de relatórios de sustentabilidade empresarial.

Esse tipo de documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora. O objetivo principal dos Relatórios de Sustentabilidade consiste no monitoramento dos indicadores com medições transparentes, verificáveis e, conseqüentemente, relevantes, tanto para os gestores, como para as diversas partes interessadas, estimulando assim melhoras no desempenho das atividades ou processos da empresa (AMARAL, 2003).

Na atualidade existe número significativo de modelos para orientar as empresas na construção de seus relatórios com informações ambientais e sociais. Entre muitos dos modelos de avaliação encontra-se o *Global Reporting Initiative* (GRI), que tem por finalidade o desenvolvimento de normas globais de elaboração de relatórios de sustentabilidade e por missão satisfazer necessidade de padronização, oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades. O relatório GRI é uma ferramenta importante de prestação de contas por parte das empresas, porque de alguma forma é a única que envolve todas as suas partes interessadas na sua elaboração, e endereça a todas no seu conjunto de indicadores.

O objetivo do relatório, segundo o grupo GRI, é descrever a capacidade de impacto da organização nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável.

No âmbito internacional, o modelo proposto pelo GRI é reconhecido e adotado em todo mundo, apresentando cerca de 100 indicadores que estão em constante processo de mudança e aperfeiçoamento. Sua principal característica radica na sua adaptabilidade frente a organizações de todos os tamanhos, setores e localidades, pois não existe um jeito único de se fazer um relatório, mas as suas diretrizes preconizam que a padronização facilita as comparações essenciais para avaliar o estágio da evolução sustentável das instituições. O relatório deve conter informações tanto positivas como negativas, objetivando avaliar o desempenho da organização frente às estratégias desenvolvidas ao decorrer da gestão rumo ao desenvolvimento sustentável. A divulgação do relatório permite que a organização

demonstre suas iniciativas e seus resultados. Sendo o GRI considerado como um relatório rigoroso, detalhado e padronizado nos seus indicadores, permite que os resultados organizacionais sejam divulgados, ampliados e avaliados de forma séria, promovendo o destaque das organizações que conseguem obter uma boa avaliação de seu desenvolvimento sustentável.

O interesse em avaliar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade publicados de acordo com as diretrizes propostas nos modelos da GRI motivou autores como Dias (2006) e Carvalho (2007) a desenvolver pesquisas com o intuito de avaliar o efetivo cumprimento das diretrizes propostas pela GRI no tocante à publicação de seus indicadores. Segundo Barbosa (2005) *apud* Dias, Gomes e Siqueira (2009, p. 136), o mais sofisticado e completo modelo de balanços sociais é o GRI, pois abrange desde o tópico impacto ambiental até aspectos qualitativos do desempenho dos investimentos sociais de uma entidade.

As suas diretrizes resultam de um processo de discussão entre uma grande multiplicidade de grupos de interesse. Elas têm, portanto, um grande peso de representatividade e orienta as empresas a tornarem certas informações públicas, o que faz com que elas sejam cobradas por certos desempenhos e estimulam a melhora contínua, além de oferecer possibilidades de atitudes mais proativas e transparentes por parte das organizações em relação às suas ações.

Portanto, as corporações que adotam o GRI o fazem sem um forte compromisso de medir e divulgar suas práticas, não há um mecanismo explícito no instrumento que o exija, basta apenas reportar, pois na prática não há como fazer verificações de congruência entre aquilo que foi reportado e as efetivas ações relatadas.

Assim mesmo, o relatório pode dar valioso suporte à melhoria contínua do desempenho ao longo do tempo, no entanto a maleabilidade na apresentação das informações pode dificultar a comparabilidade do desempenho, já que não existem padrões ou roteiro definido para a apresentação dos indicadores. Esse fato incomoda na medida em que uma das principais funções desses relatórios é a possibilidade de estimular o *benchmarking* e a comparação de desempenho entre organizações.

Quando se trata de informações e indicadores quantitativos, normalmente apresentados de forma visual, essas possibilidades são facilmente atingidas. Quando as informações e indicadores são qualitativos, estes se encontram dispostos e dispersos ao longo do texto, sem uma sequência que necessariamente facilite a comparabilidade e a tomada de decisão.

Os relatórios são muito grandes, cheios de fotografias e com pouco conteúdo objetivo e de qualidade. A maior parte das empresas só publica suas práticas e resultados positivos, sendo difícil encontrar relatórios que expõem de fato os riscos e problemas que a empresa teve naquele determinado ano. Isto reforça a dificuldade de se localizar nestes relatórios informações específicas com exatidão e clareza.

Pode-se questionar também a ausência de metas associadas aos indicadores de desempenho (econômico, ambiental e social). Essa ausência, aliás, é característica marcante de todas as ferramentas que têm como proposta serem abrangentes a todos os setores e portes de organizações.

Apesar de uma valiosa ferramenta de avaliação interna, o modelo GRI também não exige realizar verificações externas, cada vez mais importantes para garantir a credibilidade do relatório. Este é o mais importante desafio da iniciativa (BEZERRA, 2007). Neste sentido Moneva *et al.* (2006) sugerem que não é suficiente fornecer um modelo de relatório corporativo social e acreditar que as organizações possam assumir por elas mesmas atitudes responsáveis. Esta reforma administrativa precisaria de monitoramento e registro de dados que estejam relacionados com uma avaliação do quanto a organização estaria sendo (in)sustentável, podendo desta maneira avaliar e monitorar o progresso da organização em vias da sustentabilidade.

Neste contexto, Bezerra (2007) e Moneva *et al.* (2006) enfatizam que alguns conceitos podem ser reformulados e aprimorados, como a instituição de um pilar econômico. O mais importante é o fato de que esta informação econômica citada nas diretrizes é originada a partir de um processo de mudança de esquemas tradicionais de contabilidade até esquemas mais sofisticados que tentam ilustrar relações econômicas e seus impactos, diretos e indiretos, que as empresas apresentam com seus *stakeholders*.

Mesmo o uso de um modelo como o GRI não é garantia de informação de qualidade. É o que mostra o trabalho de Dias (2006), que confrontou por meio de um índice denominado Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais (GAPIE), o que as diretrizes do GRI solicitam com os indicadores efetivamente publicados pelas organizações, encontrando grandes disparidades. Enquanto empresas como Natura, CPFL e Petrobras publicam, em alto grau, o que é requisitado, atingindo um considerável grau de aderência plena aos indicadores essenciais do modelo GRI de, respectivamente, 95,83%, 93,62% e 81,63%, outras, como Copesul e Souza Cruz, atingem índices de apenas 24% e 6%, respectivamente. Em suma, publicam muito pouco do que o modelo solicita em termos de indicadores socioambientais.

O estudo de Silva Fernandes, Siqueira e Gomes (2010), reforça a importância de ferramentas como as diretrizes do GRI para avaliação de indicadores de sustentabilidade, mas também alertou quanto à necessidade de mais objetividade na definição dos indicadores, após a verificação da quantidade de Unidades de Informação requeridas em um único indicador. Também apontou para um padrão de apresentação, convergência para um movimento de relatórios mais padronizados, com indicadores mais objetivos para facilitar a verificação dos usuários.

Percebeu-se que os relatórios de sustentabilidade têm alto potencial para instrumento de análise, mas é necessário incentivar melhorias em aspectos como

padronização e transparência para que sejam usados com mais constância e confiabilidade no processo de tomada de decisões. O descasamento de prazos é uma questão muito relevante. As informações sociais e ambientais estão sempre muito defasadas em relação às informações financeiras

11.1 – Limitações e desafios para a próxima versão do GRI

A primeira limitação encontrada diz respeito ao desequilíbrio quantitativo de indicadores entre os pilares do *Triple Bottom Line*. Neste aspecto, como os indicadores econômicos representam minoria, dificulta uma melhor avaliação por parte de possíveis investidores, corroborado pelo desencontro do período de publicação de balanços e demonstrações contábeis com o relatório de sustentabilidade.

Outra limitação refere-se a inexistência de métricas referenciais que possibilitem uma comparabilidade entre o relatado e o resultado das ações socioambientais. Torna-se necessário criar mecanismos de pressão e controle para que as empresas adotem políticas de ações de melhoria sobre os impactos ambientais, com efetividade, ou seja, que possam demonstrar quantitativamente aquilo que poluíram e aquilo que recuperaram.

Outro aspecto que deve ser considerado é que as empresas têm liberdade para escolha dos indicadores que deseja reportar, isto favorece a escolha daqueles indicadores que estão representando resultados benéficos à imagem das mesmas. Uma das formas de se buscar maior transparência neste sentido, talvez seja a inclusão de *stakeholders* externos na escolha dos indicadores mínimos para publicação.

Também é livre às empresas adotarem o relatório GRI, assim como é livre o abandono da utilização do mesmo, não havendo obrigatoriedade de registro oficial na adoção nem quando da desistência da utilização deste relatório de sustentabilidade. Criar a obrigatoriedade de registro num portal de controle das empresas que adotam o GRI, informando periodicamente todas aquelas que reportam os relatórios bem como aquelas que o abandonaram, as quais deverão permanecer durante um determinado tempo no portal e informar as causas do abandono, pode se tornar uma maneira mais eficiente para controle e responsabilização destas empresas.

Destacam-se outros desafios para as próximas versões do GRI: Harmonizar o relatório com outros instrumentos para aumentar a transparência e a comparabilidade; possibilitar a comparabilidade entre empresas do mesmo setor e características, possibilitando a vantagem da competição sadia; padronização das informações, para melhoria da clareza no relacionamento com o entorno e a recuperação da biodiversidade, bem como da forma de apresentação do relatório; e reavaliar o seu conceito de materialidade, indicando de forma mais objetiva o que deve ser reportado pelas empresas.

12. CONCLUSÃO

Pela análise do Relatório de Sustentabilidade do Banco Bradesco S.A. juntamente com as informações fornecidas na entrevista com os responsáveis da organização, constatou-se que o relatório elaborado atende de uma forma consistente as orientações do GRI, o que justifica sua qualificação máxima no Nível A+.

Diferentemente dos outros instrumentos de avaliação, os relatórios GRI, não apresentam uma forma homogênea (padrão) para sua elaboração. Os indicadores GRI estão distribuídos no seu conteúdo, de forma personalizada por cada entidade, o que dificulta de certa forma a localização destes, pelos *stakeholders*. Assim, há dificuldade de alocação de determinados indicadores para um ou outro pilar da sustentabilidade. As iniciativas carecem de quantificação, para efetiva análise do impacto dessas questões no balanço da empresa. Quanto uma iniciativa ambiental gerou de contribuição na margem do produto, ou quanto uma iniciativa trabalhista contribuiu na redução da rotatividade, e por consequência na redução de custos de contratação, por exemplo.

Outra observação encontrada com mais frequência na literatura é que o relatório GRI contempla em mais de 50% dos indicadores a área social. A percepção é que falta ainda estrutura suficiente do GRI para monitorar os relatórios atribuindo à função a empresas independentes, as quais poderão ter avaliações diversas para diferentes organizações.

A adoção do relatório pelo Banco Bradesco S.A., promoveu impactos significativos em processos e práticas internas na Organização, sendo considerado por eles como um dos principais instrumentos para divulgar aos públicos de relacionamento e à sociedade em geral as informações que demonstram a visão, a missão e a estratégia para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, S. P. **Estabelecimento de indicadores e modelo de relatório de sustentabilidade ambiental, social e econômica: uma proposta para a indústria de petróleo brasileira**. Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ, 2003. 251p. Tese (Doutorado em Planejamento Energético e Ambiental) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- BEBBINGTON, J., GRAY, R., HIBBITT, C., & KIRK, E. **Full cost accounting: An agenda for action. ACCA research report 73**, London, 2001.
- BEZERRA, R. B. **Responsabilidade social corporativa: uma proposta metodológica para orientação de iniciativas**. Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ, 2007 131p. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

- CARVALHO, Fernanda de Medeiros. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas**. Dissertação (Mestrado) – FACC/UFRJ, 2007.
- DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da utilização dos indicadores da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Os indicadores ambientais no balanço social da Petrobras. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (orgs.). **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- GRI – **Global Reporting Initiative**. Disponível em <http://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 13 Abr. 2012.
- HAIR, Joseph F. Jr. BABIN, Barry. MONEY, Arthur H., SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- <http://www.bradescom.com.br/site/conteudo/visao/historia.aspx?secaold=774>. Acesso em 18 de Maio de 2012.
- <http://www.bancodoplaneta.com.br/site/>. Acesso em 18 de Maio de 2012.
- <http://www3.braskem.com.br/upload/rao/2010/pt/>. Acesso em 15 de Junho de 2012.
- MONEVA, J. M.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. **Accounting Forum**, v. 30, n. 4, p. 121-137, 2006.
- PEREIRA, L. F. R. **Aspectos conceituais da ecoeficiência no contexto do desenvolvimento sustentável**. Niterói: UFF, 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: Gestão do Meio Ambiente. Niterói, 2005.
- SILVA FERNANDES, F.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M.Z. A decomposição do modelo Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. **Revista do BNDES**, v. 34, dez, 2010.

ANEXO I

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA DO GRI

- a) **Conselho Diretor**
Composto de 16 membros detém a responsabilidade fiduciária, financeira e legal pela GRI, incluindo a estratégia organizacional e a deliberação final referente ao desenvolvimento da Estrutura de Relatórios;
Recebe recomendações estratégicas e políticas do Conselho de Stakeholders, e técnicas do Comitê Consultivo Técnico (TAC).
- b) **Conselho de Stakeholders**
Grupo composto de 48 pessoas nomeadas segundo um equilíbrio geográfico e de stakeholders, é o fórum formal de política de stakeholders que discute e delibera sobre questões-chave relativas a política e estratégia da GRI;
Faz recomendações ao Conselho Diretor sobre questões políticas e estratégicas.
- c) ***Technical Advisory Committee***
Doze (12) especialistas internacionais que dão suporte à manutenção da qualidade e coerência geral da Estrutura de Relatórios da GRI, fornecendo aconselhamento sobre sua arquitetura geral e conhecimentos de alto nível técnico para o Conselho Diretor e para a rede GRI.
- d) **Stakeholders Organizacionais**
Organizações e indivíduos que são os pilares da estrutura de governança da GRI ajudam a manter a integridade das Diretrizes da GRI e são partes integrante da rede GRI.
- e) **Secretaria**
Com aproximadamente 25 pessoas, sediada em Amsterdã, Holanda, que implementa o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Diretor, incluindo o engajamento e construção da rede e coordenação dos processos dos grupos de trabalho que resultam em novas e melhores estruturas de relatórios.

ISE – ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Abordagem crítica sobre processo de seleção da carteira

Reynaldo Schirmer Peçanha*

RESUMO

O ISE é um instrumento de mercado da BM&FBOVESPA e tem como objetivo reunir empresas que se destacam entre as 200 com ações mais líquidas listadas na Bolsa e que possuem propósitos em tornar seus negócios sustentáveis. Essas empresas respondem a um questionário de avaliação estruturado em sete dimensões sobre gerenciamento de recursos e riscos. A proposta desse ensaio é realizar uma abordagem crítica sobre o processo de seleção do ISE. A investigação sugere que, embora o índice tenha um longo caminho a percorrer no sentido de tornar-se um benchmark, ainda não convenceu parte dos investidores de que é a melhor referência para aplicações em companhias com as mais destacadas práticas sustentáveis. Existem, também, críticas quanto à complexidade do processo de formação de sua carteira, visto que a BM&FBOVESPA se utiliza de informações transmitidas pelas próprias empresas, e não apenas dos dados públicos. É importante que se verifique, também, que, além das perspectivas futuras para o ISE, está em pauta, com maior relevância, um processo de evolução e aprendizado do próprio mercado dos investimentos sustentáveis no Brasil, no qual os ganhos de visibilidade com relação à imagem das empresas, mesmo que transitórios, possam tornar factível o lucro sustentável.

Palavras-chave: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); sustentabilidade; mercado de capitais; BM&FBOVESPA; *triple bottom line*.

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como proposta efetuar uma abordagem crítica sobre a eficácia do processo de seleção da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) criado pela BM&FBOVESPA, uma companhia de capital aberto, constituída, em 2008, a partir da fusão das operações entre a Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros.

O investimento nos Estados Unidos, em SRFs (Socially Responsible Funds), como são conhecidos os fundos de investimentos que utilizam princípios de responsabilidade social, existem desde os anos 1980 e atualmente movimentam mais de 3 trilhões de dólares no mercado financeiro. Na década de 1990, tiveram um desempenho 15% superior aos fundos “tradicionais”, de acordo com o Dow Jones Sustainability Index (ABRAPP, 2012). De

* Especialista em Planejamento Estratégico Empresarial (2003), Bacharel em Administração (2002), todos cursados na Universidade Nove de Julho. Atualmente é docente na UNINOVE. Possui experiência na área de Educação e Recursos Humanos em Instituição do Terceiro Setor.

2007 a 2010, esse tipo de investimento teve uma taxa de crescimento de mais de 13%, passando de 2,71 trilhões de dólares em 2007. Quase um em cada oito dólares sob gestão profissional nos EUA hoje está envolvido em investimento sustentável e responsável (The Forum Sustainable and Responsible Invest, 2012).

Segundo o DJSI, é crescente o número de investidores que diversificam suas carteiras, investindo em empresas que incorporam melhores práticas baseadas no conceito de sustentabilidade. O investimento socialmente responsável tem crescido naquele país e reconhece que a responsabilidade corporativa e as preocupações sociais são partes válidas de decisões de investimento.

No Brasil, desde 2001, por iniciativa de alguns bancos, foram lançados os primeiros Fundos Socialmente Responsáveis trazendo a possibilidade de se investir em empresas que se destacam por sua atuação socioambiental e postura diante de seus *stakeholders*. O investimento socialmente responsável (SRI) atingiu R\$ 742 milhões no início de 2012, apontando um crescimento de 55,34% em relação a 2006, ou seja, menos de 1% do total de ativos (BM&FBOVESPA, 2012).

1.1 – Rio+20

Um dos temas da pauta da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Sustentabilidade e Redução da Pobreza, foi a discussão sobre indicadores de desenvolvimento sustentável, que tem no Produto Interno Bruto (PIB) seu maior referencial como indicador de progresso para muitas nações. Conforme Marcovitch (2011), “tal como vigora hoje, o PIB, segundo os seus críticos, mascara os índices de desigualdade e não leva em conta externalidades que influem em sua composição, principalmente os impactos sociais e ambientais”.

Atualmente existem diversas ferramentas para análises comparativas da *performance* de importantes empresas no mundo, que, estruturadas em dimensões, critérios e indicadores, tentam estabelecer de maneira integrada uma carteira com empresas cujos investimentos são socialmente responsáveis, gerando valor para o acionista no longo prazo com mensagem positiva de governança corporativa, tornando-as mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e na área de mudanças climáticas.

A exemplo de outros importantes índices mundiais como o DJSI, o FTSE4Good Series e o Johannesburg Stock Exchange SRI Index, o ISE foi criado no Brasil com o principal objetivo de refletir o retorno de uma carteira composta de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho adota o método científico no qual segundo Cerro, Bervian e Silva (2007), “se deseja descobrir a realidade dos fatos, e estes, por sua vez, ao serem descobertos devem guiar o uso do método”. A técnica adotada foi a coleta de dados por meio de entrevistas e questionários, associada à pesquisa bibliográfica.

Para o levantamento de informações a respeito do tema, foram pesquisados *sites*, trabalhos, publicações e estudo de caso envolvendo o Grupo CCR.

Os critérios para a escolha da empresa deu-se em razão de a CCR fazer parte do ISE desde sua criação, possuir aspecto ambiental crítico ligado a alguns de seus negócios, pertencer a um setor com baixa representatividade na carteira do índice e ter sido uma das oito empresas, dentre as 38 que autorizaram a divulgação do questionário respondido no processo de elegibilidade.

Foram realizadas visitas e entrevistas adotando questionários com perguntas abertas para que informações adicionais pudessem ser acrescentadas durante a elaboração do ensaio, com ênfase na investigação e na procura de respostas com relação ao objeto deste trabalho. As entrevistas foram semiestruturadas (focadas), ou seja, os respondentes foram entrevistados por certo período de tempo, segundo um roteiro de perguntas no qual houve certo grau de informalidade, oportunizando, assim, o bom encaminhamento do processo.

3. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE

3.1 – Origem

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar, segundo a BM&FBOVESPA (2012), um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. Com início em 2005, foi originalmente financiado pela International Finance Corporation (IFC), ramo do setor privado do Banco Mundial, e sua estrutura metodológica é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

O índice, quarto indicador do tipo no mundo e primeiro na América Latina, foi inspirado nas experiências internacionais de outros indicadores que, por iniciativa da própria BM&FBOVESPA, reuniu um grupo de entidades na decisão de criar um índice que fosse um *benchmark* na área de sustentabilidade empresarial (Marcondes & Barcarji, 2010).

Atualmente, a BM&FBOVESPA preside o Conselho do ISE formado pelas seguintes organizações: Associação Brasileira das Entidades Fechadas da Previdência Complementar – ABRAPP; Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais –

ANBIMA; Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – ABIMEC; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – ETHOS; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON; Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE; International Finance Corporation – IFC; Ministério do Meio Ambiente – MMA; Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Segundo Rubens Mazon, que na época da criação do ISE era o coordenador geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), “essas instituições foram inicialmente os impulsionadores da ideia e ajudaram a legitimar a necessidade do Índice na Bolsa” (Marcondes & Barcarji, 2010).

3.2 – O Índice

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. Em síntese, o ISE é firmado no tripé da sustentabilidade, o *triple bottom line* e tem como objetivo básico ser um *benchmark* para os fundos éticos.

Desde a primeira versão, lançada em dezembro de 2005, as empresas são divididas em dois níveis de impacto: alto e moderado. As perguntas encaminhadas às empresas são as mesmas, porém recebem ponderações diferentes na avaliação final (Beato, 2007). O quadro a seguir mostra os setores de atividades de acordo com o nível de impacto ambiental da forma como eram avaliados em 2005.

SETORES DE ALTO IMPACTO AMBIENTAL	
Água e Saneamento	Armas e Munições
Bebidas	Carnes e Derivados
Energia Elétrica	Exploração de Rodovias
Fertilizantes e Defensivos	Fumo
Gás	Grãos e Derivados
Madeira e Papel	Máquinas e Equipamentos Industriais
Material de Construção	Material de Transporte

Mineração	Motores e Compressores
Papel e Celulose	Petróleo e Gás
Petroquímicos	Produtos de Uso Pessoal
Produtos de Limpeza	Siderurgia e Metalurgia
Transporte	
SETORES DE MODERADO IMPACTO AMBIENTAL	
Análises e Diagnósticos	Bicicletas
Calçados	Comércio
Têxtil	Vestuário

Quadro 1 – Classificação dos setores de acordo com o impacto ambiental na Bovespa

Fonte: Bolsa de Valores de São Paulo (2007 *apud* Beato, 2007, p. 185)

Atualmente essa divisão é realizada por grupos identificados por letras, nos quais as empresas são enquadradas de acordo com o impacto gerado por seus produtos e serviços praticados no mercado, conforme quadro a seguir:

GRUPO A	Aspecto Ambiental Crítico	Recursos Naturais Renováveis	Cervejas e Refrigerantes; Cigarro e Fumo; Madeira, Papel e Celulose; Água e Saneamento; Energia Elétrica (Geração e Transmissão); Açúcar e Álcool; Agricultura (Produção).
GRUPO B	Aspecto Ambiental Crítico	Recursos Naturais não Renováveis	Artefatos de Cobre; Ferro e Aço; Fertilizantes; Minerais Metálicos; Petróleo e Gás (Exploração e ou Refino); Petroquímicos; Siderurgia.

GRUPO C	Aspecto Ambiental Crítico	Matérias-primas e insumos	Acessórios; Fios e Tecidos; Armas e Munições; Automóveis e Motocicletas; Alimentos diversos; Brinquedos e Jogos; Calçados; Computadores e Equipamentos; Construção Civil; Construção Pesada; Couro; Defensivos; Embalagens; Equipamentos Elétricos; Eletrodomésticos; Exploração de Rodovias (considerando as atividades de duplicação, manutenção, ampliação); Laticínios; Máquinas e Equipamentos Agrícolas e de Transporte; Máquinas e Equipamentos Hospitalares; Máquinas e Equipamentos Industriais; Material Aeronáutico; Material Ferroviário; Material Rodoviário; Montadoras de Bicicletas; Motores, Compressores e outros; Produtos de Limpeza; Produtos de Uso Pessoal; Utensílios Domésticos; Vestuário.
GRUPO D	Transporte e Logística		Aluguel de Carros; Serviços de Apoio e Armazenagem; Transporte Aéreo; Transporte Ferroviário; Transporte Hidroviário; Transporte Rodoviário; Distribuição de Combustíveis e Gás; Distribuição de Energia Elétrica.
GRUPO E	Serviços		Comércio de Máquinas e Equipamentos, Comércio de Material de Transporte; Engenharia Consultiva; Exploração de Imóveis; Serviços Diversos; Intermediação Imobiliária; Comércio; Alimentos, Livrarias e Papelarias; Medicamentos, Produtos Diversos; Tecidos, Vestuários e Calçados; Análises e Diagnósticos, Serviços Educacionais; Serviços Médicos e Hospitalares, Hotelaria; Parques de Diversão; Jornais, Livros e Revistas; Telefonia Fixa e Móvel; Televisão por Assinatura.
GRUPO IF	Serviços Financeiros		Instituições Financeiras e Seguradoras

Quadro 2 - Adaptado pelo autor

Fonte: GVces (2012)

Nota-se que as empresas classificadas nos grupos A, B e C possuem aspecto ambiental crítico e os grupos D, E e IF não apresentam quaisquer observações com relação ao seu potencial poluidor ligadas aos seus negócios. Pode-se notar, por exemplo, que no grupo D são enquadradas empresas do setor de transporte aéreo que, segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, somente no Brasil, em voos domésticos, respondem por

emissões de CO₂ cujo crescimento em 15 anos (de 1990 a 2005) foi de 53,4% (MCT, 2010). Além disso, diversas instituições financeiras que fazem parte do ISE estão classificadas no grupo IF e embora possuam ações sustentáveis em seus negócios são potenciais poluidoras quando, por exemplo, financiam ações creditícias de outras organizações que, muitas vezes, apresentam práticas questionáveis nas áreas ambiental, social e de governança corporativa. Uma revisão, portanto, quanto ao enquadramento das empresas pertencentes aos grupos D, E e IF com algum tipo de indicação sobre a classificação de seus aspectos ambientais seria pertinente para o sistema de avaliação realizado com o encaminhamento dos questionários às companhias.

3.3 – Composição da Carteira

A primeira carteira do ISE vigorou de 1º de dezembro de 2005 a 30 de novembro de 2006. Fizeram parte do índice da Bolsa 26 organizações, que responderam de forma autodeclaratória aos questionários encaminhados pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV(GVces), área que tem, atualmente, responsabilidade pela formulação, encaminhamento e tabulação do processo.

As empresas que são aprovadas a compor o ISE garantem para si o prazo de um ano de visibilidade na carteira e autorização para exibir o selo associado à exposição de sua imagem no mercado onde atuam. O processo do Índice de Sustentabilidade Empresarial é revalidado a cada ano, quando as organizações se submetem aos critérios estabelecidos pelo processo de elegibilidade estabelecido pelo Conselho do ISE (CISE), nos quais são rigorosamente observados aspectos quantitativos e qualitativos sobre os questionários respondidos nas sete dimensões estabelecidas pela BM&FBOVESPA.

Já em sua sétima edição, o ISE reúne 51 ações de 38 companhias, que representam 18 setores e somam R\$ 961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa (BM&FBOVESPA, 2012).

Das 37 empresas da carteira anterior, 36 foram selecionadas também para a carteira atual. E duas companhias ingressaram: **CCR** e Ecorodovias, trazendo novamente para o ISE o setor de transportes. Com 38 companhias, a carteira de 2012 está próxima do limite máximo, que é de 40 empresas (FGV-GVces, 2012).

Na edição do ISE em 2008/2009, o grupo CCR esteve ausente da carteira no mesmo período em que outras empresas como Petrobras, WEG, Copel e Aracruz deixaram de participar do índice. Os motivos das ausências são diversos, mas no caso da CCR tal fato foi justificado pela própria empresa, por ter ocorrido um enrijecimento nos critérios qualitativos de avaliação.

Foram convidadas para participar da carteira 2012, segundo o GVces, 182 companhias que detêm as 200 ações mais líquidas da Bolsa e que, desse total, 54

responderam ao questionário de avaliação, sendo que seis aderiram ao processo como treineiras, para a qual procurarão se preparar para os anos vindouros.

A seguir, é apresentado o quadro com a atual carteira de 2012, na qual constam 38 empresas de diferentes setores que responderam aos questionários.

AES Tietê*	Braskem	Coelce*	Ecorodovias	Even	Itaú- Unibanco	Santander	Tractebel
Anhanguera	BRF Brasil Foods	Copasa	Eletronbras	Fibria	Light S/A	Sulamérica	Ultrapar
Bicbanco*	CCR*	Copel	Eletropaulo*	Gerdau	Natura*	Suzano Papel	Vale
Bradesco	Cemig	CPFL Energia	Embraer	Gerdau Met	Redecard	Telemar	
Banco do Brasil*	Cesp	Duratex	Energias do Brasil*	Itausa	Sabesp	Tim Part S/A	

Quadro 3 – Carteira ISE 2012

Fonte: (BM&FBOVESPA, 2012)

* Empresas que autorizaram a divulgação das respostas do questionário.

Diante do quadro apresentado, constata-se que 21% do total das empresas na carteira autorizaram divulgar seus questionários, evidenciando prática transparente para que investidores, consultores, empresas e público em geral possam ter conhecimentos sobre as práticas dessas organizações nas sete dimensões estabelecidas no processo.

Isso não significa, necessariamente, que as outras empresas não sejam transparentes ou não sejam sustentáveis em relação aos seus processos organizacionais, mas isso desperta alguns questionamentos, a saber:

- a) por que a maioria das empresas não autoriza a divulgação de seus questionários, visto que o índice tem como objetivos precípuos tornar-se um *benchmark* para outras empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável?
- b) Se as empresas participam de um processo de entrada em um índice que tem como premissa básica a transparência em seus processos, qual seria a razão de não haver um dispositivo normativo com relação à obrigatoriedade da divulgação dos questionários respondidos de todas as empresas eleitas para o ISE?

c) Será que os investidores — que desejam investir nas ações de alguma dessas empresas — podem contar apenas com informações fornecidas pelas empresas e com restrição a apenas algumas delas?

A situação requer um estudo mais apurado por parte do Conselho do ISE, pois as críticas sobre a eficácia do instrumento têm aumentado principalmente por parte daqueles que não vêm sentido em um índice com critérios muito mais qualitativos que quantitativos.

Recentemente, a GVces divulgou informações sobre a carteira 2012 na qual se evidenciam os pontos fortes do processo, a saber:

- a. 100% das companhias possuem compromisso com o desenvolvimento sustentável formalmente inserido em suas estratégias;
- b. 92% mantêm programa de sensibilização e educação sobre o tema;
- c. 92% aderiram formal e publicamente a compromissos voluntários amplamente legitimados, relacionados ao desenvolvimento sustentável, comprometendo todas as suas unidades, subsidiárias ou controladas;
- d. 90% possuem Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade Empresarial formalmente estabelecido;
- e. 87% possuem diretoria que se reporta diretamente à alta direção da companhia (primeiro escalão) com atribuição de tratar questões relativas à sustentabilidade;
- f. 84% buscam identificar os temas mais relevantes relativos à sustentabilidade, por meio de um processo estruturado de verificação de seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, conduzido com participação das principais partes interessadas;
- g. 100% publicaram Relatório de Sustentabilidade no último ano; e
- h. 90% utilizam as diretrizes da GRI como referência para a elaboração do relatório.

Características da Carteira:

- I. Composta de até 40 empresas selecionadas entre as emissoras das 200 ações mais líquidas na BM&FBOVESPA;
- II. Participação voluntária;
- III. Carteira revista anualmente;
- IV. Metodologia baseia-se em questionário e envio de evidências;
- V. Elaborada por meio de processo participativo.

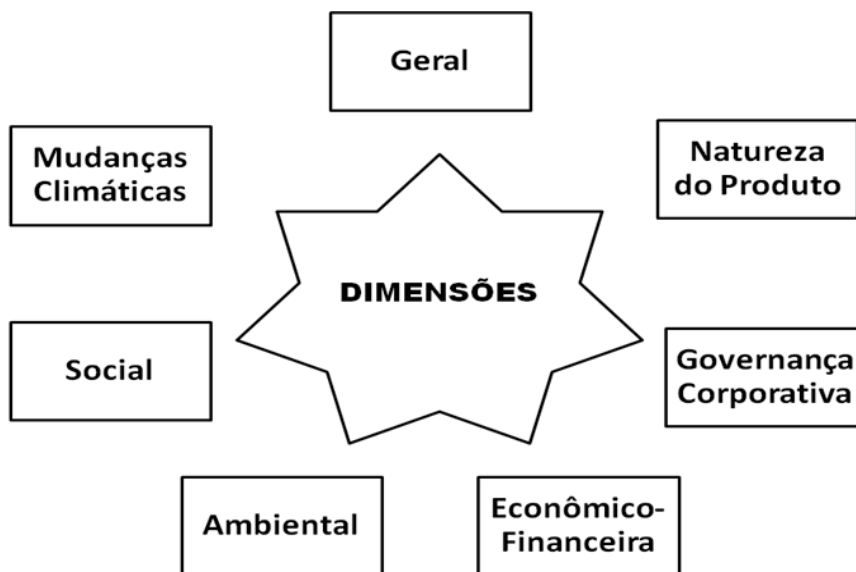
Em relação às características citadas é importante observar que o ISE possui um caráter limitador, pois empresas de pequeno e médio porte não podem participar do índice pelos critérios atualmente estabelecidos pela BM&FBOVESPA. Seria oportuno ofertar essa possibilidade para que as organizações possam demonstrar ao mercado se têm ou não capacidade de evoluir em suas práticas com o viés da sustentabilidade. Embora ocorra uma revisão anual do índice, abre-se a possibilidade de empresas que hoje integram o indicador praticarem *lobby* de permanência no índice, visto que são conhecedoras da metodologia praticada no processo e possuem robustas estruturas internas. Isso favorece a possibilidade de permanência na carteira, em detrimento, também, de um sistema de avaliação mais qualitativo que quantitativo. Sugere-se, ainda, que a elegibilidade dessas companhias esteja baseada não somente em informações fornecidas por elas, mas que os critérios possam considerar informações públicas.

3.4 – Da obtenção dos dados

A GVces foi escolhida pelo CISE – Conselho Deliberativo do ISE, presidido pela BM&FBOVESPA para ser a responsável, como dito anteriormente, pelo processo de formulação, encaminhamento e tabulação dos questionários endereçados às empresas. O ISE é atualizado a partir de questionários mandados às empresas emissoras das ações mais líquidas da BM&FBOVESPA, que são convidadas a participar de forma voluntária da avaliação. Tanto o modelo GRI — desenvolvido pela Global Reporting Initiative e considerado uma referência internacional quando o assunto se refere a relatórios de sustentabilidade — quanto o CDP (Carbon Disclosure) Project são utilizados no processo de estruturação desses questionários.

Na primeira edição do ISE, o questionário foi autodeclaratório. Já nas edições posteriores, a verificação das respostas passou a ser feita a partir da documentação apresentada pela empresa. O processo, desde 2006, vem sofrendo aperfeiçoamentos metodológicos e mudanças em seu processo, como em 2006, quando houve a inserção de protocolos que forneciam instruções mais detalhadas sobre as perguntas.

Após receber os questionários das empresas, as questões são agrupadas em 7 dimensões, a saber:



Fonte: GVces
Adaptado pelo autor

- 1ª) Geral. Envolve critérios como: compromisso, alinhamento, transparência e combate à corrupção.
- 2ª) Natureza do produto. Envolve critérios como: Impactos pessoais do uso do produto, impactos difusos do uso do produto e cumprimento legal.
- 3ª) Governança Corporativa. Envolve os seguintes critérios: Propriedade, Conselho de Administração, Gestão, Auditoria e fiscalização, Conduta e conflitos de interesses.
- 4ª) Econômico-Financeira; 5ª) Ambiental; e 6ª) Social, apresentam os mesmos critérios: Política, Gestão, Desempenho e Cumprimento Legal.
- 7ª) Mudanças Climáticas. Envolve os critérios: Política, Gestão, Desempenho, Reporte e Avaliação de crédito de risco (exclusivo para instituições financeiras).

Uma novidade no processo de avaliação e divulgação dos dados das empresas foi a “promoção” do indicador **mudanças climáticas** à categoria de dimensão, que, em 2010, era um indicador dentro da dimensão **gestão ambiental**. Com isso eleva-se o grau de importância dado a essa dimensão em que importantes indicadores foram estabelecidos para que as empresas possam apresentar suas ações, por exemplo, na gestão de riscos e oportunidades, inventário de emissões e sistema de gestão.

Algumas alterações na dimensão social dizem respeito à melhoria das práticas de relação com a comunidade, fornecedores e clientes. Já na dimensão ambiental, específica para instituições financeiras, de acordo com a GVces, foi reformulada em função do trabalho recente do setor na Febraban sobre os indicadores do Protocolo Verde.

Na dimensão geral, foi introduzida uma nova questão para verificar se as companhias desejam tornar públicas as respostas de seus respectivos questionários. Das 38 empresas que estão na nova carteira, oito permitiram a abertura de seus questionários, que estão disponíveis no *site* do ISE — AES Tietê, Bicbanco, Banco do Brasil, CCR, Coelce, Eletropaulo, Energias do Brasil e Natura.

Na metodologia adotada, é atribuído o mesmo peso (100) a cada uma das sete dimensões do questionário. Cada dimensão é subdividida em critérios, que contemplam os temas citados. Os pesos desses critérios são definidos por sua relevância no contexto atual da gestão empresarial e das demandas da sociedade. A modelagem estatística do índice é baseada no conceito do desvio padrão e na análise de *cluster*, que consiste no agrupamento de empresas de acordo com a distância entre suas notas. Com o uso de um *software*, essa metodologia aproxima aquelas que registraram a menor distância euclidiana entre suas notas, ou seja, agrupa as empresas que são parecidas entre si (Marcondes & Barcarji, 2010).

Para exemplificar, apresentamos quadro com a dimensão ambiental, a única dividida em 6 grupos no questionário (A até IF), de acordo com o impacto gerado pelos grupos no ambiente:

	AMB A	AMB B	AMB C	AMB D	AMB E	AMB IF
Critérios	100	100	100	100	100	100
I-Política	5	5	5	5	5	40
II- Gestão	35	40	40	50	55	25
III-Desempenho	40	35	35	30	25	25
IV-Cumprimento Legal	20	20	20	15	15	10

Quadro 4 - Quadro de pontuação por critérios

Fonte : BM&FBOVESPA (2012)

3.5 – Evolução da Carteira-ISE

De acordo com a BM&FBOVESPA(2012), os dados apresentados pela carteira ISE são promissores e ascendentes e vão ao encontro da missão divulgada pelo índice que apregoa ser composto de empresas que se destacam em responsabilidade social, com sustentabilidade no longo prazo, ser um referencial do desempenho das ações desse tipo de empresa, ser percebido como tal pelo mercado, ser replicável e estimular boas práticas por parte das demais empresas.

O quadro indica esse cenário:

Ano		2005/6	2006/7	2007/8	2008/9	2009/2010
Empresas		28	34	32	30	34
Ações		33	43	40	38	43
Setores		12	14	13	12	16
Valor de Mercado (R\$ bilhão)		504,2	707	927,0	374,2	735,2
Part. % (Cap. Total)		34,9%	48,5%	39,6%	26,4	32,4%
Carteira Anterior	Classificadas	-	29	35	34	26
	Não Classificadas	-	4	8	6	2
Novas Empresas		-	10	7	6	8
Fechamento do Capital		-	1	2	-	2

Quadro 5: Evolução da Carteira ISE

Fonte: GVces (2012)

Verifica-se que, desde o início do ISE, os números são ascendentes, principalmente no que tange às empresas, seus valores de mercado e novos setores na carteira de ações. O que aponta um olhar mais atento às aplicações em ações em empresas que detêm esse “selo de qualidade”, indo, em tese, ao encontro da pesquisa publicada por Ram Nidumolu, C.K.Prahalad e M.R. Rangaswami, na qual se afirma que “a sustentabilidade é um rico filão de inovações organizacionais e tecnológicas capazes de gerar tanto receita como lucro” (Harvard Business Review, 2004, p.28).

3.6 – O que o instrumento verifica

Segundo Roberta Simonetti, coordenadora do ISE na GVces, a metodologia do ISE combina três fatores, a saber:

- 1º) Análise quantitativa que se refere à pontuação no questionário encaminhado às empresas, na qual todas as dimensões tem o mesmo peso (100). Há a combinação do desempenho total, das dimensões e de uma ferramenta de análise denominada *cluster*.
- 2º) Análise qualitativa, que é o processo de verificação da documentação, no qual todas as respostas são passíveis de comprovação. No fim do período de preenchimento, são indicadas as perguntas cujas respostas devem ser comprovadas. Nessa altura, os seguintes pareceres podem ocorrer: Aceito, Aceito com ressalvas e Adverso.
- 3º) Avaliação e decisão do Conselho do ISE (CISE).

A partir da segunda versão da carteira do ISE, teve início um processo de *feedback* para as empresas que responderam ao questionário. Esse relatório, sob responsabilidade do CISE, é aberto por dimensão e por critério, no qual a pontuação dos participantes é explicitada.

Tem-se quanto a empresa pontuou, a média, e um *benchmark* (quanto uma empresa fictícia composta da melhor nota pontuaria em cada dimensão). É possível, portanto, que seja visualizado como a empresa está em relação à média da carteira e a média de toda a amostra.

Com relação às empresas participantes, é cobrada uma taxa de inscrição pelos serviços empreendidos no processo e pela licença de uso do logotipo.

Na questão envolvendo confidencialidade, é importante ressaltar que a BM&FBOVESPA não divulga a lista das empresas que responderam ao questionário. Com isso, o mercado não tem como ficar ciente sobre quem foi reprovado pelos critérios e indicadores estabelecidos no processo. Trata-se de uma decisão soberana do Conselho do ISE.

3.7 – Execução (*Enforcement*)

Tanto o Grupo CCR quanto outras empresas que participam da carteira do ISE se beneficiam, entre outras questões, de visibilidade positiva e transitória subsidiados pelo cenário já consolidado de credibilidade da BM&FBOVESPA no mercado de capitais. Embora a permanência das empresas na carteira seja por um prazo de um ano, renovável de acordo com os critérios supracitados na pesquisa, todas devem ter consciência de que o verdadeiro ônus é a não elegibilidade no próximo processo, que ocorre a cada ano, por não cumprir ou melhorar seus processos no contexto das sete dimensões constantes nos questionários encaminhados para todas as empresas. Mas, segundo a metodologia do ISE, todas as empresas que se dispõem a participar do processo de elegibilidade têm ciência de forma antecipada, que podem ser, também, excluídas da carteira de acordo com os seguintes critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo (FGV/GVces, 2012):

- a. Nas reavaliações periódicas, se deixar de atender a qualquer um dos critérios de inclusão;
- b. Se, durante a vigência da carteira, a empresa emissora entrar em regime de recuperação judicial ou falência, as ações de sua emissão serão excluídas da carteira do índice.
- c. No caso de oferta pública que resultar em retirada de circulação de parcela significativa de ações do mercado. Nessas eventualidades, serão efetuados os ajustes necessários para garantir a continuidade do índice.

- d. Decisão, por parte do Conselho do ISE, pela exclusão de uma empresa da carteira se entender que tenha ocorrido algum acontecimento que alterou significativamente seus níveis de sustentabilidade e responsabilidade social.

As empresas que estiverem sob regime de recuperação judicial, processo falimentar, situação especial ou, ainda, que estiverem sujeitas a prolongado período de suspensão de negociação, não integrarão o Índice. A possibilidade de retorno à carteira ficará vinculado à regularização de sua situação excepcional, sempre com as considerações finais do Conselho do ISE (BM&FBOVESPA, 2012).

A não exclusão, por princípio, de nenhum setor é o modelo adotado pelo Conselho da BM&FBOVESPA no processo do ISE desde sua criação, quando o Instituto Ethos, na ocasião, argumentou, segundo Marcondes & Bacarji (2010) que “o índice não teria legitimidade para questionar o direito de empresas que a sociedade permitia operar, que pagavam impostos e que, muitas vezes, estavam entre as mais avançadas na adoção de práticas de responsabilidade social”.

Nesse sentido infere-se que todas as empresas com liquidez mínima no mercado, definida pelo CISE, têm a oportunidade de preencher o questionário e participar do processo de seleção. Com isso, fica evidenciado que o desenho metodológico, segundo seus formuladores, cujos resultados são os questionários com critérios e indicadores são suficientemente viáveis para avaliar os impactos dos produtos e serviços das empresas de forma mais rigorosa em suas diversas nuances, a exemplo dos fundos e índices internacionais.

4. O Grupo CCR

4.1 – A empresa

Listada no Novo Mercado há dez anos, apoiadora do Pacto Global e integrante da carteira ISE desde 2005 é uma das maiores empresas de concessão de infraestrutura no mundo, com presença em segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços, com valor de mercado superior a R\$ 20 bilhões.

Detém 38,25% do capital social da STP, empresa que opera os meios eletrônicos de pagamento Sem Parar e Via Fácil, 58% de participação na ViaQuatro, empresa que opera e mantém a Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo e 45% do capital social da concessionária Controlar, responsável pela inspeção veicular ambiental na cidade de São Paulo. Tem como principais acionistas grandes grupos do setor da construção civil como Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (Grupo CCR, 2012).

Possui no grupo empresas de serviços compartilhados visando agregar valor às suas operações no mercado em que atua com soluções na área de administração, engenharia e tecnologia, como a CCR Actua, a CCR Engelog e a CCR Engelotec.

4.2 – Sustentabilidade

Na área de sustentabilidade suas três prioridades são a redução de acidentes, de emissões de CO₂ e de resíduos. Segundo a CCR, os investimentos são realizados em diversos municípios em que o grupo atua “com consciência de sua importância para o desenvolvimento das comunidades locais onde está presente”.

Projeto de destaque na área de resíduos é o uso do asfalto ecologicamente correto, como o que foi aplicado em um trecho da Rodovia Bandeirantes – o pavimento é fabricado a partir de pneus usados.

Em torno de 17% da malha viária de 2.400 quilômetros, sob a responsabilidade da CCR, já possui aplicação do chamado asfalto borracha. Outro ponto seria o inventário das suas emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) em 2010, que ajudará a empresa a mapeá-las para melhor compreensão das dimensões do impacto dessa externalidade sobre os públicos de interesse e o meio ambiente (CCR-Relatório Anual de Sustentabilidade, 2010).

4.3 – Participação na carteira do ISE

O Grupo CCR participa desde o início da criação do ISE, porém esteve ausente da carteira por duas edições (2009 e 2010), retornando em 2011 juntamente com a Ecorodovias, trazendo o setor de transportes para configurar no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA.

Em conversa com o Sr. Francisco Bulhões, gestor de sustentabilidade, comunicação e marketing da empresa, essa ausência foi justificada por um enrijecimento nos critérios e análises utilizados no processo de seleção das empresas para a carteira ISE.

Em consequência disso, continuou Bulhões, o Grupo CCR não fez parte da carteira ISE, na época, pois não cumpria uma série de exigências, que até então eram informativas e, na hora que se exigia da CCR uma comprovação, a interpretação dessas questões eram entendidas de outra forma dentro dos critérios do ISE.

Outra crítica refere-se à subjetividade nas análises realizadas no processo de análise do índice. Segundo a empresa, o fato de ter ficado ausente da carteira não trouxe efeitos negativos quanto ao valor das ações e de sua imagem no mercado de capitais. A CCR nesse período se preparou pautada por essa análise subjetiva para poder participar de forma mais concreta, nos quesitos que se supunha poder melhorar, realizando um trabalho

de mapeamento, capacitação de pessoas, formalização de documentos comprobatórios, que para o grupo eram interpretados como positivos, porém dentro dos critérios utilizados pela BM&FBOVESPA /GVces poderiam não ser suficientes.

Em 2009, seis empresas também não foram incluídas no ISE. O que mais repercutiu foi o caso da Petrobras por sua importância no cenário econômico brasileiro, conforme relata Marcondes & Bacarji (2010, p.66):

“A Petrobras sempre foi reconhecida como uma grande investidora em programas socioambientais e culturais, além de ser uma das ações de maior prestígio no mercado brasileiro. Mas, na época, a companhia era alvo de pesadas críticas de organizações da sociedade civil por causa do não cumprimento de uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de número 315, editada em 2002, que previa o fornecimento de diesel com baixos teores de emissão de gases particulados, entre eles o enxofre. Assim que foi anunciada a nova carteira do ISE, o Conselho, seguindo as regras de sigilo adotadas desde o início, não se manifestou sobre nenhuma das empresas não incluídas. A não inclusão da Petrobras veio a público, por meio do Instituto Ethos, que integrava o Conselho do ISE, antes do anúncio oficial da nova carteira. O Cise então decidiu suspender a participação do Instituto por um ano, como punição pela quebra do sigilo. O balanço final do episódio não foi de todo mau. Muita gente considerou a não inclusão da Petrobras e a punição imposta ao Instituto Ethos como um ato de independência e credibilidade do Conselho e do próprio Índice de Sustentabilidade Empresarial”.

Desde a saída da Petrobras do ISE não houve, por parte da empresa petrolífera, um empenho em retornar à carteira. Sabe-se que atualmente a empresa compõe o Dow Jones Sustainability Index — DJSI, com maior abrangência e notabilidade que o ISE. Tal fato sugere que a empresa se mantenha na posição em que está, ou seja, usufruindo de uma visibilidade com âmbito internacional junto a outras poucas empresas brasileiras. Além disso, é subsidiada por um índice que é referência no mundo e principalmente nos Estados Unidos, na qual os investimentos socialmente responsáveis têm crescido de forma exponencial.

4.4 – Eficácia do ISE

“A vantagem é muito mais interna, ou seja, o instrumento serve como um guia de aprimoramento e melhoria na própria governança”, asseverou o executivo da CCR, ao ser indagado se haveria alguma vantagem em participar do ISE, reforçando que “a mobilização em si para atender ao índice é, hoje, o ponto mais relevante que o próprio indicador, pois é capaz de gerar mobilização, controle e motivação interna”. Exemplo dessa mobilização é a preparação da área ambiental da empresa com relação aos temas abordados nos

questionários das dimensões **ambientais e mudanças climáticas**, nas quais o número de respostas negativas foi elevado.

Mesmo em função desse quadro, a CCR retornou ao ISE em 2012. Diante desse cenário coloca-se a seguinte questão: que tipo de análise final foi realizada para que uma empresa que respondeu negativamente às indagações na dimensão mudanças climáticas — e, portanto, deixa de pontuar em uma das dimensões estabelecidas pelos critérios do ISE— possa fazer parte dessa carteira?

A provável resposta sugere hipótese baseada nas análises quantitativas e qualitativas implementadas pelo ISE, que não divulga totalmente seus critérios de inclusão e exclusão de empresas de sua carteira.

Há possibilidades, visto que a CCR respondeu e encaminhou comprovações solicitadas a diversos outros questionamentos (em torno de 150), que a análise final sobre todos os questionários respondidos, com base na metodologia implementada pela GVces, tenha sido fator preponderante para a aprovação da entrada do grupo na nova carteira em 2012.

4.5 – O que é preciso mudar no processo do ISE?

Embora as críticas ao processo do Índice de Sustentabilidade Empresarial devam ser analisadas com isenção e critérios rigorosos sob o aspecto da seleção das empresas e eficácia do instrumento, verifica-se, após estudo, que algumas sugestões poderiam ser consideradas dentro do escopo do plano estratégico futuro da BM&FBOVESPA com relação, principalmente, ao processo de seleção e análise das empresas que devam figurar nessa carteira, a saber:

- a) Rever o processo de elaboração do questionário quanto ao número de perguntas e indicadores;
- b) Apresentar questões mais quantitativas em detrimento das qualitativas;
- c) Tornar o ISE menos subjetivo e com métricas factíveis para mensurar a performance socioambiental das empresas;
- d) Aumentar a participação de empresas no ISE, dando oportunidade para que pequenas e médias empresas possam demonstrar seu potencial nos âmbitos ambiental, econômico e social;
- e) Rever o critério de coleta de informações. A BM&FBOVESPA deve verificar as empresas com dados disponíveis no mercado a respeito de cada organização.

Com relação ao observado no relato do Grupo CCR, fica evidenciado que o ISE tem sido uma ferramenta eficaz para a gestão ambiental da empresa. Isto porque tem

provocado mudanças importantes no aprimoramento e melhoria da governança corporativa do grupo empresarial em questão, por intermédio de diversos temas abordados em seus questionários encaminhados ano a ano para as 200 empresas com ações mais líquidas no mercado de capitais.

Ainda que o gestor da área de sustentabilidade da CCR tenha sido crítico com relação a aspectos metodológicos implementados pelo ISE, principalmente durante a ausência do grupo empresarial da carteira durante dois anos, fica claro que a CCR de forma transparente assume, em momentos distintos e publicamente, não possuir algumas práticas em sua gestão ambiental. No entanto, reafirma diante de seus *stakeholders* o compromisso de continuar implementando projetos, nos quais as práticas sustentáveis e o respeito ao meio ambiente possam ser o principal mote para a perenidade de sua missão, visão e valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa bibliográfica sugerem que o ISE tem um longo caminho a percorrer no sentido de transformar-se em um *benchmark* para diversas empresas que atuam no mercado de capitais e desejam ser reconhecidas como organizações que atuam com propósitos reais em tornar seus negócios socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos.

Pelos relatos analisados e pelo referencial teórico visitado, nota-se uma convicção por parte dos pioneiros no processo de criação do instrumento, visto que não mediram esforços e aporte de conhecimentos para que a ferramenta pudesse nascer, desenvolver-se e tornar-se crível aos olhos da sociedade. Desde a criação do índice em 2005, muitos avanços ocorreram, principalmente com relação à metodologia referente à construção, aplicação e mensuração dos resultados obtidos nas respostas aos questionários encaminhados às empresas e, principalmente, a inclusão da dimensão mudanças climáticas com a incorporação de cinco critérios e nove indicadores. Contudo, o índice tem, ainda, baixa adesão das empresas. Em 2010, até fim de agosto, aponta Marcondes & Barcarji (2010), “o ISE demonstrou um desempenho melhor que o do IBOVESPA, embora negativo. Enquanto o principal índice da Bolsa registrou uma queda de 5,02%, o ISE caiu 3,12%, no período”.

Acerca desses fatos, vemos que as ações das empresas aglutinadas na carteira ISE ainda precisam melhorar seus resultados, o que pode indicar um amadurecimento lento com relação à visão dos investidores a associar resultados financeiros com ações sustentáveis.

Mas algumas questões chamam a atenção sobre todo o processo no qual possíveis vantagens do ISE ainda não se refletem no valor das ações das empresas. Em razão disso,

o investidor não reconhece a inclusão da companhia na carteira como um benefício econômico.

Embora o gestor do grupo CCR destaque que “o ISE possa, no futuro, tornar-se um instrumento gerador de oportunidades, acesso a financiamentos, a novos investidores e a linhas de financiamentos especiais”, afirma que “isso não é o grande diferencial do ISE e que o perfil do nosso investidor está muito mais voltado para o negócio estruturado de longo prazo e de pouca oscilação”.

É importante destacar que os mecanismos de execução (*enforcement*) do grupo gestor do índice abordado são apresentados de forma estruturada, e como foi visto muitos são os motivos que podem levar uma empresa a ser excluída do processo, no entanto muitas são as razões para que outras se beneficiem de uma visibilidade positiva com relação à imagem que se pretende projetar nos diversos ambientes em que atua.

Nesse cenário surgem algumas críticas por parte dos investidores, gestores de fundos e analistas quanto à complexidade do processo de formação de sua carteira, visto que a BM&FBOVESPA se utiliza de informações transmitidas pelas próprias empresas, e não apenas dos dados públicos. Há quem defenda a utilização de critérios mais objetivos e quantitativos no processo do ISE, a exemplo dos praticados no Novo Mercado.

Fica claro, durante o estudo, o caráter dinâmico da avaliação do ISE, que, na visão de seus idealizadores, já levou algumas empresas a deixar a carteira por estarem estacionadas em suas práticas de sustentabilidade. De fato, quem opta por investir numa carteira formada por ações de empresas participantes do ISE tanto pode querer um retorno mais seguro como investir numa sociedade mais viável e economicamente mais sustentável.

Outro aspecto a ser discutido é o fato de o ISE não verificar e avaliar seu próprio processo, com a necessidade de contratação de empresas de auditoria externa e independente. Essa discussão já ocorreu, contudo a ideia não prosperou por questões de custos e pela possibilidade de tornar o processo burocrático e lento. Com isso, a GVces optou por aumentar o grau de segurança nessa verificação e passou a exigir documentos comprobatórios, que seriam analisados antes da divulgação da carteira.

Segundo (Marcondes & Bacarji, 2010), o Cise definiu regras mais rigorosas para aperfeiçoar o sistema de verificação, entre elas a exigência de questionários referendados pelo diretor de Relações com Investidores, com conhecimento do CEO da empresa. Também passou a solicitar esclarecimentos por amostragem ou diante de fato relevante não consistente com as respostas apresentadas.

Embora todas essas providências tenham sido tomadas, sabe-se que verificar o próprio processo é, acima de tudo, uma decisão que traz transparência ao processo e gera maior credibilidade a todos os envolvidos no processo.

6. ANEXOS

Recordes Anuais

Estas tabelas apresentam os maiores e menores valores de fechamento alcançados pelo índice anualmente.

➤ ISE - Maior Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US\$	Pregão
2005	1.056,36	06/12/2005	484,41	06/12/2005
2006	1.433,42	28/12/2006	670,45	28/12/2006
2007	2.044,07	06/12/2007	1.159,63	07/12/2007
2008	2.274,00	28/05/2008	1.386,37	30/05/2008
2009	1.972,04	30/12/2009	1.132,58	30/12/2009
2010	2.128,31	04/11/2010	1.265,42	04/11/2010
2011	2.219,60	05/04/2011	1.387,70	26/04/2011
2012(*)	2.343,20	19/03/2012	1.336,53	02/03/2012

(*) até abril

➤ ISE - Menor Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US\$	Pregão
2005	1.000,00	30/11/2005	431,03	19/12/2005
2006	998,09	13/06/2006	433,61	13/06/2006
2007	1.288,08	05/03/2007	602,24	05/03/2007
2008	974,44	27/10/2008	427,09	21/11/2008
2009	1.035,89	03/03/2009	427,74	03/03/2009
2010	1.754,63	20/05/2010	939,46	20/05/2010
2011	1.671,12	08/08/2011	956,92	04/10/2011
2012(*)	2.030,13	02/01/2012	1.086,62	02/01/2012

(*) até abril

Nota: atualização mensal

Fonte: BM&FBOVESPA (2012)

Para auxiliar o leitor na reflexão sobre o tema deste trabalho foram incluídos alguns anexos conforme se segue:

Carteira Teórica do ISE – Janeiro a Dezembro de 2012



Fonte: BM&FBOVESPA (2012)

Roteiro de entrevista realizada com a Coordenação do ISE no GVces – Centro de Estudos de Sustentabilidade

- 1) O ISE fornece *feed-back* para as empresas que não foram selecionadas sobre os principais ajustes que precisam ser feitos?
- 2) Há algum critério para as empresas treineiras participarem do ISE no tocante ao encaminhamento de questionários?
- 3) Tem conhecimento de mudanças de políticas, gestão, desempenho ou relatórios que o ISE possa ter provocado?
- 4) Como é realizada a tabulação e aferição das respostas? Os índices DJSI, JSE, FTSE4Good continuam servindo de inspiração para o ISE?
- 5) O ISE não exclui nenhum setor de atividade. Entretanto, verificamos que empresas do setor de tabaco, álcool e armas não estão participando do índice desde sua primeira versão. Foi uma decisão do Conselho, elas não conseguiram se habilitar pelos critérios avaliados ou não enviaram os questionários?
- 6) Existe algum sistema de pesos que dificulta a entrada de empresa dos setores críticos como tabagista, de bebidas alcoólicas, de armas, nuclear?
- 7) Em sua opinião, o ISE poderia divulgar os pesos dos critérios como faz a bolsa da África do Sul? Quais os aspectos de melhorias implantados no ano de 2011 e que ainda devem ser implantados nos próximos anos?
- 8) A ferramenta estatística utilizada na análise das respostas dos questionários identifica grupos de empresas com desempenhos similares e aponta o grupo com melhor desempenho geral. Em que termos? Existem alguma(s) dimensões com maior peso nessa análise?
- 9) A importância estabelecida para as dimensões **natureza do produto, ambiental e mudanças climáticas** elimina a possibilidade de empresas críticas participarem do índice ou causa alguma dificuldade? Poderia listar algumas delas?

Roteiro de entrevista realizada com o gestor responsável pela Comunicação, Marketing e Sustentabilidade do Grupo CCR.

- 1) Quais as razões que levaram o grupo CCR a ficar fora da Carteira ISE por três anos?
- 2) Quais são os principais projetos com foco na recuperação das áreas impactadas pelas rodovias sob responsabilidade da CCR?
- 3) Quais são as vantagens para o Grupo CCR em participar da carteira ISE?
- 4) Existe algum ônus para a empresa caso não cumpra os requisitos informados nos questionários do ISE, em relação às vantagens, mesmo que transitórias, quanto à visibilidade dada por ter o selo do ISE?
- 5) No questionário do ISE-edição 2011, na dimensão **mudanças climáticas**, percebeu-se um número relevante de respostas negativas. Qual é a posição da empresa com relação a esse fato? Na sua visão, participar do ISE influencia em mudanças de comportamento na gestão ambiental e de sustentabilidade?
- 6) Sustentabilidade “é um rico filão de inovações organizacionais e tecnológicas capazes de gerar tanto receita como lucro. Uma empresa ambientalmente correta tem custos menores, pois acaba utilizando menos insumos”. A CCR tem algum exemplo nesse sentido? Participar do ISE gera uma nova visão para a empresa dentro desse cenário?
- 7) O que significa para o grupo CCR possuir os selos do Novo Mercado, ISE e Pacto Global?
- 8) O Grupo CCR está na carteira do ISE desde 2005. Como foi, internamente, preparar-se para receber esse “selo de qualidade”? Comente, por favor, o antes e o depois?
- 9) Existem projetos que foram iniciados a partir de questões não respondidas em alguns critérios e indicadores dentre as 7 dimensões apresentadas? Quais?
- 10) Como o Grupo CCR atua junto aos seus parceiros para tornar a cadeia de valor sustentável?
- 11) Partindo da premissa de que, no futuro, somente quem fizer da sustentabilidade uma meta vai ter vantagem competitiva, como o grupo CCR inova no seu modelo de negócios e não somente produtos, tecnologias e processos?
- 12) Na visão do grupo, o ISE participou, foi referência, mola propulsora ou fator incentivador das inovações estratégicas da empresa?
- 13) Você acredita que as medidas sustentáveis tomadas hoje são de mitigação, adaptação ou inovadoras?
- 14) Existe algum centro de lucro na CCR na área de sustentabilidade? Algum grupo de trabalho transformado em unidade de negócios?
- 15) Você afirmaria, ponderaria ou refutaria a ideia de que participar do ISE reforça o ambiente interno o desejo por um Pacto pela Sustentabilidade do meio ambiente?
- 16) Qual é a sua opinião sobre o fato de poucas empresas do setor de transportes e infraestrutura em rodovias estarem na Carteira do ISE?
- 17) O ISE trouxe *expertise* para que o grupo CCR pudesse se adequar às Leis ambientais do País, Estado, região ou cidades onde a empresa impacta o meio ambiente com suas operações?
- 18) Existe atualmente, na operação da CCR, algum produto, insumo ou serviço que a empresa prevê que será, no futuro, proibido? No caso de resposta positiva, existe um plano ou provas alternativas sustentáveis para enfrentar a situação no presente?

- 19) Existem diretrizes repassadas aos fornecedores do grupo CCR com relação à redução de detritos e emissões, aumentar a eficiência energética de produtos, suprimentos de matéria-prima ou serviços utilizados pela empresa?
- 20) Participar da carteira do ISE incentivou de alguma forma a tomada de providências do grupo CCR a tornar sustentável a cadeia de suprimentos, inovações operacionais que tendem a produzir maior eficiência energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis?
- 21) O Grupo CCR efetuou alguma mudança em sua política ambiental para se adaptar aos critérios exigidos pelo ISE?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas da Previdência Complementar. Disponível em <http://www.abrapp.org.br/apoio/relatorio_social/2008/investimentos.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2012.
- BEATO, Roberto Salgado. **Índice de Sustentabilidade empresarial em Bolsa de Valores e a Influência sobre a Gestão Ambiental das Empresas: Um estudo do ISE BOVESPA**, 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 2007.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Índices**: índice de sustentabilidade empresarial. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx>>. Acesso em: 28 de maio de 2012.
- CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA EAESP – FGV – Gvces. **Pesquisa geral no site**. Disponível em <<http://www.isebvmf.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES. **Pesquisa geral no site**. Disponível em <<http://www.sustainability-indexes.com>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.
- GRUPO CCR. **Pesquisa geral no site**. Disponível em <<http://www.grupoccr.com.br/grupo/sobre-o-grupo>>. Acesso em: 28 de maio de 2012.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Pesquisa geral no site**. Disponível em: <http://ethos.org.br>. Acesso em: 28 de abril 2012.
- MARCOVITCH, J. **Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais**. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dober. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. 1ª ed. São Paulo: Report Editora, 2010.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215893.pdf. Acesso em: 6 jul. 2012
- NIDUMOLI, Ram; PRAHALAD, C.K.; RANGASWAMI, M.R. **Why Sustainability is Now the Key Driver of Innovation**. Harvard Business Review. Canada: September, p. 3-4, 2009.
- THE FORUM FOR SUSTAINABLE AND RESPONSIBLE AND INVESTMENT. **Pesquisa geral no site**. Disponível em <<http://www.socialinvest.org>>. Acesso em: 28 de maio de 2012.

CDP-CARBON DISCLOSURE PROJECT E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

José Rafael Motta Neto

RESUMO

O artigo em pauta faz uma análise do instrumento para medições de GEE – Gases Efeito Estufa, desenvolvido pela entidade não governamental CDP – Carbon Disclosure Project, sediada na Inglaterra, que vem ganhando o respeito mundial de grandes investidores e da comunidade acadêmica e governamental ligadas ao meio ambiente e a sustentabilidade. O estudo analisa seu modus operandi, por meio de informações disponibilizadas pelo órgão e por informações cedidas pela sua representante na América do Sul, e apresenta suas forças e fragilidades por meio de comentários obtidos em órgãos independentes que permitem algumas conclusões a respeito de sua utilização como ferramenta de medição de carbono. O principal comentário é de que o instrumento carece de maior confiabilidade por não incorporar sistema de auditoria das informações prestadas, o que enfraquece sua aplicação, embora esteja sendo bem aceito na comunidade empresarial como apoio às decisões de investimentos que envolvem riscos ambientais.

Palavras Chave: Carbono – emissões – métricas – sustentabilidade - gases efeito estufa.

1. INTRODUÇÃO

O Planeta vem sofrendo alterações provocadas pela ação humana, de forma sistemática e com forte impacto destrutivo. Isso decorre pelo fato do desenvolvimento humano estar diretamente relacionado à capacidade de superar limites e restrições, impostos pela natureza.

Nesta primeira década do século, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, associados ao desperdício de alimentos e matérias primas, assim como à intensa produção de lixo, tornou-se flagrante e inegável. No entanto, embora seja possível registrar o crescimento da população mundial e da economia, o mesmo não ocorre com os recursos naturais que as suportam.

Esse diagnóstico, já bastante conhecido, permite constatar que a compreensão do vínculo entre os seres humanos e a natureza é fundamental à preservação da vida.

Além desses fatores, nos países industrializados, as indústrias, veículos e usinas termoelétricas queimam combustíveis fósseis em grande quantidade (carvão, gasolina, óleo diesel, óleo combustível e gás natural) como resultado de um modelo de desenvolvimento que precisa mudar, contribuindo para com o excesso de gases emitidos e partículas que são despejadas na atmosfera, causando o efeito estufa, cujas consequências podem ser observadas nas mudanças climáticas. (PEREIRA (2002).

Para a discussão do problema das emissões conforme cita MARCOVITCH (2006), reuniram-se em Kyoto, em 1997, representantes de nações membros da ONU, cujo resultado foi o documento denominado Protocolo de Kyoto, que estabeleceu um período entre 2008 e 2012 para que os principais países emissores reduzissem suas “emissões a média de 5% abaixo dos níveis de 1990 nos países desenvolvidos”.

Portanto atitudes no sentido de combater o aquecimento global devem ser empreendidas por ações estratégicas de inovação tecnológica, e a busca por mais qualidade de vida, que é um dos motores de nossa existência, ligadas ao combate e ao consumo exagerado, podem diminuir os impactos ambientais e sociais. Daí a relevância da educação permanente de toda a sociedade a fim de que se possa reverter os diferentes processos de degradação socioambiental, bem como evitar o total desequilíbrio climático.

Conforme MARCOVITCH (2012), até o momento, discursos e ações globais tem permanecido na retórica e a conferência Rio +20, “poderia tratar de temas concretos como a discussão de métricas das emissões a fim de evitar desgaste entre os que dela participaram”. Só conhecendo a quantidade das emissões é que poderá haver a devida conscientização para ações objetivas.

Este trabalho segue a metodologia de pesquisa exploratória qualitativa e tem como objetivo analisar um dos instrumentos disponíveis no cenário global, que é o CDP- *Carbon Disclosure Project*, no que se refere à sua origem, variáveis quantificáveis e qualitativas abordadas pelo instrumento para medição de carbono, processos de coleta e obtenção de dados, validação dos dados apurados, suas fragilidades e a eficácia dos seus resultados como elementos componentes de estratégias empresariais.

Para os propósitos deste artigo foram utilizadas fontes independentes do CDP, de modo a tornar a pesquisa transparente em termos dos dados colhidos sem influências ou direcionamentos que possam descaracterizar os resultados apurados.

Não foram descartados, no entanto, levantamento de dados com o próprio *staff* do CDP e foi realizado um estudo de caso com empresa Fundo PREVI que faz uso das informações do CDP.

2. O CENÁRIO ATUAL DAS MÉTRICAS

Após as discussões sobre a necessidade de haver ações no sentido de minimizar ou até neutralizar a poluição nos diversos âmbitos do planeta, passou-se a outro nível de preocupações com o meio ambiente que é medir a poluição produzida no planeta, seja por países, cidades, instituições diversas e empresas.

As métricas estão ganhando destaque no cenário da sustentabilidade à medida que proporcionam uma visão clara do que é ou não poluente, e conforme vem afirmando

MARCOVITCH (2012) são importantes para tornar as discussões mais objetivas e menos retóricas.

Surgiram ao longo dos últimos anos diversos caminhos para essa missão, de quantificar realmente os danos à natureza para que a partir daí ações sejam empreendidas para a função de controlar esses danos e suas conseqüências.

Esses caminhos são representados por instituições que desenvolveram métricas para a poluição em diversas dimensões e em particular dos Gases Efeito Estufa ou GEE, apontados como sérios provocadores de mudanças climáticas e que tem sido o principal alvo dessas métricas.

O planeta vem sofrendo conseqüências danosas com a emissão de Gases Efeito Estufa – GEE, contribuindo negativamente para o aquecimento global, gerando mudanças climáticas. Os esforços com ações para evitar tais conseqüências ainda são incipientes e dispersos, a despeito das diversas advertências que vem sendo proclamadas pelos órgãos internacionais de defesa do meio ambiente. Mas ações isoladas com entidades que se preocupam com o problema surgiram e estão surgindo para demonstrar os perigos inerentes ao efeito estufa, como as mudanças no clima. Dentre essas entidades se destaca a entidade sem fins lucrativos CDP - *Carbon Disclosure Project*, trabalhando pela redução dos gases efeito estufa e uso sustentável da água pelas cidades e empresas. Sua premissa é o velho adágio gerencial: "o que pode ser medido pode ser gerenciado".

É importante avaliar ações objetivas que sejam quantificáveis daquilo que é de fato poluente e danoso para a atmosfera e para o meio ambiente. Dessa forma os interessados nos efeitos das emissões podem guiar suas ações no sentido de encontrar mecanismos de compensação ou de redução dessas emissões que são, muitas vezes inevitáveis, mas, compensáveis do ponto de vista estratégico por meio de outras ações, no âmbito técnico, social e econômico, que podem além de diminuir o impacto dos efeitos no meio ambiente, proporcionar excelentes oportunidades mercadológicas.

2.1 – Um exemplo de instrumento em uso – CDP – *Carbon Disclosure Project*

Passaremos, a seguir, a discorrer sobre esse instrumento e seu mecanismo de ação para a redução dos GEE – Gases Efeito Estufa, sua contribuição ao mundo corporativo e governamental, aos acadêmicos e aos profissionais das diversas empresas, das vantagens e desvantagens de adotar a prática da ferramenta CDP, e o esclarecimento sobre sua utilização para programas que podem surgir no âmbito econômico, social e governamental, tanto para propósitos financeiros como operacionais, e principalmente na melhoria da qualidade de vida.

2.1.1 – Origem e metodologia do instrumento

O *Carbon Disclosure Project* – CDP, é uma organização não governamental sem fins lucrativos independente que trabalha para conduzir ações envolvendo a redução de emissões de gases de efeito estufa e uso sustentável da água por empresas e cidades.

MARCOVITCH (2006) se refere a essa entidade como “um observatório em Londres”, cidade onde está sediada, e onde foi fundada em 2000 por Paul Dickinson, seu *Executive Chairman*.

Em recente pronunciamento durante a realização da Conferência RIO +20, o CDP anunciou uma fusão com a *Global Canopy Program* (GCP) que administrará a *GCP’s Forest Footprint Disclosure Project* (FFD) pelos próximos dois anos trazendo as florestas como nova pegada nas atividades de busca e divulgação de informações ambientais, resultando no maior e mais abrangente sistema de informe de capital natural.

Sua origem, relatada por Paul Dickinson em entrevista concedida em fevereiro de 2011 a Gartner, Inc, (2011) remonta a 1997 por uma dúvida que levantou durante a explosão da Internet: “qual seria o próximo grande acontecimento?”. Ocorreu-lhe então que a responsabilidade corporativa poderia ser importante. Por influencia de uma ativista ambiental chamada Anita Roddick inaugurando um curso de mestrado na área de responsabilidade e prática de negócios na Universidade de Bath, matriculou-se na primeira turma em 1997, e completou o curso em 1999, entrando dessa forma no cenário da sustentabilidade.

Em 2000 escreveu um livro, “*Beautiful Corporations*”, citando o empresário Martin Sorrell em artigo escrito por este em 1988, que destacava os produtos e serviços estarem em plano de igualdade no mercado e que a única diferenciação possível seria pela forma de aplicação do marketing. Percebeu ali que as comunicações de marketing tinham deixado um vazio nos últimos 15 anos e que a sustentabilidade e as mudanças climáticas tinham deixado as empresas sem “munição”, criando oportunidade para o marketing de produtos sustentáveis. A partir daí começou a olhar para as mudanças climáticas e a analisar os efeitos devastadores de suas ações.

Dickinson pensou então em 2000, a trabalhar as mudanças climáticas em um portal “ponto com” que era a forma como as idéias estavam se estruturando no mundo naquela época e os recursos para colocar a ideia em ação foram obtidos com Zak Goldsmith e Teddy Goldsmith (já falecido) que doaram £ 20.000 em janeiro de 2001. A Fundação Ted Turner doou US\$50.000. A Fundação W. Alton Jones doou US \$ 100.000. A Fundação Esmee Fairbairn doou também algum dinheiro (e ainda o fazem, conforme afirma Dickinson). Assim, as fundações doaram dinheiro em 2001 para avançar. Dessa forma então foi criado o CDP – *Carbon Disclosure Project*.

Conforme afirmou Dickinson, o início foi difícil e era complicado obter adesão de interessados nas mudanças climáticas, mas o foco eram investidores que poderiam induzir

empresas a divulgarem informações a respeito, o que só veio a ocorrer efetivamente em 2002 com a adesão do primeiro investidor, ou signatário.

O CDP se tornou um grande portal sobre mudanças climáticas e sua principal função é reunir informações para decisões de grandes investidores que em 2012, já somam perto de 655 investidores institucionais ou signatários, representando US\$ 78 trilhões em ativos, um aumento significativo em relação a 2005 com cerca de 152 investidores institucionais totalizando US\$ 21,9 trilhões, quando da visita de Paul Dickinson ao Brasil para conseguir informações sobre empresas brasileiras.

Com suas informações e conforme seu portal indica, o CDP fornece aos signatários acesso a uma fonte global anual de informações que suportam a longo prazo uma análise objetiva do ambiente financeiro. Esses investidores assinam com o CDP um compromisso de serem signatários e que poderão ter acesso a informações tabuladas dos questionários respondidos e dessa forma poderão direcionar suas decisões de investimentos nas empresas com maior precisão, quando aspectos ambientais sejam variáveis dominantes.

Conforme informações disponibilizadas pelo CDP, foram encaminhados em 2011 questionários a cerca de 5.000 empresas sendo que dentre essas, 80 eram do Brasil, escolhidas entre as 80 de maior liquidez na bolsa de valores. Estes questionários incluem evidências e *insights* sobre as emissões das empresas de gás de efeito estufa, o uso de água e estratégias para gerenciar a mudança climática e os riscos associados à água.

2.1.2 – Forma de Gestão e variáveis observadas

A gestão do CDP é efetuada por um Conselho Curador ou *Trustees*, com oito conselheiros presididos por Alan Brown e por um *staff* composto por Paul Dickinson, seu fundador e Presidente Executivo e os demais são Paul Simpson, Diretor-Presidente, Frances Way, Chefe Adjunto de Operações, Joanna Lee, Diretora de Parcerias, Nigel Topping, Diretor de Inovação, Roy Wilson, Diretor Financeiro e Sue Howells, Chefe Adjunto de Operações Globais.

De acordo com Juliana Lopes Campos, *Country Manager* do CDP para a América Latina, o CDP é uma plataforma tecnológica de informações que visa não só informar como colher dados que possibilitem conclusões sobre emissões de gases de efeito estufa, em especial o carbono. Seus dados são endereçados aos seus signatários. Eles aderem e decidem participar do CDP de membros forma mais compromissada, com alguns privilégios de acesso a.

Sua finalidade é avaliar a transparência das empresas relativas às informações que disponibilizarem tornando públicas suas ações e também avaliar a *performance* das empresas respondentes no sentido de avaliar a integração dos dados informados às suas

estratégias, verificando se adotam ou não metas de emissões e estratégias compensatórias e a forma como está ocorrendo a governança e a gestão nas empresas.

2.1.3 – Método de coleta de dados

A forma de coleta e dados é por meio de um questionário sobre governança corporativa e não apenas sobre emissões de GEE. A parte quantitativa do questionário representa uma pequena porcentagem das perguntas e o questionário trata de questões mais abrangentes do que simples mensuração das emissões de GEE.

O questionário está dividido nos seguintes itens:

- Gestão
 - Governança
 - Estratégia
 - Metas e Iniciativas
- Riscos e Oportunidades
- Emissões
- Informações Importantes

Algumas das métricas adotadas de acordo com os itens acima, estão listadas a seguir:

- Gestão
 - Hierarquia do assunto na Empresa
 - Participação nas Estratégias Empresariais
 - Metas (%) de reduções de emissões – Escopos 1,2 e 3 do GGP
 - Medidas ativas para redução de emissões
 - Processo decisório de investimento em reduções
 - Comunicações das ações sobre reduções
- Riscos Oportunidades
 - Riscos de Mudanças Climáticas identificados e sua relevância
 - Oportunidades gerada por mudanças nos parâmetros climáticos em termos físicos e financeiros.
- Emissões
 - Padrões ou normas utilizadas para medição – Escopos 1,2
 - Gases emitidos, fontes e fatores de emissões
 - Precisão nos dados e nas verificações externas
- Outras Informações
 - Para quem mais responde às questões formuladas

Atualmente o CDP está circulando questionário para um novo segmento de respondentes, que são as empresas que fazem parte da Cadeia de Suprimentos (*Supply Chain*) das empresas solicitadas a responder o questionário principal, por intermédio de um questionário específico, de modo a verificarem as ações dessas empresas e caracterizá-las não só no Escopo 3 do *The Greenhouse Gás Protocol*, como induzi-las a, respondendo ao questionário, fazer com que integrem o Escopo 1 desse protocolo.

Nesse questionário além dos tópicos descritos no questionário principal, inclui também um Módulo do *Supply Chain*.

2.1.4 – Divulgação dos dados coletados e tabulados

Os respondentes podem optar por tornarem ou não públicas as informações que prestaram, e em caso positivo os questionários são divulgados na íntegra dentro do portal. Em caso negativo ficam disponíveis apenas para os signatários que possuem senhas especiais de acesso aos questionários respondidos.

Uma vez apurados os dados, estes são tabulados por metodologia de pontuação desenvolvida pelo CDP em conjunto com a PwC, entidade essa que contribui para a transparência dos dados obtidos e tabulados, e é produzido um *scoring* ou pontuação que são divulgados apenas aos signatários.

A metodologia de pontuação prevê atribuição de notas pela qualidade das respostas em termos de *disclosure* e *performance* e dessa forma permitem a elaboração de um relatório diagnóstico objetivo sobre a qualidade da gestão.

O CDP vem tabulando respondentes no Brasil desde 2006, apontando publicamente quem responde ou não aos questionários. Quanto aos relatórios de *scoring* são recentes e ainda não estão sendo disponibilizados aos signatários, conforme informou a *Country Manager* Juliana Campos Lopes, sendo que estarão disponíveis a partir de 2012.

Dos 5.000 questionários remetidos a empresas em 2011, 2038 encaminharam suas respostas, equivalente a 41% de respondentes. Das 80 empresas brasileiras solicitadas a responderem 54 responderam ao questionário, perto de 68% de respondentes.

A apuração dos dados permite elaboração de listagem das 500 empresas que se destacaram denominada CDP *Global 500*, sendo que nessa listagem em 2011 figuram 11 empresas brasileiras, ressaltando o papel de nossas empresas nesse cenário. E dentre as 500 maiores são escolhidas as empresas que obtiveram excelência nos resultados compondo o chamado CDLI – *Carbon Disclosure Leadership Index*, e nesse índice só a Companhia Vale do Rio Doce fez parte dentre as empresas brasileiras.

2.1.5 – Serviços prestados pelo CDP

O CDP executa uma série de *workshops* para ajudar as empresas na preparação para responder ao CDP. Elas são livres de participar e são realizados em diversos locais ao redor do mundo.

O serviço ao respondente CDP se constitui de um pacote integrado que pode apoiar o processo da empresa na gestão do carbono. O pacote inclui análise *on-line* acessando dados do CDP e uma ferramenta para preparação de relatórios de emissão simplificados, juntamente com apoio de informações de *networking*, oportunidades, eventos e um gestor de conta dedicado.

O CDP oferece também ajuda de parceiros para cálculo do carbono, consultoria para estratégias sustentáveis, certificação e garantia de dados de clima ou de sustentabilidade.

2.1.6 – Legitimação dos dados apurados

A credibilidade dos dados apurados e divulgados no Brasil vem sendo atestada por patronos do projeto como a ABRAPP – Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Banco Santander, por investidores financeiros do projeto, por personalidades do âmbito empresarial e acadêmico e por todos os atores públicos e privados que debatem e incentivam a realização do projeto.

No exterior diversas entidades como a Green Research, empresa de pesquisa, assessoria e consultoria com foco em tecnologia limpa, energia alternativa e sustentabilidade, afirma ser a CDP uma entidade em condições de desempenhar importante papel no cenário da sustentabilidade. Ao pedir às empresas que divulguem suas emissões de gases de efeito estufa, o CDP está implicitamente pedindo às empresas para medirem suas emissões. Dessa forma a Green Research afirma que as empresas podem adquirir o hábito de medir emissões entrando em uma posição para começar a controlá-las e reduzi-las. (GREEN RESEARCH, 2009)

2.1.7 – Verificação do uso dos dados como direcionadores de ações estratégicas

O CDP além dos dados relativos a emissões de divulgação pública, incorpora nos relatórios informações relativas à gestão dos respondentes por meio dos relatórios de *scoring* e sua divulgação é restrita aos signatários investidores que incentivam e até patrocinam o órgão e ao público apenas os relatórios respondidos desde que autorizado pela empresa respondente.

Não há nenhuma auditoria formal de verificação das informações prestadas e acredita-se na transparência das empresas respondentes.

Cabe aos usuários de qualquer dado ou informação prestada por empresa respondente que se tornou pública a iniciativa de questionamento do que lhe convier.

2.1.8 – Dificuldades identificadas no uso do instrumento CDP

Apesar das vantagens já verificadas no uso desse indicador foram identificadas diversas dificuldades e críticas ao seu uso que fragilizam a sua concepção a qual passamos a relatar.

De acordo com Leon Kaye para o Guardian Professional Network, a empresa Amazon.com, líder mundial em vendas pela Internet, vêm resistindo à ideia de participar da pegada do carbono e devido a isso está sendo criticada pela falta de transparência em suas ações. Seus acionistas votaram pela não participação da Amazon em responder ao questionário CDP. De acordo com Kaye, pela informação percebe-se que essa empresa tem essa atitude devido ao seu modelo de negócio, que ela afirma só revender o que os outros fabricam e qualquer preocupação com as mudanças climáticas são de responsabilidade de seus fornecedores e vendedores. KAYE (2011)

Outra crítica foi identificada por STANNY (2010), que em seu estudo sobre divulgações voluntárias de emissões analisou a ferramenta CDP e identificou que as empresas não divulgam informações relacionadas a mudanças climáticas relativas às suas operações; ao contrário, divulgam informações relativas a riscos e oportunidades gerais sobre mudanças climáticas. Ela cita ainda em seu estudo que Kolk *et al.* examinaram os questionários das empresas relacionadas como das 500 Globais e verificaram que o nível de detalhes sobre emissões de carbono é insuficiente para as necessidades dos investidores. Esta descoberta de divulgações mínimas permitiu verificar que o questionário dá legitimidade às empresas, pois divulgam o mínimo para estarem de acordo com as expectativas dos *stakeholders*.

STANNY (2010) afirma, portanto, em seu estudo, que certas empresas utilizam o questionário de forma a manipular informações de acordo com os desejos de seus acionistas de forma a obterem legitimidade em suas respostas.

Outra crítica procede da própria empresa que dá apoio ao CDP na mensuração dos resultados que é a PwC. Em sua publicação, é declarado que as empresas quando utilizam dados que estão desatualizados ou quando reafirmam as principais métricas de ano para ano resultam na baixa confiabilidade dos seus programas de informação. Certamente em relação às faixas de certeza também é importante. Metade das empresas pesquisadas para o *Carbon Disclosure Project 2010* relataram as emissões de gases de efeito estufa dentro de uma faixa de 5% de certeza. Mas 25% desses mesmos respondentes não divulgaram informações sobre faixas de incerteza, ou eles não avaliaram a incerteza em tudo. Dessa

forma não oferecem a credibilidade necessária à informação sendo prestada. (PWC nº 14 - 2010)

Nova crítica vem de KAUFMAN (2009) relatando que mesmo com o *Carbon Disclosure Project* estabelecendo-se como padrão para os métodos de medição de emissões, provoca algum cepticismo e que, críticos dizem que os valores de emissões não estão sendo verificados através de auditorias externas, como os dados financeiros de empresas de capital aberto. (KAUFMAN 2009)

Ainda segundo Kaufman, alguns argumentam que a divulgação das emissões premiam as empresas que teriam cortado sua produção de dióxido de carbono de qualquer maneira, e a divulgação não exerce qualquer influência sobre as empresas poluidoras que se recusam a tomar parte nas divulgações do CDP.

Em outra crítica, feita por Charlie Ryan para órgão de divulgação da Universidade de Minnesota, o CDP parece estar numa posição muito forte para agir como um influente regulador do mercado num futuro previsível, e que alguns críticos argumentam que o CDP, na verdade, faz muito pouco em afetar a forma como as empresas pensam e agem com relação a seus impactos ambientais. Argumentam que o CDP não produz quaisquer sanções para o não cumprimento de metas e muitas vezes não há verificação por terceiros.

Mas atenua sua crítica ao afirmar que é para dar-lhes tempo. O CDP já trouxe grande atenção a um problema global que os governos têm recentemente se esforçado para fazer algo a respeito: “No oeste selvagem da atual contabilidade do carbono o CDP traz dados primários, a normalização, e promessas para discussões” (RYAN, 2012).

3. Estudo de Caso

A realização do estudo de caso neste trabalho teve como pressuposto a confirmação ou não dos dados apurados no levantamento das informações do CDP, por empresa usuária e signatária deste.

Foi colhido depoimento do Sr. Rafael Castro, Gerente de Núcleo da empresa signatária Fundo PREVI, um dos maiores Fundos de Investimento do Brasil, a respeito do CDP.

3.1 – Fundo PREVI

Criada em 1904, antes mesmo da Previdência Oficial em nosso País, a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil é o maior fundo de pensão da América Latina e 24º do mundo em patrimônio. A PREVI é uma entidade fechada de previdência privada e seus participantes são funcionários do Banco do Brasil e empregados do quadro próprio da PREVI. A Instituição trabalha para garantir a esses participantes

benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, de forma a contribuir para a qualidade de vida deles e de seus dependentes. Em 2011 fechou seus relatórios demonstrativos com recursos superiores a R\$ 155 bilhões e suas publicações adotam as diretrizes internacionais da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Com relação a utilidade dos dados do CDP, declararam que as informações disponibilizadas são insuficientes para uma decisão sobre investimentos, pois o CDP se refere apenas a gases e que são necessárias outras informações, de outras ferramentas e indicadores para que possam tomar decisões de investimentos quando estas envolvem sustentabilidade. Declararam ainda quando questionados, que é difícil atribuir à ferramenta CDP a razão do sucesso ou fracasso em algum investimento.

De acordo com a PREVI, ainda não existem métricas que possibilitem vincular diretamente desempenho dos investimentos às informações disponibilizadas através do CDP ou à performance das empresas em relação às emissões de GEE – Gases Efeito Estufa. Acreditam, contudo, que as informações prestadas pelo CDP são parte importante da solução do problema da produção de conhecimento e métricas para avaliação de investimentos em face das ações de sustentabilidade. A percepção deles é de que os dados demandados pelo CDP possibilitam maior conhecimento e controle das emissões de GEE em cada empresa respondente e isso estimula mudanças de cultura empresarial, provocando inovações e ganhos em eficiência e produtividade, o que certamente trará frutos importantes a médio e longo prazo.

Em outra questão quanto à confiabilidade, foram claros ao afirmar que acreditam na transparência das informações prestadas ao instrumento, embora não exista auditoria dos mesmos, e acreditam que as empresas e seus gestores estão ainda despreparados para esse novo cenário. Não prestam as informações de sustentabilidade ou por falta de capacitação nessa nova atividade de mensuração ou por não estarem ainda conscientizados da importância das mesmas. Por se tratar de um processo que demanda levantamento de informações que não eram geralmente monitoradas pelas empresas, está ocorrendo com o passar dos anos um aprimoramento e aprofundamento dos levantamentos.

Quanto ao acesso às informações, declararam que a PREVI como membro do CDP possui acesso também à área reservada do portal da iniciativa onde podem buscar informações detalhadas daquelas empresas que optaram por deixá-las públicas para os investidores.

Quanto à qualidade das informações prestadas, questionados se as empresas respondentes do CDP divulgam o que é necessário para decisões de investimentos nessas empresas ou se faltaria algo, afirmaram que enquanto investidores responsáveis, optaram por incorporar as questões ambientais, sociais e de governança corporativa em seus processos de investimento. Por meio do CDP tem como utilizarem os dados produzidos para avaliar o impacto em relação às mudanças climáticas. Entretanto, esta é uma das questões

avaliadas pela PREVI em relação aos impactos ambientais. Outras informações sobre as demais questões ambientais, sociais e de governança precisam ser buscadas em outras fontes de informações sobre a empresa *prospect*.

Sobre formas de pressionar as empresas convidadas para que respondam ao questionário e de forma transparente, a PREVI declarou que colaboram com o CDP estimulando diretamente as empresas do seu portfólio a responderem o questionário e que nas empresas fora de seu portfólio ou com baixos investimentos não exercem qualquer pressão para responderem.

Sugeriram nas suas observações finais que o CDP faça a medição de outros fatores sócio ambientais para as análises de investimentos feitas na PREVI, além de sugerir também que haja maior capacitação dos gestores de todas as empresas *prospects* para essa tarefa de gestão ambiental e que o *Forest Footprint Disclosure* ampliará o leque de informações que serão levantadas pela iniciativa. Dessa forma o CDP poderá contribuir de forma abrangente para avaliação dos impactos ambientais das empresas.

Afirmaram, além disso, que o CDP deve intensificar esforços para facilitar o uso das informações disponibilizadas por parte dos investidores e por se tratar de conhecimento técnico específico, o CDP poderia desenvolver ferramentas e ações educacionais que facilitem o uso dos dados pelos analistas financeiros.

4. Considerações finais

O instrumento CDP tem sua gênese na oportunidade tecnológica aproveitada pelo seu fundador. Conforme suas próprias palavras, ele se interessou pela sustentabilidade como algo que poderia ser um importante acontecimento. Isso permite considerar que o instrumento foi criado não por convicção, mas por conveniência, o que não tira o brilho de seu sucesso como ferramenta, que vem sendo mundialmente aceita na comunidade empresarial, possibilitando afirmar que, hoje, ela está bem administrada, sendo utilizada largamente por investidores.

Outra consideração que é possível destacar, é que a pressão ou *enforcement* relacionado ao CDP ainda não é suficientemente capaz de convencer as empresas em geral de que os relatórios divulgados com base em informações coletadas podem agregar valor aos seus ativos, mas, ao contrário, revelam suas fragilidades. Talvez com o tempo esse quadro possa se reverter em função dos esforços globais em prol da sustentabilidade.

Das críticas coletadas também é possível considerar a ausência de entidades auditoras independentes dos dados divulgados para que os mesmos possam realmente serem merecedores de crédito. Talvez aí resida uma nova oportunidade de negócios na área de serviços ambientais.

Cabe destacar, que o instrumento analisado procura identificar dados e informações comuns a outros instrumentos, e até informa em suas publicações para quais outros instrumentos a empresa respondente presta informações idênticas ou similares. Isto pode provocar um desgaste nessas empresas respondentes, que são submetidas a vários questionários com os mesmos questionamentos, indicando a necessidade de, num futuro próximo, haver convergência entre os instrumentos relativos a seus questionários.

Também é possível destacar, que a ferramenta CDP não está sendo suficientemente capaz de conscientizar as empresas convidadas a responderem ao questionário que o façam de maneira técnica e correta. É preciso prepará-las com mais presença e pressão dos signatários investidores, apesar dos esforços do *staff* brasileiro e sul-americano do CDP para tal, que é insuficiente no seu tamanho para o esforço necessário.

Referências Bibliográficas

- MARCOVITCH, Jacques. “Para Mudar o Futuro: Mudanças Climáticas, Políticas Públicas e Estratégias Empresariais”. São Paulo: Edusp. 2006
- PEREIRA, Raquel da Silva. “Desenvolvimento Sustentável como responsabilidade Social das Empresas: um enfoque ambiental”. São Paulo: Lorosae, 2002.

Artigos e Documentos

- GARTER, Inc. Gartner Fellows Interview: Paul Dickinson, Executive Chairman of the Carbon Disclosure Project Published: 7 February 2011 disponível em <http://www.gartner.com/id=1540714>, acessado em 02/05/2012.
- GREEN RESEARCH. Savvy Strategy Guides Carbon Disclosure Project ,2009, disponível em <http://greenresearch.com/2009/09/22/savvy-strategy-guides-carbon-disclosure-project/> , acessado em 27/05/2012.
- KAUFMAM, Leslie. Emissions Disclosure as a Business Virtue. NYTimes, 2009 disponível em [By Degrees - Turning Carbon Disclosure Into a Virtue - Series - NYTimes_com.mht](#) acessado em 27/05/2012.
- KAYE, Leon, Amazon resists pressure to participate in carbon footprint disclosure project for the Guardian Professional Network [guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk), 2011, disponível em <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/amazon-disclose-data-climate-carbon-footprint> , acessado em 27/06/2012
- MARCOVITCH, Jacques.. “Como Avançar na Rio + 20?” *Revista Política Externa* – vol.20 nº4. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2012.
- PWC - PRICEWATERHOUSECOOPERS, How credible is your sustainable reporting? PWC nº 14, 2012. Disponível em <http://www.pwc.com/us/en/view/issue-14/how-credible-is-your-sustainability-reporting.jhtml> . acessado em 27/05/2012

RYAN, Charles The Carbon Disclosure Project , in Driven to Discover, University of Minnesota, 2012, disponível em The Carbon Disclosure Project NorthStar Initiative.mht, acessado em 27/05/2012

STANNY, Elizabeth,. “Voluntary disclosures of emissions by US firms”, in Social Science Electronic Publishing, 2010.

Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1454808. Acessado em 27/05/2012.

The Greenhouse Gas Protocol. “Designing a Customized Greenhouse Gas Calculation Tool”. *World Resources Institute*.

Portais Internet

<https://www.cdproject.net/en-US/Pages/HomePage.aspx> , acessado em abril/2012

https://www.cdproject.net/en-US/News/Documents/CDP_Newsletter_Web.htm acessado em 18/06/2012

<http://www.ideiasustentavel.com.br/2012/06/cdp-e-ffdp-se-unem-para-criar-o-maior-sistema-de-reporte-de-capital-natural/> acessado em 18/06/2012.

ANÁLISE DOS INDICADORES ETHOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL

Talita **Rosolen***

RESUMO

Com o objetivo de auxiliar as empresas na incorporação de aspectos do desenvolvimento sustentável, surgiram diversas ferramentas baseadas em métricas. Este trabalho aborda a adoção dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial com o intuito de discutir sua adequação e eficácia na gestão das empresas em busca da sustentabilidade. Uma análise crítica foi construída com base em documentos, entrevistas com especialistas e exemplo de uma empresa. Observou-se que os Indicadores Ethos foram essenciais para a evolução do tema no Brasil e há muitos benefícios em sua utilização, principalmente para organizações em estágio de aprendizagem. Como sua eficácia depende do comprometimento interno da organização, mostrou-se insuficiente para assegurar o alcance do desenvolvimento sustentável, uma vez que se torna iminente a necessidade de maior “enforcement” sobre as organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores Ethos; Métricas de Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Observa-se hoje um movimento intenso das grandes empresas em torno das questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. Cada vez mais a dimensão social e a ambiental são incorporadas nos resultados das empresas, seja por cobrança da sociedade e pela competitividade do mercado na qual estão inseridas, seja por uma questão de valores.

As empresas buscam se aprofundar por meio do desenvolvimento de políticas e práticas voltadas para as questões sociais e ambientais, antes não consideradas, e da utilização, na maior parte das vezes, de referências e compromissos ligados ao tema como meio de visualizar caminhos a seguir. Para acompanhar esta evolução surgiram diversas ferramentas de gestão com o objetivo de auxiliar as organizações no desenvolvimento do tema (ALIGLERI, 2011).

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a eficácia dos Indicadores Ethos, ferramenta criada pelo Instituto Ethos em 2000, no alcance do desenvolvimento sustentável

* Mestranda em Administração na Universidade de São Paulo e bolsista CNPq. Graduada em Administração na USP (2009), foi bolsista e coordenadora do PET Administração FEA/USP, Programa de Educação Tutorial reconhecido pela CAPES e sob a coordenação da SESu/MEC. Desenvolveu projetos no terceiro setor e atuou na área de sustentabilidade em empresa de consultoria e em multinacional de grande porte.

com destaque para aspectos de meio ambiente. O instrumento é utilizado amplamente por empresas brasileiras e da América Latina e atualmente passa por um processo de revisão para o lançamento de sua terceira geração.

Serão abordados ao longo do trabalho a origem e a evolução do instrumento, os temas e indicadores contemplados, a forma de aplicação do instrumento e a obtenção e divulgação dos dados. Em consulta a especialistas nos Indicadores Ethos, serão analisados o histórico e as perspectivas para a nova versão desta ferramenta. Para complementar a análise e constatar a sua eficácia será observado o processo de aplicação dos Indicadores Ethos em uma empresa que utilizou a ferramenta. Ao final pretende-se elaborar uma análise crítica do propósito e da utilização da ferramenta em direção ao desenvolvimento sustentável.

2. MÉTRICAS DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

A Agenda 21, documento elaborado na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano realizada no Rio de Janeiro (conhecida como Rio 92), foi um grande impulsionador do tema desenvolvimento sustentável nos diversos âmbitos da sociedade, pois apresentou um conjunto de ações visando a evolução de um modelo de equilíbrio entre crescimento econômico, desenvolvimento humano e impacto ambiental (DELAI, 2006).

Para que este foco passasse a ter um papel prioritário nos planos de desenvolvimento dos países e das comunidades em geral, foi proposto no documento que se elaborassem maneiras de avaliar, mensurar e monitorar as ações em prol do desenvolvimento sustentável, principalmente no âmbito social e ambiental. Isto porque já havia uma série de indicadores para acompanhamento do crescimento econômico tanto de países quanto de empresas, mas não eram relacionados com o desenvolvimento social e impactos ao meio ambiente.

A partir das discussões e das resoluções geradas nesta Conferência surgem iniciativas em várias partes do mundo com o objetivo de encontrar indicadores e métricas para acompanhamento de estratégias para o desenvolvimento sustentável, sendo alguns voltados para a gestão de países por parte dos governos e outros direcionados a questões da responsabilidade socioambiental das empresas.

Ainda não existia uma noção clara do que esta nova abordagem significava e quais os resultados que traria no curto e no longo prazo para as empresas, uma vez que as definições ainda eram insipientes e não existia uniformidade no conceito (BORGES, 2001).

O Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável passou então a disseminar a Responsabilidade Social Empresarial como estratégia a ser baseada em

ética sólida e valores fundamentais. Este enfoque possibilita que as empresas monitorem mudanças nas expectativas sociais e ajuda a controlar riscos e identificar oportunidades de mercado, além de alinhar valores corporativos e societários, o que resulta em uma melhor imagem para a companhia (WBCSD, 1999).

O movimento do uso de ferramentas de mensuração de impactos socioambientais teve início no Brasil um pouco antes, em 1997, com o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Consiste em um modelo de demonstrativo numérico das questões sociais da empresa, como um complemento aos demonstrativos financeiros, mas não atendia à complexidade do tema.

A criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade em 1998 foi um marco e também trouxe grandes avanços para a discussão do tema nas corporações, uma vez que foi idealizado por um grupo de empresários e executivos oriundos do setor privado brasileiro. Esta iniciativa teve apoio de empresas de diversos setores e, principalmente, de grande porte, o que possibilitou grande alavancagem ao instituto desde o início.

O Instituto Ethos criou em 2000 a ferramenta que recebeu o nome de Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, desenvolvido para possibilitar o diagnóstico e planejamento das práticas de responsabilidade social empresarial, o qual ganhou grande expressividade entre as empresas e trouxe força ao movimento no país. Para as empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo foi criado em 2005 o Indicadores de Sustentabilidade Empresarial (ISE), questionário para comparação do desempenho das empresas no tema (ALIGLERI, 2011).

Além das ferramentas criadas em território nacional, houve a propagação de iniciativas e padrões internacionais que também passaram a fazer parte do escopo das companhias brasileiras comprometidas com as questões de sustentabilidade. Dentre elas destacam-se as Diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), documento que contém orientações para a elaboração e estrutura de relatório do desempenho socioambiental das empresas.

O uso dessas referências auxiliou a inserção e consolidação na gestão das organizações, enfatizando aspectos antes não considerados, como o diálogo com todas as partes interessadas da empresa e o foco em resultados de longo prazo, e modificando a forma como eram conduzidos os negócios, uma vez que o tema levou muitas empresas a reavaliarem seu papel e impacto na sociedade.

Além desta perspectiva, Mueller (2003) complementa que é essencial a avaliação constante das iniciativas da empresa comprometida com a sociedade e o meio ambiente, uma vez que a vontade política e a cultura de responsabilidade social sozinhas não se sustentam sem acompanhamento. A mensuração sistemática permite constatar o a evolução das ações e os aspectos críticos para que se estabeleça um plano de ações para o desenvolvimento da empresa a caminho da sustentabilidade.

Cada uma destas iniciativas surgiu com um propósito específico e em momentos diferentes de evolução do tema, o que torna as ferramentas complementares na maioria dos casos. Entretanto, a complexidade de trabalhar com uma série de instrumentos com diferentes indicadores pode gerar limitadores para a operacionalização das iniciativas socioambientais e confusões na definição de ações prioritárias frente aos impactos gerados por cada companhia (DELAI, 2006).

Com todos estes movimentos para trazer as práticas de responsabilidade social, o engajamento de *stakeholders* e a mitigação de impactos nas mudanças climáticas para os negócios, as empresas passaram a ser mais cobradas também por seus clientes em relação aos seus papéis e impactos na sociedade. O questionamento acerca destas questões começou a afetar significativamente a imagem e reputação de muitas empresas, tanto positiva quanto negativamente.

Almeida (2006) afirma que as pressões para a aderência das organizações à visão da sustentabilidade estão essencialmente ligadas à necessidade de uma abordagem capaz de gerar riquezas de maneira contínua garantindo o sucesso de longo prazo e alinhando seus processos e estratégias à integração de três objetivos que devem seguir juntos: crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social.

Neste sentido, a utilização de ferramentas que facilitem e direcionem a gestão das empresas em direção ao desenvolvimento sustentável é essencial para o sucesso das ações nesta direção. A escolha das referências mais adequadas para cada organização deverá ser pautada tanto pelo contexto interno da operação da empresa, quanto pelo relacionamento com seu público externo.

Outro aspecto importante é a questão da transparência e da confiança que estes instrumentos podem gerar. Alguns possuem mecanismos de verificação e conferem chancelas a empresas que cumprem uma série de requisitos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Outros consistem em diretrizes para a divulgação de informações socioambientais das organizações interessadas em expor suas iniciativas a diferentes públicos, porém não realizam a comprovação do que é reportado. Neste caso, o cumprimento das diretrizes não implica na efetividade das ações e deve ser observado com cuidado pela comunidade interessada.

Este trabalho abordará em profundidade a adoção de uma ferramenta mais voltada para o gerenciamento interno, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, com o objetivo de compreender sua adequação e eficácia na gestão das empresas em busca da sustentabilidade. Como a ferramenta teve grande importância no desenvolvimento da responsabilidade socioambiental nas empresas brasileiras, será analisada a evolução dos Indicadores Ethos e perspectivas futuras frente aos objetivos do estudo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma vez que o objetivo deste trabalho é estudar em detalhe a aplicação de uma ferramenta de diagnóstico socioambiental e seus resultados, mostrou-se adequado realizar um estudo qualitativo, de natureza exploratória. Segundo Oliveira (2007), o objetivo da pesquisa exploratória é prover uma explicação geral sobre determinado fenômeno. A abordagem qualitativa facilita apresentar a complexidade de problemas e hipóteses e é utilizada para discutir em profundidade as características e o significado do contexto em que encontra o objeto de pesquisa.

Para a construção do referencial teórico foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e via internet. Como o tema apresenta muitas discussões atuais e as principais informações a respeito dos Indicadores Ethos acessíveis através da internet, mostrou-se necessário ir além da pesquisa em livros, artigos e teses. Foram utilizados também documentos, relatórios e reportagens publicados digitalmente, bem como *websites* das instituições envolvidas com o tema em questão.

A pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, mas a principal diferença é que a primeira é normalmente composta de materiais que ainda não receberam tratamento analítico e, portanto, tal pesquisa deve ser mais cuidadosa, de acordo com Oliveira (2007). A autora coloca que a internet também constitui uma importante fonte para pesquisas na atualidade, uma vez que é uma ferramenta indispensável para a coleta de informações atualizadas, principalmente referentes à atuação pública das empresas.

Para a coleta e análise dos dados empíricos, optou-se pelo método do estudo de caso. O estudo de caso é apropriado para estudar um determinado acontecimento em profundidade dentro de seu contexto, especialmente processos sociais à medida que eles se desenrolam nas organizações, possibilitando analisá-los com base em diferentes ângulos (TACHIZAWA, 2002). É importante destacar que, de acordo com Yin (2005), os estudos de caso são apenas generalizáveis a proposições teóricas e não a populações ou universos.

A escolha dos Indicadores Ethos como unidade de análise deste estudo se justifica pela importância da ferramenta no desenvolvimento de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável no âmbito das empresas brasileiras. Sua expressividade também pode ser destacada pelo número de empresas que fazem uso da ferramenta, que chegou a mais de 850 empresas na versão 2008 e teve no último ano cerca de 550 empresas respondentes (versão 2010).

Inicialmente foram colhidos dados provenientes de documentos acerca da ferramenta, especialmente de relatórios públicos e estudos acadêmicos. Em seguida foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com especialistas na ferramenta: com a Coordenadora de Gestão Sustentável do Instituto Ethos e com uma integrante do Comitê Consultivo Técnico dos Indicadores Ethos.

Com o intuito de analisar aspectos de aplicação prática dos Indicadores Ethos foi realizado um estudo complementar em uma empresa que já fez uso desta ferramenta: o Grupo Camargo Corrêa. A princípio foram analisados dados públicos disponibilizados em relatórios e no site da empresa. Posteriormente, foi realizada entrevista semiestruturada com o analista de sustentabilidade da companhia.

4. INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

4.1 – Origem dos Indicadores Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos criada em 1998 por lideranças advindas do setor empresarial com a missão de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (ETHOS, 2008, p.4). Este movimento já nasceu com força por envolver empresas e líderes empresariais de renome, os quais estimularam e apoiaram o desenvolvimento do tema e sua adequação ao cenário brasileiro.

O Instituto passa a exercer o papel de catalisador das questões socioambientais no país, mas percebeu que era necessário demonstrar o tema em ações concretas. Com a intensificação da disseminação deste novo contexto de gestão, tornou-se imprescindível concretizar as proposições e os conceitos ao redor do tema para traduzir estas questões em práticas a serem incorporadas pelas empresas.

Neste sentido foram desenvolvidos no ano de 2000 os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social com o objetivo de ser uma referência para o gerenciamento das práticas de responsabilidade social nas empresas e um reforço para a tomada de consciência dos empresários e da sociedade brasileira. Consiste em um questionário para avaliação do estágio das políticas e práticas socioambientais nas empresas, cujo resultado é um mapeamento detalhado das ações da empresa e a identificação de oportunidades de melhoria na gestão da sustentabilidade (ETHOS, 2008).

Os Indicadores Ethos surgiram com o intuito principal de fornecer subsídios para a gestão interna da organização e, portanto, é uma ferramenta voluntária de autoavaliação e as informações preenchidas pelas empresas são guardadas em sigilo e não são auditadas pelo Instituto Ethos. Não é concedida, tampouco, nenhuma espécie de selo, prêmio ou certificado às empresas que utilizam a ferramenta.

Estas características referentes ao propósito da ferramenta resultaram do contexto em que ela nasceu e da necessidade das empresas na época, uma vez que o conceito de responsabilidade social empresarial ainda era incipiente e precisava ser mais aprofundado para criar robustez. Neste sentido, não era interessante que fosse uma ferramenta de

cobrança ou obrigatoriedade, mas sim de incentivo ao aprendizado e aperfeiçoamento interno para evolução das ações em direção à sustentabilidade.

Desde 2007, o questionário pode ser preenchido em formato eletrônico. O sistema devolve à empresa um relatório com as informações preenchidas por ela e um comparativo com a média do banco de dados de todas as empresas que preenchem os Indicadores, bem como com a média do grupo de *benchmark*, composto pelas empresas que obtiveram as dez melhores notas gerais no questionário, e compõem o chamado “grupo de referência”. (ETHOS, 2010)

A partir desta versão, também foi desenvolvida a possibilidade de envolver a cadeia de valor da empresa no preenchimento do questionário, como forma de avaliar seus impactos sociais e ambientais. Desta maneira, as organizações que optarem por acompanhar a gestão da responsabilidade social de seus fornecedores e clientes poderão ter acesso às informações registradas por eles, desde que autorizados expressamente, e poderão realizar conferências ou auditorias se entenderem necessário.

Para auxiliar a integração dos esforços colocados na utilização das várias diretrizes e ferramentas existentes para avaliação e divulgação das questões socioambientais, é apresentado um comparativo dos Indicadores Ethos com os requerimentos de outras iniciativas, quais sejam: Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI)ⁱ, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)ⁱⁱ, Pacto Globalⁱⁱⁱ e a Norma SA8000^{iv}.

Além do questionário-base que se enquadra em todos os tipos de organizações, foram desenvolvidos também indicadores setoriais para endereçar questões específicas de cada setor da economia. Os setores compreendidos são: Bares e Restaurantes, Celulose e Papel, Construção Civil, Distribuição de Energia Elétrica, Financeiro, Franquias, Jornais, Mineração, Panificação, Petróleo e Gás, Transporte de Passageiros Terrestres e Varejo.

Outro avanço no sentido de adequação da ferramenta aos diversos tipos e tamanhos das organizações, foi o desenvolvimento dos Indicadores Ethos-Sebrae de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas. Esta concepção permitiu a difusão do tema em termos práticos para companhias que antes não consideravam seus impactos no meio ambiente e na sociedade e não enxergavam seu papel neste contexto.

Por meio da parceria com outras organizações, o Instituto Ethos constituiu o Programa Latino-Americano de Responsabilidade Social Empresarial (Plarse) com o objetivo de fortalecer o tema e alinhar conceitos e metodologias em outros países da América Latina. Foi elaborada uma versão em espanhol dos Indicadores Ethos contemplando tanto aspectos comuns entre os países quanto características específicas.

4.2 – Processo de Aplicação dos Indicadores Ethos

O procedimento para obtenção dos dados pode ser realizado de acordo com a realidade de cada organização. A empresa pode optar por contratar um facilitador externo para auxiliá-la ou realizar todo o processo com recursos internos. O Instituto Ethos, por meio do Uniethos, oferece programas de capacitação para que profissionais da própria empresa possam coordenar o preenchimento.

Para que sejam maximizados os resultados da utilização da ferramenta e seus resultados passem de fato a ser considerados na gestão da empresa, é imprescindível que a alta direção da empresa tenha conhecimento e acompanhe o processo. Mas também é importante a participação de pessoas de diferentes áreas e níveis hierárquicos, de modo a endereçar a amplitude de temas abordados e a atribuir representatividade às respostas.

O documento para aplicação da ferramenta destaca que:

A mobilização de profissionais da empresa para responder os Indicadores Ethos de RSE deve ser encarada como o início de um processo de autodiagnóstico que, combinado com a missão e estratégia geral da empresa, permitirá identificar aspectos da gestão que necessitam de acompanhamento detalhado, de novas metas e de profissionais focados. Tais metas devem ser preferencialmente incluídas no planejamento seguinte. (ETHOS, 2010, p. 8)

Ao longo do processo deve ser ressaltada a importância do diálogo com representantes dos públicos com os quais a empresa se relaciona (*stakeholders*) para melhor avaliação dos impactos de suas ações até a construção conjunta de metas e soluções.

Para compilar os dados e promover o debate interno deve haver um funcionário que coordene a aplicação. Entretanto, deve-se atentar para que o processo não seja tão centralizado a ponto de não engajar de fato o público interno no preenchimento dos Indicadores. É ideal que a iniciativa seja de fato participativa, passando por etapas presenciais de discussão entre as diferentes pessoas envolvidas e, assim, promovendo o tema de forma mais ampla do que o simples preenchimento de um questionário.

No caso de empresas diversificadas, é recomendado que cada unidade responda seu próprio questionário para retratar suas especificidades. A figura a seguir ilustra a recomendação do Instituto Ethos para o desenvolvimento do processo.

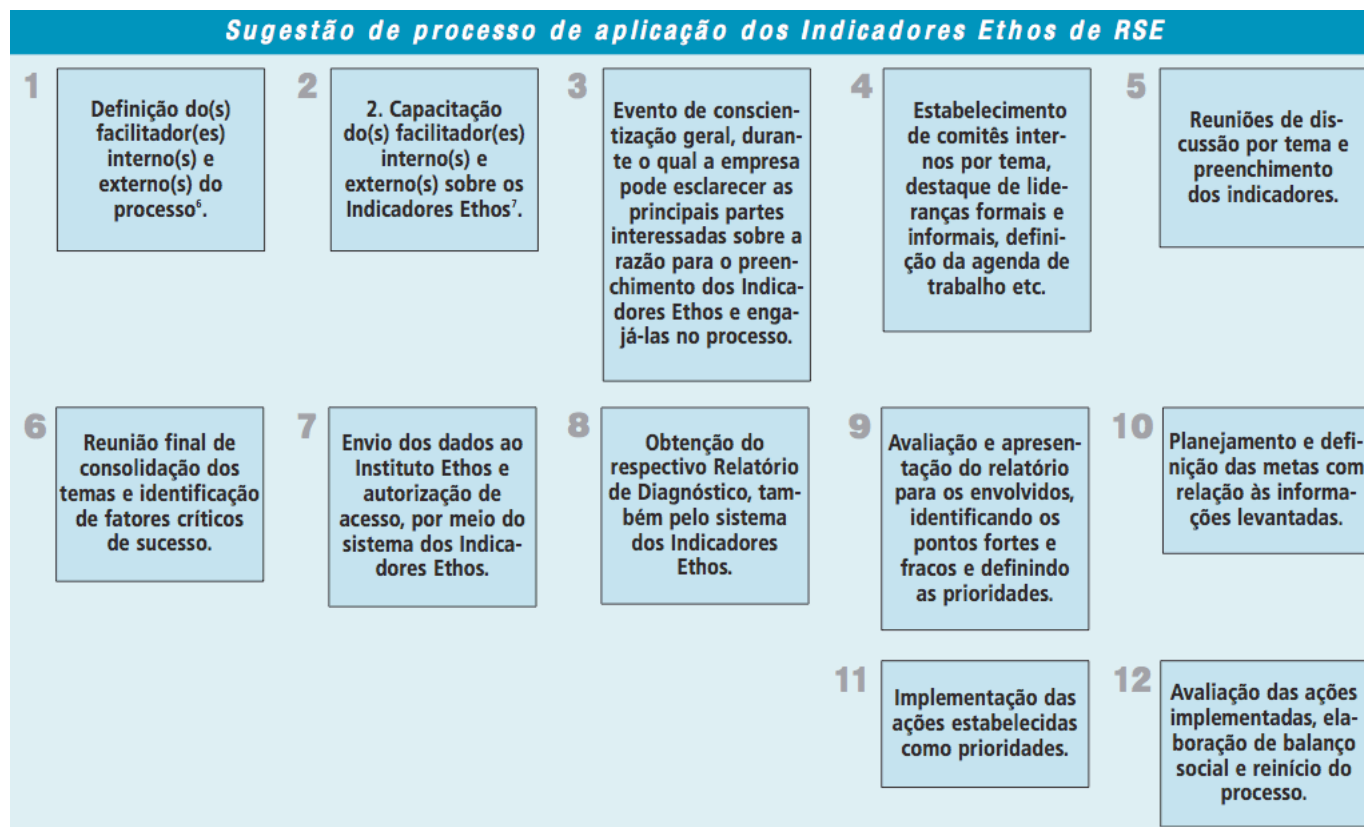


Figura 1 – Procedimento para aplicação dos Indicadores Ethos

Fonte: Ethos, 2010, p. 9.

1.1 – Evolução da Ferramenta

Desde a existência da ferramenta, os Indicadores Ethos foram grandes propulsores das questões do desenvolvimento sustentável no âmbito das empresas e tiveram papel essencial na evolução do tema no Brasil. Serviram como base, inclusive, para o estabelecimento de critérios para reconhecimento dos avanços das empresas, como o Prêmio Abradee de Responsabilidade Social (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) e o Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa.

A ferramenta passou por várias adaptações e melhoras para mobilizar o maior número de organizações e ajudá-las no desempenho de suas políticas e práticas de responsabilidade social empresarial. Muitas empresas passaram por este processo desde seu lançamento, sendo que no ano de 2011 (versão 2010) cerca de 550 organizações realizaram o diagnóstico de sua atuação em Responsabilidade Social Empresarial, baseadas nos Indicadores Ethos.

Até o momento, a maior parte das adaptações foi incremental e não apresentou grandes alterações na estrutura do questionário. Entretanto, com a consolidação do tema e o surgimento de novos padrões e normas, além de diferentes necessidades quanto à

transparência e divulgação das ações das empresas, mostrou-se imprescindível uma revisão mais ampla da estrutura da ferramenta, visando à sinergia com outras iniciativas e mantendo aspectos de aplicabilidade e comparabilidade (ETHOS, 2010).

Será apresentado a seguir como os Indicadores Ethos estão estruturados na versão vigente (Indicadores Ethos 2ª Geração) e como está sendo estruturada a próxima versão (Indicadores Ethos 3ª Geração).

4.3.1 – Indicadores Ethos 2ª Geração

Esta versão dos Indicadores Ethos foi desenvolvida com base na visão *multistakeholder*, ou seja, com ênfase nos diversos públicos de interesse da organização. Está organizado em sete blocos de indicadores: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade.

Cada um dos temas apresenta uma série de indicadores com o intuito de explorar as diversas dimensões em que a empresa pode melhorar sua atuação para cada um dos aspectos. No total são 40 indicadores formados por uma questão de profundidade, algumas questões binárias e outras quantitativas.

No tema Valores, Transparência e Governança são abordadas questões referentes à autorregulação da conduta e relações transparentes com a sociedade divididas em seis indicadores. No tema Público Interno são tratados em 13 indicadores os aspectos de diálogo e participação, respeito ao indivíduo e trabalho decente.

O tema Meio Ambiente engloba questões de responsabilidade com as gerações futuras e gerenciamento do impacto ambiental. Ao observar em detalhe este tema tem-se os cinco indicadores considerados: compromisso com a melhoria da qualidade ambiental, educação e conscientização ambiental, gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços, sustentabilidade da economia florestal e minimização de entradas e saídas de materiais. Vale destacar que, apesar de não ter um indicador para avaliar ações de mitigação das mudanças climáticas, há algumas questões ligadas a este aspecto no último indicador mencionado. Não há, entretanto, questões relacionadas ao tema da biodiversidade.

O tema “Fornecedores” envolve quatro indicadores sobre seleção, avaliação e parceria com fornecedores. O tema “Consumidores e Clientes” abrange aspectos da dimensão social do consumo por meio de três indicadores. No tema “Comunidade” são tratados quatro indicadores referentes à relação com a comunidade local e à ação social. Por fim, são abordadas questões de transparência política e liderança social em cinco indicadores no tema “Comunidade”.

A questão de profundidade é estruturada na forma de estágios, apresentando descrições para os quatro diferentes níveis em que a empresa pode se encontrar em relação àquele aspecto. O primeiro estágio representa uma atitude de cumprimento das exigências legais. O segundo estágio significa um nível intermediário, no qual a empresa ainda tem atitudes reativas, mas já encaminha mudanças nas práticas. O terceiro estágio denota grau avançado das ações, tendo questões socioambientais como estratégicas para o negócio. O quarto estágio representa uma condição de proatividade da companhia, que passa a influenciar questões de interesse da sociedade.

Cada indicador de profundidade é seguido por perguntas binárias (sim ou não) para qualificar a escolha do estágio identificado. Estas questões apresentam ações práticas que a empresa pode realizar no âmbito da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

Alguns indicadores são compostos também por questões quantitativas, o que propõe o levantamento sistemático de dados que refletem na gestão dos temas propostos no questionário. Apesar destes dados não serem considerados na pontuação final do relatório, é importante monitorá-los para a consistência do planejamento das melhorias propostas.

O questionário foi desenvolvido nesta estrutura com o intuito de fornecer subsídios para que a empresa planeje o modo de fortalecer seu compromisso com a responsabilidade social. A disposição em escala dos indicadores de profundidade provê parâmetros para os passos a serem seguidos e, juntamente com os indicadores binários e quantitativos, tangibiliza os temas para a realidade empresarial e aponta diretrizes para o estabelecimento de metas de aprimoramento.

4.3.2 – Indicadores Ethos 3ª Geração

Esta nova versão do questionário está sendo desenvolvida com o intuito de adequar o conteúdo em relação à evolução das questões de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, como por meio da evidência de temas como mudanças climáticas, bem como colocar os Indicadores Ethos no contexto internacional tanto em termos de divulgação quanto de utilização da ferramenta.

A Terceira Geração dos Indicadores Ethos ainda está em fase de elaboração e seu lançamento está previsto para abril de 2013. Existe uma versão intermediária, a qual foi testada por um grupo de aplicação-piloto, e ainda passará por ajustes até ser lançada a versão oficial.

É importante ressaltar a ênfase concedida à governança nesta revisão da ferramenta, uma vez que um dos principais objetivos é que o processo envolva a participação dos diversos *stakeholders* e seja desenvolvido com autonomia em relação ao Instituto Ethos. Para tanto, foi criada uma estrutura com Conselho Orientador (CO), Comitê

Consultivo Técnico (CCT), Comitê Consultivo Plarse (CCP), Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) e Coordenação do Projeto.

O CO é composto por executivos do Instituto Ethos e de instituições convidadas e é responsável por orientar as diretrizes estratégicas da nova versão da ferramenta. O CCT deve prover conselhos e conhecimento técnico, sendo constituído de especialistas externos em RSE e sustentabilidade, representantes de empresas que utilizam a ferramenta e de entidades setoriais. O CCP é formado por representantes das organizações que participam do Programa Latino-Americano de RSE (Plarse) e deve ser consultado quando houver questões relevantes de impacto em Indicadores de RSE locais. Os GTTs são grupos de especialistas em RSE e sustentabilidade, a serem formados de acordo com a necessidade de aprofundamento em temas específicos. A Coordenação do Projeto é realizada por uma equipe do Instituto Ethos com o intuito de implementar o que for sugerido pelas outras instâncias e validado pelo CO e gerenciar as comunicações externas e entre os grupos. É também responsável pela operação e acompanhamento técnico da versão atual.

A versão preliminar está estruturada em dois eixos: Avaliação da Gestão com Responsabilidade Social e Avaliação dos Temas Centrais da Responsabilidade Social. No primeiro eixo são tratadas questões de Incorporação dos Princípios de Responsabilidade Social; Práticas de Gestão e Relacionamento com as Partes Interessadas. O segundo eixo apresenta os temas de forma similar aos da geração anterior: Governança; Direitos Humanos; Público Interno; Meio Ambiente; Cadeia de Valor; Comunidade e Sociedade; Governos e Mercado.

Nesta versão procurou-se manter a estrutura dos Indicadores Ethos – 2ª Geração, mas incorporando aspectos da Norma ABNT NBR ISO 26000 e das Diretrizes para Elaboração de Relatório de Sustentabilidade da GRI. É possível que ainda haja alterações na estrutura para melhorar os pontos apontados como críticos na aplicação-piloto desta versão.

4.4 – Estudos sobre os Indicadores Ethos

Desde sua criação, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial têm sido uma ferramenta muito utilizada não somente por parte das empresas, mas também como referência para entendimento e disseminação do tema no âmbito acadêmico.

Alguns estudos utilizaram os Indicadores Ethos como ferramenta para avaliar a aderência e evolução de empresas específicas em relação a critérios de responsabilidade social empresarial e expor sua atuação socioambiental com critérios reconhecidos. A ferramenta mostrou-se útil para diagnósticos nestes estudos de caso e permitiu análises profundas a respeito do desenvolvimento das empresas no tema (SILVEIRA, 2007; MUELLER, 2003).

Mueller (2003) afirma que os Indicadores Ethos se consolidaram como um “excelente instrumento de avaliação e planejamento de práticas socialmente responsáveis” (p. 190), uma vez sua aplicação permite retratar o desenvolvimento das práticas de responsabilidade social da empresa e aperfeiçoar seu desempenho conforme seus aspectos críticos.

Já a tese elaborada por Aligleri (2011) utilizou o banco de dados e o questionário dos Indicadores Ethos como base para avaliar a relação entre ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a adoção dos princípios ecológicos pelas empresas. A opção por este embasamento se deu principalmente pelo grau aparente de robustez, a estabilidade da ferramenta e pelo grande número de empresas aderentes à sua utilização.

Entretanto, a pesquisadora aponta ressalvas, uma vez que não é unânime a preferência da ferramenta como referencial para a avaliação do estágio de práticas de responsabilidade socioambiental em empresas. Constatou, ainda, que ocorrem incongruências nas respostas de algumas organizações, o que coloca em risco a confiabilidade dos dados. A sugestão da autora é que o Instituto Ethos solicite documentos comprobatórios ou evidências para as respostas das empresas, de modo a assegurar a qualidade e veracidade das informações e estimular iniciativas que vão além do plano discursivo (ALIGLERI, 2011).

Outras pesquisas foram realizadas com o intuito de comparar ferramentas de gestão para a sustentabilidade. Souza (2006) propõe que os Indicadores Ethos estão entre as iniciativas com escopo mais abrangente, juntamente com Diretrizes GRI, IBASE e índices de sustentabilidade (ISE e DJSI).

A autora afirma que a maior parte dos temas dos Indicadores Ethos é também abordada no GRI apesar de possuírem diferentes enfoques, porém destaca a fragilidade da primeira por não apresentar suficientes questões de ordem quantitativa. Assim, recomenda a utilização conjunta das ferramentas para a elaboração de relatórios mais sólidos que irão considerar tanto aspectos relacionados ao contexto brasileiro quanto a diretrizes internacionais (SOUZA, 2006).

Delai (2006) realizou em seu estudo uma comparação entre diversas ferramentas para a elaboração de um modelo de referência para a mensuração da sustentabilidade contemplando características de cada uma quanto a: conceito de sustentabilidade, estrutura, conteúdo, dados, esfera, interface, participação e avaliação contínua.

Propõe, então, a complementaridade entre as abordagens, dado que nenhum dos sistemas estudados apresenta todos os aspectos envolvidos no conceito de desenvolvimento sustentável. É importante ressaltar que na análise da autora os Indicadores Ethos não se sobressaem em relação aos outros instrumentos, mas de modo geral seguem a mesma direção (DELAÍ, 2006).

A partir dos estudos realizados é possível observar que não há unanimidade em relação aos instrumentos para auxiliar a gestão socioambiental das organizações. Isto não

significa que as ferramentas existentes não são adequadas ou suficientes, mas sim que sua aplicação e eficácia dependem do contexto e das características de cada empresa. De acordo com Berger (2001), a escolha do modelo deve ser baseada no tamanho, no setor e na cultura da organização.

Entretanto, não foram encontrados estudos com o objetivo de efetuar uma análise crítica em relação aos Indicadores Ethos como ferramenta para o alcance da sustentabilidade, uma vez que a maior parte utilizou como referência para análises de empresas. Assim, este trabalho se propõe a prover subsídios para esta reflexão minuciosa ao examinar a ferramenta em si e sua eficácia.

5. GRUPO CAMARGO CORRÊA

5.1 – Apresentação do Grupo

Um dos maiores grupos empresariais privados do Brasil, a Camargo Corrêa S.A. é uma *holding* de capital fechado e controle familiar. Suas operações têm origem no país há mais de 72 anos e hoje está presente em 20 estados brasileiros, 17 países e é composto por mais 58 mil funcionários. Em 2011 sua receita líquida consolidada foi de R\$ 17,3 bilhões e o EBITDA totalizou R\$ 2,1 bilhões.

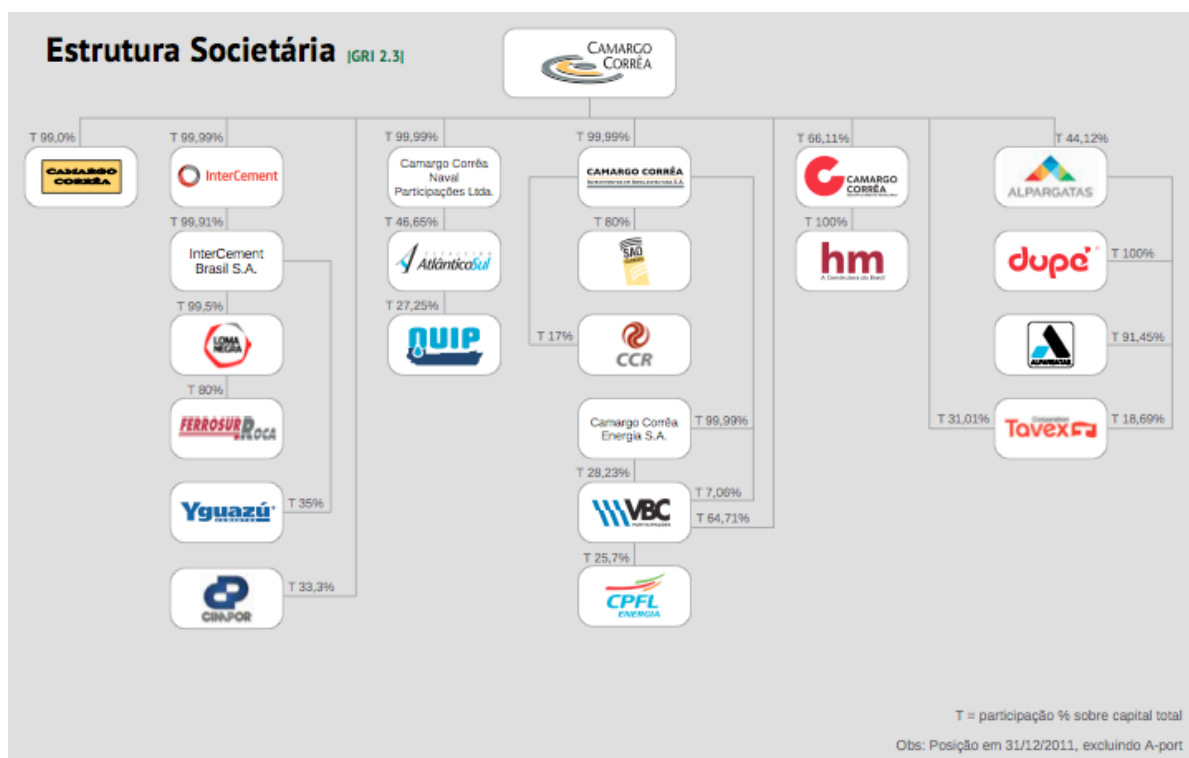


Figura 2 – Estrutura Societária Grupo Camargo Corrêa

Fonte: Relatório Anual Camargo Corrêa S.A, 2011, p.

O Grupo Camargo Corrêa atua em diversos setores, tendo posição de destaque nos setores de construção e operação de infraestrutura, indústria e gestão de marcas. É o segundo maior produtor da América do Sul no segmento de Cimento; no segmento de Engenharia e Construção já realizou mais de 500 grandes obras no Brasil e exterior; em Concessões de Energia é acionista do bloco de controle da CPFL; em Concessões de Transportes é acionista do bloco de controle da CCR; em Vestuários e Calçados atua por meio da Alpargatas; em Incorporação por meio da CCDI; e em Naval é acionista fundador do Estaleiro Atlântico Sul (EAS).

O Grupo destaca cinco valores que devem fazer parte da operação de todas suas empresas: Respeito às pessoas e ao meio ambiente, Atuação responsável, Transparência, Foco no resultado e Qualidade e inovação. Possui também um Código de Conduta Empresarial com princípios e valores que direcionam as atividades das empresas e dos profissionais da Camargo Corrêa S.A..

5.2 – Sustentabilidade no Grupo Camargo Corrêa

Desde o ano de 2006 este tema tem adquirido cada vez mais espaço nas operações do Grupo. Foi neste ano que a Camargo Corrêa S.A. definiu a necessidade de compromisso com aspectos que vão além do desempenho na “Carta da Sustentabilidade: o Desafio da Inovação”, com o intuito de incorporar os conceitos de sustentabilidade às práticas de planejamento e gestão.

A gestão de sustentabilidade no Grupo atualmente é composta pelos seguintes instrumentos: indicadores consolidados e específicos, Radar de Sustentabilidade e remuneração variável dos gestores. Estas ferramentas se complementam e abrangem diferentes esferas da empresa em diferentes momentos de tomada de decisão.

Os indicadores consolidados são acompanhados trimestralmente pela *holding* e seu Conselho de Administração. Anualmente é realizada uma auditoria interna junto às empresas do Grupo com base em dados amostrais. Já os indicadores específicos são monitorados por cada empresa do grupo, com a frequência adequada à operação, diariamente ou a cada hora, por exemplo.

O Radar da Sustentabilidade é uma ferramenta de diagnóstico desenvolvida internamente para auxiliar no processo de planejamento anual e plurianual para sustentabilidade alinhado ao planejamento de cada empresa. Consiste em um questionário composto por nove dimensões e 40 questões críticas de sustentabilidade, desenvolvido com base nos questionários do ISE, *Dow Jones Sustainability Index*, Indicadores Ethos e Guia Exame da Boa Cidadania. A partir de lacunas identificadas, são definidos planos de ação com elementos apropriados aos diferentes setores e às diferentes realidades das empresas

do Grupo. Com isto, pretende-se apoiar o planejamento orçamentário e garantir que os temas ligados à sustentabilidade tenham espaço no cotidiano das empresas.

A remuneração variável de todos os executivos do Grupo Camargo Corrêa é influenciada por seu desempenho em indicadores e metas de sustentabilidade, o que destaca a importância do tema na agenda dos gestores. Vale destacar que há um Fórum de Guardiões da Sustentabilidade formado por diretores dos diferentes negócios do Grupo. Esta estrutura de governança tem o intuito de impulsionar a agenda de sustentabilidade em cada negócio, mas não é baseado em métricas.

Previamente à 15ª edição da Conferência das Partes (COP 15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Grupo participou do movimento liderado pelo Instituto Ethos que resultou na *Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas*, a qual apresentou uma série de compromissos voluntários das empresas signatárias para a redução de impactos nas mudanças climáticas, bem como propostas ao governo brasileiro.

Nesta época a Camargo Corrêa S.A. formalizou a Agenda Climática, que consiste em nove compromissos assumidos em relação à gestão de carbono em suas empresas. Apesar de um dos compromissos destacar a questão da mensuração e do estabelecimento de metas para reduzir emissões atmosféricas, o documento propriamente não propõe métricas e metas, mas apresenta declarações mais gerais a respeito de iniciativas a serem desenvolvidas.

Como resultado deste compromisso, vale destacar o exemplo da InterCement, empresa do Grupo que apresenta um dos menores índices de emissão de carbono por tonelada produzida de cimento no setor. Foram realizados inventários de emissão de gases do efeito estufa de 2007 a 2010 seguindo o protocolo da *CSI* e do *Green House Gases Protocol (GHG Protocol)*, os quais foram submetidos à verificação de consultoria externa independente. Atualmente a empresa tem emissão de 535 kg de CO₂ por tonelada de cimento produzido, muito inferior à média anual de 653 kg, de acordo com seu Relatório Anual 2010 (INTERCEMENT, 2010, p. 23).

Foram criadas também as Diretrizes Amazônia do Grupo Camargo Corrêa, com o intuito de aprofundar o entendimento sobre a região e definir direcionamento para a implantação de empreendimentos mais sustentáveis. Incluem o investimento na formação de capital humano, em inovação tecnológica e no fomento de iniciativas comunitárias de produção sustentável, apoio na proteção à infância e adolescência, o diálogo e o respeito aos valores tradicionais e transparência e pró-atividade na comunicação.

A Camargo Corrêa utiliza as Diretrizes da GRI G3 há quatro anos para a elaboração de seu relatório anual, com o intuito de aprimorar a comunicação transparente com seus públicos. No ano de 2011 o relatório alcançou o nível de aplicação C das Diretrizes GRI, o que significa que respondeu em seu relatório ao menos dez indicadores de desempenho, incluindo ao menos um em cada área: econômica, ambiental e social, sem necessariamente

informar a forma de gestão para cada categoria de indicador. Não possui verificação externa para o relatório, mas as informações de caráter socioambiental são verificadas internamente.

5.3 – Indicadores Ethos no Grupo Camargo Corrêa

O Grupo Camargo Corrêa começou a utilizar os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social com o intuito de auxiliar a gestão de aspectos socioambientais na organização. A ferramenta se mostrou útil no processo de aprendizagem ao apresentar aspectos práticos que deveriam se endereçados pela empresa, principalmente no período em que o tema ainda era novidade.

Entretanto, a grande diversidade de negócios do Grupo resulta em desafios principalmente em relação ao conhecimento e direcionamento dos aspectos críticos de impacto socioambiental de cada segmento de negócio. Neste sentido, os Indicadores Ethos não eram suficientes para subsidiar a gestão dos aspectos do desenvolvimento sustentável nas empresas de maneira completa e substancial.

Com o aprendizado proporcionado por esta e outras ferramentas, a Camargo Corrêa S.A. passou então exercer sua avaliação e monitoramento com base nos indicadores mais relevantes para análise individual e consolidada e por meio do Radar da Sustentabilidade. Nesta ferramenta customizada elencou 40 indicadores críticos relevantes às suas áreas de atuação e assim consegue obter a especificidade necessária para tratar do tema com relevância. O conjunto de indicadores atual é baseado nos Indicadores Ethos, GRI, questionário ISE-Bovespa e *Dow Jones Sustainability Index*, entre outros, e está sendo revisto permanentemente.

Além disso, priorizou temas que não eram abordados com profundidade nos Indicadores Ethos, como aspectos ligados às mudanças climáticas e à região amazônica por meio do desenvolvimento da Agenda Climática e das Diretrizes Amazônia Camargo Corrêa.

Observa-se, portanto, que os Indicadores Ethos tiveram grande relevância em um primeiro momento no desenvolvimento e direcionamento dos temas socioambientais. Porém, com a evolução da organização nestes aspectos, tornou-se insuficiente a utilização desta ferramenta para o alcance dos objetivos em direção ao desenvolvimento sustentável. Foi preciso elaborar um instrumento delineado especialmente para responder às peculiaridades das empresas do Grupo com o intuito de obter resultados mais significativos quanto à sustentabilidade de suas operações.

Vale destacar que a organização considera a importância das métricas em sua gestão e afirma que a gestão com base em dados empíricos traz mais credibilidade e respalda a tomada de decisão. Propõe também que a avaliação de indicadores de

sustentabilidade sinaliza que o tema deve fazer parte do negócio, além de ser uma maneira prática de conscientizar os funcionários e promover o pensamento crítico sobre suas ações.

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social representam uma ferramenta de grande reconhecimento entre os profissionais de sustentabilidade e que foi essencial para o desenvolvimento e a disseminação das questões socioambientais no ambiente empresarial brasileiro. Utilizada inicialmente por empresas que se tornaram referência em sustentabilidade, como a Natura, Fibria (antiga VCP), Siemens, entre outras, os Indicadores Ethos impulsionaram o movimento pela Responsabilidade Social Empresarial no país.

É importante ressaltar que os Indicadores Ethos serviram como embasamento para outras ferramentas desenvolvidas posteriormente, tanto desenvolvidas para uso geral quanto desenvolvidas para uso interno das próprias empresas. Também forneceram subsídio para a discussão de responsabilidade socioambiental e como traduzir o conceito em ações concretas no âmbito de empresas, governos, terceiro setor e no meio acadêmico. A abrangência do questionário também é um diferencial, uma vez que engloba aspectos tanto sociais quanto ambientais considerando as diferentes partes interessadas de uma organização.

Para as organizações que utilizam a ferramenta os benefícios apontados pelas especialistas entrevistadas são muitos. Desde a mobilização dos funcionários que resulta do processo educativo de aplicação da ferramenta, a troca de experiência que proporciona internamente e a possibilidade de enxergar a gestão de sustentabilidade de forma ampla, até a avaliação de partes interessadas e a reflexão aprofundada para priorização da atuação da empresa.

Quanto às questões relacionadas ao desempenho ambiental, os Indicadores Ethos proporcionam ações concretas que podem direcionar a empresa neste sentido. Ao longo dos cinco indicadores de meio ambiente da versão atual é detalhada uma série de itens a serem avaliados e desenvolvidos pela organização, bem como indicadores de ordem quantitativa que devem ser monitorados.

Entretanto, há críticas em relação à abrangência e profundidade com que o tema meio ambiente é abordado, uma vez que impactos em mudanças climáticas, biodiversidade e outros tópicos que estão cada vez mais presentes na agenda das empresas não são tratados com a devida extensão e proporção.

Ademais, o número de itens quantitativos de verificação parece não ser suficiente para englobar todos os aspectos ambientais que devem ser considerados pelas empresas. O peso da dimensão ambiental em relação às demais também é alvo de discussão entre os

especialistas, uma vez que não há equilíbrio se comparado com questões da dimensão social que é abordada em diversos temas.

Uma grande vantagem desta ferramenta é o fato de poder ser utilizada por qualquer tipo de organização, independente de tamanho, setor ou vinculação ao Instituto Ethos. É de uso gratuito, ou seja, não há nenhum custo para preenchimento do questionário e recebimento do relatório online. Caso a empresa opte, poderá ter um ou mais funcionários treinados em aplicar a ferramenta ou poderá contratar consultores do Uniethos como facilitadores do processo, mas nestes casos deverá custear estas atividades.

Foram apontados nas entrevistas também os principais desafios em relação à utilização dos Indicadores Ethos, mas alguns variam de acordo com a empresa e os objetivos da aplicação. A questão mais recorrente se refere à extensão do questionário e o tempo que ele demanda, principalmente porque o ideal é que envolva funcionários de diversas áreas da companhia.

Outro desafio é quanto à compreensão da organização quanto ao que fazer com os resultados do diagnóstico, como priorizar as ações mais relevantes e de fato incluir estes aspectos no planejamento estratégico e na gestão da empresa. Não basta apenas ter o relatório do estágio da empresa, mas é preciso que sejam tomadas atitudes concretas para evolução das questões socioambientais com base nele.

Um aspecto importante levantado foi a desatualização dos Indicadores Ethos frente ao avanço das questões de sustentabilidade, especialmente quanto ao meio ambiente. Foram apontadas também questões quanto à governança na construção da versão que vigora atualmente, pois há divergências quanto ao peso que alguns indicadores deveriam ter. Estas particularidades podem ter gerado barreiras em relação à legitimação da ferramenta perante algumas empresas, mas estão sendo endereçados com o desenvolvimento da terceira geração dos Indicadores Ethos, por meio de processo participativo e com desenvolvimento autônomo em relação ao Instituto Ethos.

Com a evolução do tema, priorização de questões como mudanças climáticas e o surgimento de outras iniciativas para apoiar, impulsionar e até mesmo auditar as empresas no alcance do desenvolvimento sustentável, os Indicadores Ethos passam a ocupar uma posição secundária. Muitas empresas deixaram de utilizar a ferramenta, seja porque se desenvolveram no tema e não enxergavam mais necessidade de utilizar os Indicadores Ethos, ou porque passaram a precisar de outros mecanismos para se adequar e responder melhor a este novo contexto. Assim como não há custos para começar a utilizar a ferramenta, também não há ônus em deixá-la.

O Instituto Ethos, ao perceber estas mudanças, deu início a um profundo processo de revisão dos Indicadores Ethos, o qual deverá ser concluído no primeiro semestre de 2013 com o lançamento da terceira geração do questionário. Entre os objetivos da revisão estão a adequação à Norma ISO 26000 e às Diretrizes GRI, a atualização de temas relevantes na

discussão de sustentabilidade, consolidar o uso para a cadeia de valor e utilizar processo transparente e autônomo de acordo com governança preestabelecida.

Neste processo surgiram questionamentos a respeito de quem esta nova versão deverá atender e ficou estabelecido que o intuito é abranger as empresas em seus diferentes níveis de maturidade quanto à responsabilidade socioambiental, tanto as que estão em fase inicial quanto as que se encontram em estágios avançados em relação ao tema. Em uma das entrevistas surgiu uma opinião contrária a esta adaptação, pois ela poderá modificar o intuito de aprendizagem da ferramenta e acabar não atendendo apropriadamente nem empresas iniciantes e tampouco empresas mais desenvolvidas no tema.

Quanto ao futuro dos Indicadores Ethos, foi manifesta a aspiração de que se torne uma plataforma de convergência das diversas ferramentas para auxiliar na gestão sustentável das empresas, de modo que seu uso gere transformação de ações. Por outro lado, foi colocada a preocupação de que a nova versão não consiga atingir seus objetivos se não mantiver o intuito inicial de aprendizagem do questionário e conseguir equilibrar melhor os temas abordados. Espera-se que estas considerações sejam abordadas na terceira geração e que seu resultado seja positivo tanto para as empresas quanto para a sociedade como um todo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo examinar os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social como uma ferramenta de mensuração de aspectos socioambientais e discutir a eficácia de sua utilização para o alcance do desenvolvimento sustentável. Uma análise crítica foi construída com base em fontes documentais, entrevistas com especialistas e no estudo de uma empresa que utilizou a ferramenta em sua gestão.

Há muitos benefícios na utilização desta ferramenta, principalmente no direcionamento de práticas socioambientais quando a organização se encontra em estágio de aprendizagem em relação à sustentabilidade e precisa se mobilizar para evoluir neste caminho. Neste sentido, os Indicadores Ethos foram essenciais para o desenvolvimento do tema em empresas brasileiras. Tanto por sua abrangência de temas quanto pela acessibilidade a todos os tipos de organização a ferramenta adquiriu força e robustez no ambiente empresarial.

Por ser uma ferramenta de autodiagnóstico de uso essencialmente interno e para auxiliar a gestão da empresa em relação aos aspectos socioambientais, sua eficácia depende do comprometimento da organização em encarar o processo de preenchimento de

forma séria e dar continuidade ao seu desenvolvimento com a elaboração de planos de ação, estabelecimento de metas e monitoramento dos resultados.

Somente o fato de utilizar os Indicadores Ethos não significa que a empresa está realmente comprometida com o desenvolvimento sustentável. Por não haver verificação das informações coletadas por parte do Instituto Ethos, tampouco divulgação pública do diagnóstico resultante de sua utilização, não há como garantir sua veracidade e o desenvolvimento de ações efetivas por parte das organizações.

Ademais, a ponderação entre os temas abordados deve ser observada com atenção pelas empresas e a priorização no desenvolvimento dos planos de ação deve também considerar aspectos de relevância e materialidade da atuação da empresa em relação à sociedade e os aspectos que estão em evidência, como questões de minimização de impactos em mudanças climáticas.

Frente às considerações apresentadas e ao momento de revisão para lançamento de uma nova geração dos Indicadores Ethos, são apresentadas algumas sugestões para a ferramenta. Quanto ao conteúdo, propõe-se que haja maior equilíbrio entre aspectos ambientais e sociais e que sejam incluídos mais indicadores quantitativos. Em relação à veracidade das informações, sugere-se que sejam discriminados os documentos e meios de comprovar os dados coletados. Destaca-se também a importância da divulgação pública e propõe-se que seja considerado um mecanismo para comunicação de alguns resultados obtidos com a ferramenta.

No momento em que a ferramenta surgiu, havia necessidade de instrumentos que gerassem aprendizagem para estimular que o tema ganhasse espaço no mundo empresarial. Atualmente, com o conceito de sustentabilidade mais consolidado e com a demanda cada vez mais ativa das partes interessadas quanto ao compromisso das empresas neste sentido, passam a ser necessárias ferramentas que tenham maior capacidade de assegurar que as empresas realmente estejam caminhando em direção ao desenvolvimento sustentável, ou seja, é iminente a necessidade de maior *enforcement* sobre as organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIGLERI, L. M. *A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas*. Tese (Doutorado em Administração) - Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- ALMEIDA, M. F. L. *Sustentabilidade corporativa, inovação tecnológica e planejamento adaptativo: Dos princípios à ação*. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Departamento de Engenharia Industrial. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

- CAMARGO CORRÊA. *Relatório Anual 2011 - Camargo Corrêa S.A.* São Paulo, 2011. Disponível em: <www.camargocorrea.com.br> (Acesso em 13/06/2012).
- BORGER, F. G. *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.* Tese (Doutorado em Administração) - Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- DELAI, I. *Uma Proposta de Modelo de Referência para Mensuração da Sustentabilidade Corporativa.* Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2006.
- ETHOS. *Relatório de Sustentabilidade Instituto Ethos e UniEthos, 2008.* São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> (Acesso em 05/05/2012).
- _____. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2000.* São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> (Acesso em 05/05/2012).
- _____. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2010.* São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> (Acesso em 05/05/2012).
- INTERCEMENT. *Relatório Anual 2010 - InterCement.* São Paulo, 2010. Disponível em: <www.intercement.com.br> (Acesso em 25/06/2012).
- MUELLER, A. *A Utilização dos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa e sua Relação com os Stakeholders.* Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa.* Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- SILVEIRA, N. C. *Aplicação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial: Estudo de Caso com uma Empresa da Economia de Comunhão.* Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008.
- SOUZA, A. C. C. *Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável: A Incorporação dos Conceitos à Estratégia Empresarial.* Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético). Programa de Pós-Graduação de Engenharia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- TACHIZAWA, T. *Metodologia da pesquisa aplicada à administração.* Rio de Janeiro: Pontal, 2002.
- WBCSD - World Business Council for Sustainable Development. *Corporate Social Responsibility: Meeting changing expectations.* Jan 2000. WBCSD Publications, 1999.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.* 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, Metas do Milênio, Pacto Global e a Norma SA8000.
-

NOTAS (INDICADORES ETHOS, 2010)

ⁱ As Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) são diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O modelo de relatório da *Global Reporting Initiative* (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido. Seu processo de elaboração contribui para o engajamento das partes interessadas da organização, a reflexão dos principais impactos, a definição dos indicadores e a comunicação com os públicos de interesse. Mais informações em www.globalreporting.org.

ⁱⁱ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos na Declaração do Milênio das Nações Unidas, documento aprovado na Cúpula do Milênio, que se realizou de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova York, nos EUA. Trata-se de um compromisso global para enfrentar os mais significativos desafios nos campos econômico e social colocados na forma de objetivos a serem cumpridos até o ano de 2015. Mais informações em www.pnud.org.br/milenio.

ⁱⁱⁱ O Pacto Global (*Global Compact*) é uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente. Essa iniciativa conta com a participação das agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Mais informações em www.unglobalcompact.org.

^{iv} A Norma SA8000 é a primeira norma voltada para a melhoria das condições de trabalho. Abrange os principais direitos dos trabalhadores – saúde e segurança, liberdade de associação, limite de horas de trabalho, compensação e garantias contra trabalho infantil, trabalho forçado e discriminação – e certifica seu cumprimento por meio de auditorias independentes. A norma segue o padrão ISO, o que facilita sua implantação por empresas que já conhecem esse sistema.